



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

LAILA FARIAS DE ARAÚJO

**ENTRE O DITO E O VIVIDO:(auto)formação e atuação da advogada Mércia de
Albuquerque Ferreira (1934-2003)**

RECIFE

2021

LAILA FARIAS DE ARAÚJO

**ENTRE O DITO E O VIVIDO:(auto)formação e atuação da advogada Mércia de
Albuquerque Ferreira (1934-2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: Educação. Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

RECIFE

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Natália Nascimento, CRB-4/1743

F224e Araújo, Laila Farias de.
Entre o dito e o vivido: auto(formação) e atuação da advogada Mércia de Albuquerque Ferreira (1934-2003)./Laila Farias de Araújo. – Recife, 2021.
106f.: il.

Orientadora: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.
Programa de Pós-graduação em Educação, 2021.
Inclui Referências e Apêndices

1. Direitos Humanos. 2.Mércia Albuquerque – presos políticos.3.História da educação. 4. Brasil – regime civil militar I. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro.(Orientadora). II.Título.

370 (23. ed.) UFPE (CE2022-069)

LAILA FARIAS DE ARAÚJO

**ENTRE O DITO E O VIVIDO: (auto)formação e atuação da advogada Mércia de
Albuquerque Ferreira (1934-2003)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação. Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação

Aprovada em: 19/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dr.^a Lia Machado Fiuza Fialho (Avaliadora Externa)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dr.^a Aurenéa Maria de Oliveira (Avaliadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha família, que é composta de muitas mulheres nordestinas, fortes, decididas e livres e a todas as mulheres deste meu Nordeste aguerrido –verdadeiras mulheres “cabras da peste”¹.

¹ Existe mais de uma versão para a origem da expressão, que até hoje possui duplo sentido. “Em geral, é usada para designar o sujeito destemido” (GIORGIO, 2011, n. p.).

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero externar aqui minha eterna gratidão a Deus por me permitir ter sempre segundas chances e recomeços, e não foram poucas vezes não.

Agradeço a meus ancestrais indígenas e negros que originaram meu núcleo familiar. A todos/as que guerrearam para que nós estivéssemos aqui, desbravando novos caminhos na busca por manter acesa em nós a chama da vida de nossos ancestrais. *Ubuntu, Awery!*

À minha mãe, dona Aila Farias do Norte, e ao meu pai, seu José Teles de Araújo, que, mesmo com toda a limitação e pouca instrução educativa, ainda assim me motivaram a continuar estudando. Agradeço pelas tarefas feitas junto com minha mãe, na infância, que mesmo sem saber ler, buscou me auxiliar com o que ela sabia. Ao meu pai, que por vezes me trouxe livros encontrados na rua para me motivar a ler e a escrever. Sou eternamente grata por todo carinho e cuidado que tiveram comigo, principalmente pelas inúmeras noites que minha mãe a mim dedicou, enquanto estive doente, internada por ter a saúde frágil; noites desgastantes cansativas e muito sofridas para nós duas. Lembro-me que perdi muitas aulas no período escolar por diversos anos, mesmo assim, tal acontecimento nunca foi motivo para que eu desistisse de estudar, mas sim um incentivo para que eu não parasse. Mãe e Pai, amo muito vocês. Gratidão pela vida!

Quero também agradecer às minhas quatro irmãs, Lucilda do Norte, Lucilene do Norte, Lucélia do Norte e Luciana Farias por terem auxiliado minha existência desde sempre, pois sem o carinho, o cuidado, a proteção, e até mesmo as discordâncias, fizeram-me ser cada vez mais obstinada e altiva, passando a ter amor-próprio e orgulho do que venho construindo. Nos momentos mais difíceis em que precisei de colo, amor, atenção, vocês estiveram presentes, me fortalecendo para que eu não viesse a desistir da vida. Gratidão, irmãs!

Não poderia esquecer das “figurinhas” que surgiram em minha vida e que me forjaram um ser melhor, meus/minhas sobrinhos/as. Desde a chegada de Salis, Ana Beatriz, João Victor, Bruno Richarlyson, Ismael Fernandes, Luana Araújo, Lucas Mateus, David Luís, Ludmilla, Emanuel, Israel Fernandes, Samuel, Luís Henrique e Bernardo, pude desenvolver em mim, o espírito de tia, educadora, pedagoga, especialista em Gestão da Educação e futura mestra. Lembrem-se de ser fortes e perspicazes na busca por seus sonhos, eles se realizarão mesmo que demandem muito esforço; por isso, exerçam tudo o que vierem a fazer com leveza e o coração agradecido pelas oportunidades vindas. Gratidão por me inspirarem a ser cada vez mais um ser humano melhor. Amo muito vocês!!!

Agradeço por todo investimento de tempo, de recursos, de carinho, de cuidado e de tempo em me proporcionar uma educação profissional, pessoal e de família a Rocsmary Santos, Cezar Leal, Hugo Leal, Artur Leal e Tiago Leal, sua linda família faz parte da minha vida. Obrigada por me mostrarem a importância de o sonho ser pautado nos estudos. Gratidão. Amo vocês!

Agradeço aos amigos de longas datas, que nos momentos mais fáceis e nos mais difíceis sempre me apoiaram em minhas decisões; gratidão às amigas de infância Magda Barbalho, Máisa Barbalho, Zuleide Teófilo e ao amigo Emanuelle Barbosa, que sempre acreditaram no meu potencial. Aos amigos/as de igreja Hedgard Oliveira, Érika Monteiro, Márcio Monteiro, Hadassa Silva, Ângelo Silva, Antônio Martins, Liz Oliveira, Anderson Martins, Israel Moraes, Wallace Rocha, Gisele Rocha, Aline Morgana, Silas Rocha, Priscila, Sarah Rocha, Habacuque Rocha, Ricardo Salgueiro e a tantos outros que não consigo nem relacionar.

Deixo também meu muito obrigada, aos meus/minhas colegas e parceiras/os da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE para a vida que muito me ensinaram e me motivam a ser uma profissional empenhada e humanizada. Gratidão a Gabrielle Tavares, Priscila Nascimento, Cleiciane Fernandez, Glauciane Vieira, Marilene Oliveira, Maria Luciane Luna, Érika Farias, Diêgo Bezerra, Anderson Ramos, Claudia Vicente, Wanderson Cruz, Luana Carvalho, Tarcísio Nunes, William Pacheco, Synara Pimentel e a todos que passaram em minha vida deixando suas marcas de sabedoria, brilhantismo, cuidado e amor.

A Aristóteles Gomes, meu companheiro da vida, gratidão por sua dedicação, amparo e motivação desde a graduação. Você participou dos momentos mais felizes de minha vida profissional e dos mais desafiadores também. Obrigada pelo seu apoio, cuidado e valorização. Saiba que te quero muito bem hoje e sempre. E aos seus pais, Maria da Paz Pereira e Aurélio Gomes, gratidão pelo auxílio, carinho, preocupação e cuidado que sempre ofertaram a mim.

Agradeço ao meu primeiro exemplo de hombridade e seriedade educacional, meu professor de graduação e iniciação científica Gustavo Gilson, que com cada palavra de carinho, orientação e ensinamento forjou em mim um ser autêntico e livre de dogmas, de paradigmas que me seguiam. À professora Rita Voss que foi desde sempre minha grande incentivadora a continuar aperfeiçoando minha trajetória educacional; que sempre me proporcionou novas oportunidades de aprendizagens, que não me deixou desistir, pois sempre encontrei em você apoio, auxílio e muita compreensão. Agradeço a todos que fizeram parte de minha formação e atuação no Departamento de Fundamentos Socio-filosóficos da Educação, o DFSFE. Foi exatamente nesse ambiente de muitas discordâncias, mas de muito respeito pelo

outro que aprendi a vivenciar as divergências e contradições com argumentação/discurso, sem menosprezar o indivíduo, porém, quando necessário, discordando das ideias que não correspondiam ao que eu acreditava, mas jamais de quem as disse. Grata por toda a aprendizagem que obtive nesse espaço de muitas (des)construções.

Ainda sobre o DFSFE, não posso deixar de externar meu muitíssimo obrigada à Maíra Florentino, pessoa de alma leve e sensível, porém uma mulher forte e firme que me motivou, ensinou e orientou sobre tudo o que era preciso para eu exercer meu estágio com tranquilidade em meio aos conturbados períodos da graduação. Foi a minha primeira incentivadora e organizadora de cada detalhe para minha trajetória acadêmica fluir. Maíra, todo meu respeito, amor e carinho por tudo que você representa em minha formação profissional e pessoal.

Também deixo aqui minha eterna gratidão ao professor Sérgio Abranches pelas horas de conversas e desabafos das inúmeras dúvidas e desencantos com a realidade de ser professora neste país. Você me direcionou a possibilidades de estranhamentos com a tal “normalidade”, a fim de que eu me posicionasse e me indignasse diante das inúmeras inconsistências que encontramos pelo caminho, mas, acima de tudo, me fez enxergar que existe uma maneira mais adequada para se posicionar, sem ferir e sem deixar grandes marcas negativas por quem passa por nós. Tenho certeza de que ainda tenho muito a pôr em prática, mas saiba que sempre que me deparo com essas circunstâncias, tento me perguntar como Sérgio agiria. Logo, reflito sobre as possibilidades de chegar a uma solução mais adequada para todas/os. Obrigada por cada palavra, cada choro acolhido e desabafos ouvidos. Meu querido professor, com toda certeza o senhor marcou minha vida.

Ao meu primeiro orientador no mestrado, José Luís Simões, deixo aqui minha gratidão por todo o aprendizado educacional, político, esportivo e de gentileza que aprendi com você. O tempo em que ficamos juntos foi de aprendizado de compreensão e importância de se colocar no lugar do outro. A política deste país precisa de seu comprometimento com as causas sociais e educacionais. Agradeço pelos ensinamentos e desejo que possamos nos encontrar em novos projetos de vida, profissionais políticos. Gratidão!

A professora Ana Paula Abrahamian de Souza, a qual não conheci pessoalmente, mas que se tornou fundamental na avaliação do meu projeto de dissertação (após ter sido indicada para compor minha banca ainda quando a temática era voltada à sua área), apontando equívocos, melhorias e acreditando que com tempo, paciência e uma nova oportunidade seria possível que eu desenvolvesse uma dissertação de qualidade. Minha eterna gratidão por sua compreensão, disponibilidade e auxílio. Olhar-me com humanidade fez esse momento de

construção ser possível e viável. Sem seus apontamentos certos e diretos não conseguiria caminhar até a finalização dessa dissertação. Meu muitíssimo, obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, por ter proporcionado experiências enriquecedoras no campo educacional e social, bem como a excelência no ensino e na pesquisa, por meio de excelentes professores/as, meu obrigada sincero. A CAPES, que proporcionou bolsa de incentivo aos meus estudos, facilitando a aquisição de materiais didáticos como: livros, revistas, periódicos e a participação em eventos, o que contribuiu significativamente para minha formação. Obrigada CAPES pela parceria.

Meus sinceros agradecimentos a todas/os que me oportunizaram contato com as fontes orais nas pessoas de Dalva Machado e Jussyara Amorim, intermediadoras entre as fontes orais vivas que ofereceram a mim um arsenal de informações, dados e narrativas para compor a escrita da dissertação. Deixo meu muito obrigada ao Dr. Marcelo Santa Cruz, ao jornalista e poeta Marcelo Mário Melo, ao historiador e pesquisador Tasso Britto, ao militante e anistiado Edival Nunes da Silva (Cajá), aos militantes e irmãos Oswaldo Monte e Roberto Monte, a Luciano Siqueira e a Simone Albuquerque, esposa de Aradin Albuquerque, filho de Mércia de Albuquerque.

Por fim, e não menos importante, minha gratidão a todo esforço, dedicação, orientação e bons conselhos que recebi da minha orientadora Raylane Navarro. Gratidão por ter sido aceita por você em um momento tão desafiador para nós duas. Imagino que a decisão de me encaixar nos seus planos não tenha sido fácil. Eu não tenho dúvidas da decisão que tomei em lhe procurar, pois foi a mais acertada. Quero dizer que os últimos meses foram intensos, que sua calma, gentileza e paciência me possibilitaram maior organização, diante da rotina cansativa que eu estava vivendo em meio ao caos da pandemia da Covid-19, das incertezas dos prazos, dos problemas familiares e das dificuldades na escrita. Pude, por sua voz mansa e suave, ter a segurança de que tudo iria dar certo.

Obrigada por cada olhar analítico, não só apenas para a escrita, mas principalmente para o que tinha oculto em mim. Suas observações foram diagnósticas nos momentos mais decisivos de minha trajetória formativa, pois, quando pensei em me esconder em meio à desordem, você se mostrou atenta às minhas necessidades, isso não só me ajudou bastante, como me fez repensar minhas atitudes, minha postura diante do mundo. Graças a sua atenção, fui percebida como ser humano que ansiava por cuidados. Minha eterna gratidão, professora Raylane Navarro.

Eu, Mércia, sou uma contadora de história de homens que reconstruíram a liberdade fazendo do sangue argamassa, e do corpo [...] ² para o alicerce da democracia.

Eu conto o inverno que viveu este país, a partir de 1964, longo e devastador, quantos corpos caíram, estes homens trouxeram a primavera novamente apesar de sangrenta.

Venho de muita dor, dor eterna, onde só tinha pesadelos, o tempo passou, não colhi as rosas da minha mocidade, agora os meus dias estão cheios de dúvidas, muitas pessoas, lá bem distante tinham ilusões, e passaram pela minha estrada, despreparados para a luta, e foram ficando pelo caminho, e solitária, errante, busco o progresso e penso: terá sido infecunda a minha luta, ou os ideais de todos feneceram. Estou morrendo e não vejo o dia nascendo, queria que minha memória fosse um arco-íris, para fotografá-la ao mundo.

Quanto sonho perdido?
Quantas lembranças mutiladas?
Quantas saudades?
Quantas lembranças sombrias?
Eu sentia a morte na epiderme
(ALBUQUERQUE, c1995, n. p.).

² Relatos da advogada Mércia de Albuquerque deixados em seu diário de anotações, no qual algumas palavras ou significados não estão claramente definidos (PORTAL MÉRCIA, c1995).

RESUMO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa documental que teve como temática a trajetória formativa de Mércia de Albuquerque Ferreira (1934-2003) que perpassou por regimes políticos autoritários. Considerou-se de maneira mais direta o regime civil militar (1964-1978) e a atuação da personagem enquanto advogada de presos/as políticos/as. As questões que envolveram a problemática da pesquisa estão atreladas às minhas inquietações sobre a história das mulheres e às características profissionais de Mércia de Albuquerque e foram assim postas: Como ser mulher, profissional e ter atuação destacada em regime político autoritário? Quais foram os elementos que ela teve que arregimentar para ter destaque na carreira e para conseguir aquilo que ela almejou? Quais características a forjaram? A hipótese de trabalho associa o fato de que houve uma abertura social, educacional e também política para que ela fosse formada, mas que a atuação, escolhas e credibilidade em seu meio é fruto de características pessoais e autoformativas. Para o estudo foi tomado como objeto de análise a trajetória (auto)formativa de Mércia de Albuquerque tendo por objetivo geral da pesquisa compreender a trajetória (auto)formativa e o processo de atuação profissional como advogada na promoção dos direitos humanos. Para tanto, foram objetivos específicos: interpretar a (auto)narrativa da mulher no processo histórico, na educação e na política; mapear a trajetória formativa de Mércia de Albuquerque e analisar sua atuação profissional no campo do Direito e da política no regime civil militar. O referencial teórico esteve embasado em Michelle Perrot (2020) e Georges Duby (1987; 1993) que contribuem para a abordagem e tessitura da história das mulheres e François Dosse (2015) que auxiliou na ótica dos estudos biográficos e seus aspectos sociais. A metodologia associou a pesquisa bibliográfica, documental e a metodologia da História Oral e por meio de fontes como documentos escolares; reforma educacional; egodocumentos, como fotos, cartas, discursos, bilhetes e entrevistas com contemporâneos foi possível verificar o percurso formativo da advogada (educação familiar e educação escolar institucionalizada) com os aprendizados advindos da sua rede de relacionamentos e das suas próprias experiências de trabalho no campo dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos. Mércia Albuquerque. Preso/as político/as. História da educação. Regime civil militar.

ABSTRACT

This Master's thesis results from a bibliographic and documentary research that aimed to present the personal, educational, and professional trajectory of Mercia Albuquerque Ferreira (1934–2003), which took place in the context of authoritarian political regimes in Brazil. The study specifically covered the military rule that lasted from 1964 to 1985, examining Ferreira's role as a lawyer for political prisoners. Given my interest in the history of women and Ferreira's professional characteristics, the following questions guided this scientific research: how does a woman become a professional and play an outstanding role in an authoritarian regime? Which elements did Ferreira have to leverage to stand out in her career and achieve her goals? What features shaped Ferreira? I hypothesize that a social, educational, and political opening allowed Ferreira to grow and gain credibility in her environment, but that her choices and credibility also resulted from her personal, (self)formative traits. My object of study is Ferreira's trajectory, and my general objective is to understand her professional development in advocating for human rights. Specific objectives included interpreting women's (self)narrative in history, education, and politics, mapping Ferreira's trajectory, and analyzing her professional practice in the field of law and politics under military rule. My theoretical framework builds on Michelle Perrot (2020) and Georges Duby (1987 and 1993), who helped define the approach to women's history, and François Dosse (2015), who addressed biographical studies and their social aspects. The study linked bibliographic and documentary research to the methodology of oral history, using school documents, educational reform documents, and ego-documents such as photographs, letters, speeches, and notes. The study also interviewed Ferreira's contemporaries to understand her trajectory, which combined her upbringing and formal schooling with life lessons from her social network and her work experience in human rights.

Keywords: Human rights. Mércia Albuquerque. Political prisoners. History of education. Military civil regime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pedro Albuquerque à esquerda, Mércia de Albuquerque à direita e Sandino Albuquerque abaixo.....	48
Figura 2 – Mércia e Sandino Albuquerque à direita.....	49
Figura 3 – Carta de solicitação de transferência 1958.....	63
Figura 4 – Mércia de Albuquerque.....	73
Figura 5 – Mércia de Albuquerque e Gregório Bezerra.....	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	UMA HISTÓRIA OUTRA – A HISTÓRIA DAS MULHERES	32
2.1	A MULHER NA EDUCAÇÃO.....	36
2.2	A MULHER NA POLÍTICA.....	40
3	(AUTO)FORMAÇÃO DE MÉRCIA DE ALBUQUERQUE	47
3.1	DO NASCIMENTO AO CONTEXTO HISTÓRICO (1930-1950).....	48
3.2	FORMAÇÃO EDUCACIONAL.....	58
4	A TRAJETÓRIA DA ADVOGADA	72
4.1	A DEFENSORA DE PRESOS/AS POLÍTICOS/AS.....	73
4.2	A MILITANTE DOS DIREITOS HUMANOS.....	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO	100
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101
	ANEXO C – IMAGENS DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO. RETIRADA DO ACERVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	103
	ANEXO D – MATÉRIA SOBRE AÇÕES DE MÉRCIA – JORNAL DO COMÉRCIO, 1972	104
	ANEXO E – PRONTUÁRIO DE MÉRCIA DE ALBUQUERQUE NA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	105
	ANEXO F – ARQUIVO E ANTECEDENTES DE MÉRCIA DE ALBUQUERQUE NA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	106

1 INTRODUÇÃO

A memória é condutora essencial para fazer história. É ela quem traz à tona os fatos passados, fazendo-os viáveis no ato de interpretar o que passou; logo, como afirmou Le Goff (1990), é a memória que alimenta a História. Nessa perspectiva, inicio¹ esta narrativa rememorando aspectos da minha construção pessoal e meu elo com o ser, o viver e o fazer história.

Ainda quando pequena, deparei-me com situações de desigualdade social em alguns espaços por onde transitei como a escola, movimentos sociais, hospitais, em casa, entre outros lugares. Nasci na capital do Ceará, a quarta filha das cinco da dona Aila Farias e do seu José Araújo. Desde cedo, apeguei-me aos estudos como forma de me sentir parte de algo maior, que ninguém poderia tirar de mim, o conhecimento. Em 28 de janeiro de 1989, minha trajetória se inicia e a esta foi sendo somada uma gama de fatos que deram origem às “minhas narrativas” – sim, no plural, porque fui e sou plural.

A fome, desde cedo, mostrou sua face. Por motivos diversos, não pude ser alimentada corretamente; a amamentação escassa e a ingestão de alimentos com poucos nutrientes desencadearam em mim diversos fatores que resultaram em fragilidade físico-biológica. Dos três para os quatro anos, aprendi a ler e escrever; era observadora, curiosa e aplicada. Nesse mesmo tempo, um desafio maior se apresentava. Deparei-me com a morte, com a falta do fôlego de vida. Em meio a uma parada cardiorrespiratória, pude sentir e até hoje lembrara transição do meu corpo físico para o espiritual/transcendental. Venci.

Já por volta dos meus seis anos de idade, um grande surto de Leishmaniose ocorria no Estado do Ceará, o que me levou a contrair a doença. Não fui diagnosticada a tempo, pois as condições sanitárias eram precárias até mesmo nos hospitais de Fortaleza. Apresentei um quadro de fraqueza e feridas por todo o couro cabeludo, levando à queda do cabelo. Os sintomas mais tarde foram identificados como Leishmaniose. Um ano depois de ter adquirido a doença, conseguimos identificá-la por comparação, pois meu cachorro também desenvolveu e foi diagnosticado com o Calazar, nome popular da Leishmaniose, e por essa razão necessitou ser sacrificado. Eu, entretanto, mais uma vez venci sua perda.

¹ No decorrer da apresentação introdutória, será feito o uso da primeira pessoa do singular (eu), a fim de descrever lembranças, narrativas e memórias pessoais, com o intuito de relatar tais experiências vividas, com comprometimento histórico, social, antropológico e educacional.

Nesta jornada, pude ver e sentir de perto situações extremas, como doenças, fome, sede, – vi e vivi a pobreza, a saúde pública escassa, a falta de educação, de recursos, mortes de inocentes, maus-tratos da polícia na favela – vi e senti muita dor, desespero e desrespeito.

As desigualdades, desse modo, acabaram por tentar limitar meu olhar sobre o mundo e sobre as perspectivas de futuro. No entanto, foi nos livros que consegui encontrar aprendizado sobre questões sociais, de classe, lutas, reivindicações e questões sobre o processo emancipatório, libertário e a possibilidade de ter sonhos possíveis de se realizarem, apesar de ser mulher.

Recordo-me de não ter paradidáticos acessíveis nas escolas públicas em que estudei, tampouco livros didáticos que pudessem fazer referências a poesias, contos, fatos reais ou até mesmo metáforas de autoras e intelectuais (mulheres), menos ainda história sob outros pontos de vista. A história sempre chegava até nós, estudantes da escola pública, de forma retilínea, formal e abstrata. Os professores traziam “verdades absolutas”, inquestionáveis, sobre as quais não podíamos pensar diferente do já exposto nos livros.

Isso me fazia questionar diversas vezes os fatos/narrativas e, por isso, o pronome “se” passou a fazer parte constante do meu repertório. “E se fosse de tal jeito”, ou “se fosse daquele jeito”, pensava e dizia eu, buscando acreditar que não poderia existir uma única resposta/caminho para a construção da sociedade.

Por diversas vezes frustrei-me com professores, com o sistema, com minha situação circunstancial e com as desigualdades, pois queria acreditar que em algum tempo poderíamos vivenciar a História da Humanidade sob diversos pontos de vista, incluindo assim a história do negro, do pobre, do proletariado, das mulheres, entre outros sujeitos que parecia não constar na História.

Tal inquietamento também se passava em uma época muito difícil para minha família: meu pai, desempregado, passava o dia inteiro em busca de comida e de utensílios que pudessem servir para nosso uso. Ele passava pelas ruas, por casas e até por lixos em busca que tivesse algum valor para ser (re) utilizado.

Certa feita, ao se deparar com um livro na rua, ele o trouxe para mim. Era um livro um tanto rasgado, sem capa, prefácio e até partes importantes. Mesmo assim, naquele dia fiquei muito feliz em receber o livro e passei a lê-lo diariamente. Era uma obra sobre a descoberta de um tesouro escondido em câmaras secretas do Egito, que foi encontrado pela personagem chamada Jana.

Ao me deleitar com a leitura, percebi um universo mágico, pois havia ali uma relíquia de histórias e fatos nunca antes contados ou desvelados, pois Jana nunca tinha ouvido falar em

nada do que, naquele momento, podia presenciar. Foram o tempo e a areia que encobriram aquele lugar, fazendo com que perdesse seu valor por milhares de anos.

Quando me recordo da expressão de Jana descrita no livro, por causa das descobertas feitas, percebo que o inquietamento sobre as narrativas que podemos trazer conosco, sem que antes pudessem ser questionadas, nos proporcionam uma ampliação de mundo, produzindo uma capacidade de ressignificação do sentido das coisas, dos fatos, dos lugares e dos sujeitos históricos.

A possibilidade de (re)contar a história sob aspectos diferentes do que já foram contados faz do historiador um ser que precisa viajar no tempo, interrogando-o e à disposição das descobertas. Os achados, por sua vez, podem ser avassaladores e cheios de surpresas boas e ruins, mas devem fazer mais sentido, quando questionados e analisados sob outros pontos de vista, trazendo à tona uma narrativa, a meu ver, mais aproximada do que se passou.

Recordar esse livro sempre me trouxe esperança de poder encontrar vestígios na história que pudessem dar sentido a minha existência e a de demais pessoas que, assim como eu, não foram e não são contempladas na escrita da História.

Outro livro que marcou minha trajetória de vida e me possibilitou uma reflexão e conscientização de mundo foi “A Cidade do Sol”, de Khaled Hosseini (2007) – também encontrado no lixo, desta vez por mim. Essa obra mudou minha concepção de mundo, me fez direcionar o olhar para a humanidade mesmo antes de se construírem em mim conceitos que envolviam valores e princípios sociais. O enredo dado pelo autor trata-se da narrativa de duas mulheres afegãs que, por questões geopolíticas, foram forçadas a seguir regras e costumes que limitavam suas possibilidades de existência a um único lugar, o de mulher genitora.

Tal romance não apenas conta sobre as personagens narradas, mas, antes de tudo, trata de biografias sociais de outras mulheres daquela sociedade que, desde aquele tempo até os dias atuais, vivem uma conjuntura política que oprime e condiciona mulheres a viverem em função de um casamento e da religiosidade. Por essas razões, elas são impedidas de se desenvolverem política, social, emocional e cognitivamente, como foi o caso da personagem Mariam, a típica representação da mulher que aprendeu desde cedo a servir sem questionar.

No Oriente Médio, muitas sociedades ainda passam por questões como essas, de maneira naturalizada, mas, ainda assim, há especificidades quanto às classes sociais, ou seja, a depender da classe, algumas mulheres podem desfrutar de privilégios. No entanto, de forma generalizada, às mulheres é cabido um papel secundário e de opressão, de forma tal que as mulheres são impedidas de se expressarem política e religiosamente. Com o passar dos anos, muitos avanços foram percebidos e muitas conquistas foram alcançadas, inclusive sobre o

direito ao sufrágio e à retirada das burcas, que eram tidas como elementos sagrados para manter a mulher longe dos holofotes e da visibilidade da sociedade.

Já a outra personagem, Laila, veio de outra concepção de mundo, com preceitos ligados à sua classe social e familiar, a qual lhe permitia acreditar na possibilidade de realizar tudo que almejasse, pois foi criada e educada para ser livre.

É diante do encontro das duas personagens que nasce uma forte história de desavença, ciúmes, cobiça, mas também de amor, cumplicidade e resiliência entre as duas, uma história a qual aborda mais que a vida de duas personagens de maneira romanceada, narra também um padrão da sociedade Afegã que, a partir de seus códigos de conduta, forjou o papel subserviente da mulher na sociedade como algo dignificado. O tal papel é somado aos maus-tratos; à violência simbólica, física e mental; à truculência; à covardia e à falta de respeito. Ademais, esses tratamentos construídos no tempo correspondem à cultura local e por isso não são questionados facilmente, ou, pelo menos, não eram.

Ao narrar tais conflitos sociais existentes nessa sociedade, o autor desafia-se, como escritor e historiador, a possibilitar uma concepção de verdades ocultas a serem desveladas, mas, com isso, ele também traz consigo o peso de suas revelações para o mundo. E foi a partir daí que percebi que devemos nos posicionar enquanto humanos, ao sermos chamados a desempenhar uma função social.

Nessa perspectiva, pude concluir que a narrativa histórica, mesmo que a partir da ficção, não é um processo fácil, mas é extremamente necessário. A História, enquanto campo, está em processo constante de descobertas, logo, é preciso compreender a importância das narrativas passadas para melhor compreender o presente. Sem ele, o futuro não existe, assim, temos na História esse elo, tão caro à compreensão dos fenômenos que perduram ao longo do tempo.

Isso porque a tendência geral é que, com o passar do tempo, deixemos os fatos serem esquecidos e encobertos por poeiras, traças, lapsos, confusões mentais, correndo o risco de cair num lugar de reprodução de erros gritantes, já cometidos por diversas vezes em nome da hegemonia histórica e das relações de poder. Outro risco é o de falhar com questões que outrora já foram resolvidas facilmente, mas que não foram aceitas pacificamente no processo da escrita da História, causando inconformidades no processo histórico.

Adentrar na história da personagem Jana, por exemplo, uma mulher arqueóloga/historiadora e curiosa, me fez acreditar que mais mulheres poderiam passar pela história deixando suas próprias impressões, não apenas por meio da ficção, mas galgando espaços reais na sociedade, quer seja como sujeito histórico, quer seja como historiadora.

Também pude observar em Mariam e Laila a resiliência e a empatia que as cercaram de forças para enfrentar um sistema opressor, produzindo assim uma reflexão sobre a força que a mulher tem e pode ter quando encontra companheirismo em suas causas.

Apesar de os livros aqui citados serem romances, eles trazem uma narrativa histórica de forma tal que o modo de narrar os acontecimentos nos põe a par da história, como fez Nicolau Sevcenko (2003) ao ler a História do Brasil por meio da Literatura em seu livro “Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República”². Ele ousou recriar fatos históricos a partir dos vestígios deixados nos escritos dos literários. Foi assim, por meio da Literatura, que também fui me direcionando e construindo a compreensão do processo histórico e de suas nuances.

Foi, entretanto, na Universidade que adentrei no universo feminino de maneira mais pragmática, quando fiz Pedagogia. No curso, era possível verificar as demandas sociais existentes e buscar não apenas estudar sobre tais assuntos, mas também ser militante de uma causa, assumindo assim uma postura social ativa nos diversos temas transversais que nos eram ensinados.

E foi também em função do curso que passei a estudar a história de mulheres no campo da educação relacionadas ao esporte, na busca por identificar quais fatores contribuíram no processo de empoderamento delas e quais interferências reais suas vidas produziram na condução de outras mulheres a se empoderarem.

Naquele momento, deparei-me com mulheres incríveis que, cada uma ao seu tempo, mostraram-se aguerridas nas lutas sociais, de inclusão, de empoderamento feminino e de disposição para se empenharem em causas que não eram particularmente só delas, mas também de muitas outras mulheres conectadas ao esporte.

Pude verificar desportistas que inovaram e se fizeram sujeitos históricos. Em minhas leituras, conheci a história da atleta Maria Lenk (1915-2007)³, nadadora que foi pioneira em suas conquistas no esporte. Por meio do exemplo dela, outras mulheres se sentiram motivadas

² “Nicolau Sevcenko [1952-2014], em sua obra *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, apresenta com objetividade um painel da nossa *belle époque*, especialmente no campo das idéias, centrando a sua análise crítica em duas figuras aparentemente marginalizadas tanto política como intelectualmente, apesar do êxito incontestável alcançado pelas obras que publicavam Euclides da Cunha e Lima Barreto. [...] A relevância abordada por Sevcenko em sua obra está ligada às estratégias do esquecimento no Brasil que têm um de seus marcos simbólicos no começo do regime republicano, com a queima dos arquivos sobre a escravidão a mando do ministro plenipotenciário das Finanças, Rui Barbosa, defensor da modernização do país ao estilo anglo-saxônico” (FERREIRA, 2007, p. 149-150, grifo do autor).

³ Nascida em São Paulo, em 1915, e filha de imigrantes alemães, Maria Lenk começou a nadar aos 10 anos de idade devido a um problema de saúde. Foi pioneira na natação brasileira e também é tida como a criadora do nado borboleta. Foi a única representação feminina nos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1932. Maria Lenk faleceu no dia 16 de abril de 2007 aos 92 anos de idade, após uma parada cardiorrespiratória (ZALCMAN, 2020).

às práticas esportivas. Seu pioneirismo conduziu o ingresso de mais mulheres no esporte não apenas pelo lazer, mas também como prática de rendimento. As principais definições do esporte podem ser compreendidas a partir das três subdivisões: lazer, rendimento e educação.

O esporte como fenômeno é compreendido no singular, trazendo em sua conjuntura diversas modalidades em cujo interior se podem encontrar aspectos de ordem pedagógica, como as brincadeiras e os jogos, bem como de lazer, com a definição de esporte livre, aberto à vivência prática, e de rendimento, com estabelecimentos de metas, recordes e diretrizes para serem galgados. Nessa perspectiva, o esporte de rendimento por muito tempo foi algo majoritariamente ofertado para meninos/homens e não havia espaço para as meninas/mulheres praticarem. Sua participação enquanto atleta olímpica abriu caminho para a participação feminina em jogos olímpicos, antes considerados essencialmente masculinos.

Nesse intento, busquei biografias de outras mulheres, a exemplo de Raquel de Correia Crasto (1919-2004), professora de vanguarda da educação libertadora, autônoma e emancipatória, influenciada pelas ideias de Paulo Freire (1921-1997), a qual se dedicou com empenho no Instituto Capibaribe. Pude também pesquisar, ler e sentir as obras de Clarice Lispector (1920-1977), que, com seus poemas inspiradores, buscava ser uma base sólida na construção de uma sociedade menos machista, sexista e preconceituosa.

A autora foi exemplo de força, coragem e ousadia em tempos em que a mulher, ao se posicionar na vida e na sociedade, era acusada de libertinagem e comunismo por seus posicionamentos e conhecimentos; muitas vezes por buscar quebrar essa lógica pervertida de subalternização. Enfim, busquei “conhecer” mulheres que galgaram espaços que não fossem apenas o da família e da Igreja, tão caros à “tradição” brasileira.

Diante disso, questioneimei-me: Que fatores conduziram mulheres a se engajarem numa causa? Seria então o “ser mulher”, que antecederia o(s) motivo(s) pelo(s) qual (ais) se luta?

Nessa seara, pude, em uma orientação, conhecer um pouco da história de uma outra mulher, cuja atuação era tão importante quanto a das outras mencionadas, com uma vasta gama de processos jurídicos e atuação irredutível no campo da defesa dos direitos humanos. Conhecida como a advogada “dos mil casos”⁴, recebeu uma série de homenagens que vão desde condomínios residenciais em seu nome às honrarias no Estado do Rio Grande do Norte,

⁴O termo “dos mil casos”, está relacionado a quantidade aproximada de casos defendidos pela advogada, o que implica que muitos de seus aproximadamente 500 clientes presos/as políticos/as, alguns tinham mais de um caso na justiça.

bem como, em Pernambuco, de uma biblioteca e uma escola em seu nome, entre outras homenagens realizadas em agradecimento por sua atuação.

Essa mulher é a advogada pernambucana Mércia de Albuquerque Ferreira, que nasceu em 1934 e faleceu em 2003. Sua influência e profissionalismo foram exercidos em função de resguardar os direitos de cerca de 500 presos/as político/as durante o regime militar (1964-1985), e por isso sua visibilidade em seu Estado de origem, Pernambuco, é muito mais conhecida por seus pares do que pela população em geral. Recebeu, inclusive, homenagens da Defensoria Pública, com a construção de uma biblioteca nas dependências do órgão. Teve construídos em sua homenagem um conjunto habitacional em Barra de Jangada, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, um segundo conjunto residencial, que recebeu o nome de Mércia de Albuquerque II, e ainda uma escola na Ilha do Retiro, em Recife, Pernambuco.

Contudo, além das construções em Pernambuco para homenageá-la, a advogada foi benquista e reconhecida também por outros Estados, sendo eles: Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Seu perfil me instigou sobremaneira vários questionamentos sobre o ser e atuar como mulher; e inquietaram-me a ponto de tomar sua trajetória formativa como objeto de estudo nesta dissertação de mestrado.

Foram as memórias sobre ela que me proporcionaram um contato com um arsenal de imagens e representações do vivido, junto às lembranças do visto/sentido pela personagem. Isso porque Mércia de Albuquerque traz em sua história as representações dos sentidos: o som, o toque/texturas, o cheiro, sabores que foram experimentados no período instaurado pela ditadura militar. Seus relatos são cheios de experiências sentidas e vividas; de modo que capturar tais essências não ocorre num processo fácil e rápido, pois cada vivência dos sentidos é aguçada de forma distinta em cada indivíduo. Por isso reconhecem Xavier, Fialho e Vasconcelos (2018):

O reconhecimento da Memória como fonte ímpar para a escrita da História tem se tornado uma tônica no âmbito das mais diversas produções do conhecimento das ciências humanas. Esse reconhecimento em relação à Memória é condição primordial para a vivificação permanente de uma História sempre mais genuína e de abrangência mais elástica e diversificada. Na realidade, não se pode negar as interconexões entre a História e a Memória a ponto de creditarmos que a Memória é alimento pulsante vital para a História, ou até mesmo refletirmos, como já fizeram alguns, se a História não é sobretudo a escrita científica da Memória. (XAVIER; FIALHO; VASCONCELOS, 2018, p. 12).

Para Mércia de Albuquerque, qual teria sido então essa representação de memórias? Apoiada numa das experiências mais intrigantes da personagem sobre a perseguida e presa

política Soledad⁵, Mércia nos exhibe um filme de terror ao descrever todo o ocorrido com a perseguida/presa política. Podemos não saber ao certo o que cada palavra representa, mas, se de alguma forma pudéssemos exemplificar o ocorrido, haveria nessa descrição medo, dor, sujeira, podridão, desumanidade, arrogância dos malfeitores, o ódio, a guerra em função de poder.

[...] consegui a licença para entrar e ao entrar encontrei seis corpos realmente, em um barril estava SoledadBarretViedma, ela estava despida tinha muito sangue nas coxas, nas pernas e no fundo do barril onde se encontrava também um feto. Eu fiquei horrorizada, como Soledad estava em pé com os braços ao lado do corpo eu tirei a minha anágua e coloquei no pescoço dela, era uma mulher muito bonita, e estava também deitada numa mesa a Pauline, eu então cobri com uma toalha que tinha na entrada do necrotério, uma toalha de mão mas era grande eu botei por cima do corpo dela. (ALBUQUERQUE, 1996. n.p.)

É possível identificar que o verde das plantas e o cheiro do ar puro passam a ser invisíveis diante da atrocidade vivida por Soledad. Não há espaço para lembranças boas ou para saudades, tudo se esvai. O chão passa a ser a única coisa firme e concreta que se pode ter, pois se dorme sem saber se vai acordar; ou acorda-se sem saber se vai dormir. O regime civil militar e a ditadura instaurada trouxeram cheiros, sabores, texturas e sons que muitos/as brasileiros/as jamais esquecerão, aliás, nem devem.

Na busca por entender mais e melhor sua atuação e sua construção pessoal e profissional, pude refletir sobre sua formação educativa e política, pois o que me interessava/interessa é entender como o caminho traçado no processo escolar, na universidade e nos demais espaços por onde transitou, quer sejam instituições educativas quer sejam outros espaços não formais, a conduziu ao que ela se tornou.

E mais, de que maneira suas composições familiar e educacional permitiram que a então advogada pudesse defender presos/as políticos/as já no início da carreira, em um período confuso e cruel de nossa história, caracterizado pela privação de direitos políticos,

⁵ Nascida em 6 de janeiro de 1945, na cidade de Laureles, Paraguai, Soledad Barrett Viedma. Na ação de desmanche do núcleo, Soledad (28) e Pauline (25) são deixadas por Anselmo numa loja, em Boa Viagem, onde foram cobrar o dinheiro por peças produzidas por Soledad. Anselmo (31) segue de carro com Eudaldo Gomes (25), com o cunhado Jorge “Mitai” Barrett (21). Anselmo deixa Eudaldo num hotel para trocar dólares e segue com Jorge para um bar, onde supostamente aguardariam os outros. Em seguida, Anselmo levanta e sai, dizendo ter visto um amigo na rua, mas era uma deixa para a entrada dos militares. Todos foram espancados e torturados naquele mesmo dia. Em seguida os policiais levaram todos, com exceção do casal Jorge Barrett e Dilênia Valença, até um sítio em Abreu e Lima (há controvérsias se seria a mesma granja da VPR ou outro local) e simularam um tiroteio. A chegada dos presos, amarrados, foi vista por vizinhos. Os militantes foram executados com tiros na cabeça, no que ficou conhecido como “chacina da Chácara São Bento”. Nos jornais do dia seguinte foi publicada a versão dada pela polícia: tiroteio acaba em morte de seis militantes comunistas.

pela violência, pelo autoritarismo e por uma série de denúncias e prisões atreladas a liberdades de opinião, escolha e filiação partidária? Em suma, como se constituiu pessoal e profissionalmente essa advogada de presos/as políticos/as?

Adentrar a trajetória (auto) formativa de Mércia de Albuquerque, entretanto, pressupõe ir além das escolas, perpassa pela compreensão dos sentidos, das suas lutas, dos entraves e das vitórias vivenciadas por ela. A história de vida da personagem e suas ações profissionais em favor da justiça, dos direitos humanos e da proteção dos menos favorecidos foram exatamente o que me motivaram a aprofundar pesquisas sobre seu processo educacional e curricular. Busquei compreender, na trajetória da personagem, o que a constituiu e como isso reverberou nos benefícios e nos entraves que existiram com seu empenho profissional enquanto advogada – mulher e defensora de presos/as políticos/as.

Nessa perspectiva, apresento uma abordagem que evidencia não apenas aspectos biográficos de Mércia de Albuquerque, mas também como seu trabalho constituiu-se além de suas contribuições sociais, que nos ajudam a entender o sentido de sua vida para a composição histórica e política do Estado de Pernambuco. Isso porque, como apregoou Dosse (2015, p. 375).

[...] o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder à recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria.

Logo, perceber os sentidos atribuídos às vivências de Mércia de Albuquerque perpassa necessariamente pela sua atuação como advogada em um dado tempo e espaço. Entretanto, vale ressaltar que as biografias nunca poderão esgotar a vida dos biografados, pois, a cada nova investigação, sempre existirão novos achados, visto que as fontes pesquisadas sempre poderão ser revisitadas por outros historiadores, podendo ter assim outras interpretações sobre a trajetória da personagem.

Como pressuposto deste trabalho, levo em consideração o fato de que houve uma abertura social, educacional e também política para que Mércia se formasse em Direito, tendo em vista ser este um curso considerado de elite e majoritariamente masculino à época de sua graduação, que acabaria por proporcionar a ela maior credibilidade, respeito e segurança em seu campo de atuação, mesmo sendo mulher.

Desse modo, tomo como objeto central desta dissertação a trajetória (auto) formativa de Mércia de Albuquerque, a fim de compreender: que elementos arregimentaram o seu

processo de ser mulher e profissional, em um regime político autoritário, alcançando o destaque em sua carreira? Assim, a fim de responder a essa questão, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a trajetória (auto)formativa e o processo de atuação profissional como advogada na promoção dos direitos humanos.

Para tanto, foram objetivos específicos: 1) interpretar as (auto) narrativas de mulheres no processo histórico, na educação e na política; 2) mapear a trajetória (auto)formativa de Mércia de Albuquerque; e 3) analisar a atuação profissional no campo do direito e da política no regime militar.

Teoricamente, a pesquisa está embasada em autores como Michelle Perrot (2020), François Dosse (2015), François Dosse (2015) e Georges Duby (1987; 1993). Michelle Perrot possibilita entender a história das mulheres como múltipla, plural, sem determinismos. Assim, a partir do estudo sobre relações de poder vivenciadas por mulheres em diferentes épocas, o que inclui mulheres que se negaram a ser coadjuvantes na história, a autora ajuda a entender que, apesar de essas mulheres não estarem registradas na escrita da História até então, elas existem.

E foi exatamente esse silenciamento que propiciou uma equivocada compreensão de que mulheres não detêm poder. Por isso, a importância de apresentar as mulheres sob a ótica delas mesmas, as quais, ao contrário do que revelam as fontes androcêntricas, se posicionaram por diversas vezes na História contra um sistema opressor e desigual.

François Dosse (2015), por sua vez, em seu livro “O desafio biográfico: escrever uma vida” traz contribuições de como deve ser feita uma biografia que interesse e que traga consigo pressupostos que reflitam não apenas uma vida e obra, mas como a vida biografada está atrelada a um macro contexto que dá sentido às histórias e narrativas dos sujeitos históricos.

A partir dele, busquei entender não apenas uma mulher, mas o contexto a partir e sobre ela. A biografia por ser compreendida como gênero híbrido pode, de forma harmonizada, busca mesclar o gênero literário e a dimensão científica, ao ponto de que a narração da história de vida de um personagem fomente a compreensão histórica de uma época e suas características.

Por muito tempo a biografia foi vista como uma escrita de menor valor acadêmico. No entanto, segundo Dosse (2015), ela vem sendo apresentada, desde a terceira fase das *Escolas dos Annales*, como método que consegue exprimir os fatos de uma época a partir de verificações de fontes documentais que interessem narrar não só a vida da personagem, mas os costumes, os modos, as condutas e as características de um povo em um dado tempo e

localidade. A partir da biografia, podemos entender um perfil comorepresentante de uma classe social, de um tempo, de um gênero dentre outras.

Atento para especificar cada movimento do ato de biografar, Dosse (2015) delimita seus estudos em uma projeção do gênero biográfico e nos apresenta seu desenvolvimento interpretativo através do tempo. Ele evidencia os períodos da história das biografias como: idade heróica, biografia modal e idade hermenêutica. Ressaltando que cada período não se encerra por si só, apesar de surgir em cada tempo um modelo hegemônico, os modelos podem se entrelaçar e tornam-se compreendidos como complemento um do outro e até mesmo coexistem. Após modificações no gênero biográfico, a partir de influências de novos conceitos e estudos, os historiadores passaram a reconhecer-lo e a desfrutarem de suas abordagens e dos seus conteúdos.

Para Dosse (...) “o gênero biográfico participa, pois, de um regime de historicidade no qual o futuro é a reprodução dos modelos existentes”. (DOSSE, 2015, p. 123). Desta forma ele infere sobre o conceito na chamada idade heroica como período da história em que o culto às tradições e à antiguidade reverberam o tom dessa abordagem sob o crivo do processo histórico. Para ele, a biografia heróica “inscreve-se, durante esse longo período, no respeito absoluto a uma tradição que se organiza na antiguidade em torno dos valores heroicos; em seguida, com a cristianização, os valores religiosos é que se difundem tomando por modelo as vidas exemplares” (DOSSE, 2015, p. 123). Nesse sentido a biografia é caracterizada por eventos marcantes do passado que foram escritos com o intuito de nortear e transmitir valores, modos e costumes às gerações subsequentes. Ela é considerada a história magistra, pois tem seu pressuposto ligado a grandes pensadores e filósofos, como Platão, que em seus ensinamentos se embasam no modelo da moral, dos bons costumes, da educação, bem como em parâmetros heroicos que, além de transmitir modos, se preocupa com as histórias de grandes homens (digo homens, pois a mulher tinha seu papel social como secundário), o cunho religioso, voltado ao cristianismo e as suas tradições que deveriam perpetuar na história e nos escritos biográficos, personagens importantes para cada época. Assim os escritos deixados, serviriam como guia. É dessa lógica estabelecida na idade heroica que o texto de Dosse (2015) aborda o processo da ascensão, desenvolvimento, das principais características e diferenças entre a biografia e a pesquisa histórica.

Já a biografia modal “visa, por meio de uma figura específica, ao tipo idealizado que ela encarna. O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo” (DOSSE, 2015, p. 195). É, nesse sentido, caracterizada pelo cunho histórico e pela abordagem biográfica que tem como foco principal a descentralização do singular para uma representação

ampliada, usando o indivíduo como base para uma representatividade mais grupal, coletiva. Ou melhor, o indivíduo é o meio para se chegar à relevância de temas abordados e que tenham interesse macro da sociedade.

A biografia hermenêutica, por sua vez, é guiada pela interpretação dos fatos, por meio da subjetivação, ao que está compreendido “a pergunta sobre o que é sujeito e os processos de subjetivação alimentam essa renovação da escrita biográfica, que, a nosso ver, já entrou na hermenêutica, a da reflexividade” (DOSSE, 2015, p. 229). Segundo o autor, o estudo nesta vertente está focado em situações-limite de crise, e aqui são valorizadas as estratégias individuais justapostas às relações coletivas. O ato de escrever sobre biografias que não necessariamente correspondem a histórias lineares, faz desse processo individual e singular um estudo de caso, uma biografia de exceção, também denominada por Dosse (2015), de paradoxo do “excepcional normal”.

É nesta perspectiva que essa dissertação se desenvolve, buscando a partir da vida de um indivíduo relatar seus feitos e suas implicações no seu contexto social. Um indivíduo comum, que marca seu tempo a partir de feitos que implicaram no coletivo e que, para além de ser visto e lembrado, é narrado na história a partir de testemunhos que considerou seus comportamentos. Logo, é a partir dessa noção de indivíduo com história comum, mas de relevância notória na sociedade, que se tem início um renovo na história social. Partindo dessa compreensão, essa dissertação, busca na trajetória de Mércia de Albuquerque, evidenciar suas práticas, narrativas de vida e atuação profissional elencando elementos da sua conjuntura que a constituíram.

Diante de tal histórico e do significado que a biografia foi ganhando na produção do conhecimento, sobretudo histórico, é preciso ressignificar a ideia de retrospectiva para que seja possível um alinhamento à concepção prospectiva, ao ponto de inferir na escrita da história uma inflexão do futuro. Isto porque a biografia de uma pessoa não pode ser resumida à visão linear da sua trajetória, pois narrar os fatos como se dão, não necessariamente traduzem O QUÊ, e COMO devem ser contadas tais histórias. O ato de biografar deve partir da dialética entre acontecimentos, fatos, estruturas, grupos, modos de vidas, entre outras classificações que articuladas, fornecem a possibilidade de iniciar um processo de se biografar a vida de um indivíduo.

Diante disso, não se pode afirmar que tal processo não seja enlaçado por outras vertentes que podem sugerir caminhos outros para as narrativas dos acontecimentos. Nesse sentido, teremos na história vivida e contada um elo que os conectará para tecer as trajetórias

da sociedade. Ideias frequentemente apresentadas ao longo dos tempos sobre o que seria de fato o ato de biografar, é o que leva a sociedade a compreender parte do fazer história.

Nesse aspecto, verificar quais fatores corroboraram na formação da personagem e quais fatores contribuíram de forma concreta em sua ação profissional, foram meus focos de pesquisa. Levei em consideração que seu itinerário perpassou por sua base familiar, escolar, universitária e por sua prática cotidiana no exercício da profissão, primeiro de professora primária e depois de advogada.

Por último, há que ressaltar que, com base em historiadores como Georges Duby (1987; 1993) e Michelle Perrot (2020) que, vida e histórias no particular podem interessar ao historiador, mas quando elas estão articuladas com questões sociais, econômicas, políticas e religiosas, podem fazer entender o contexto histórico e a vida de muitos outros em seu tempo e lugar.

Duby (1987) também traz em seu livro “Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo”, um jeito próprio de recontar a vida de alguém que em seu tempo teve sua importância, mas não foi consagrado herói pela tradição de sua época. Narrando a vida de pessoas que existiram – assim como o Marechal, que, partindo de uma vida simples, galgou espaços de relações de poder como cavaleiro e conseguiu conquistar a fidelidade do rei –, Georges Duby (1987; 1993) traz em seus escritos evidências de atuação e trajetória de seus personagens diante da sociedade a partir de relatos orais, cartas, discursos, costumes e egodocumentos.

A metodologia utilizada embasou-se na pesquisa documental, que contou com a coleta de dados e informações que deram suporte para a construção da dissertação. Serviram como fontes bibliográficas artigos, livros, teses e dissertações, e como fontes documentais currículos, decretos, diretrizes, leis e egodocumentos (cartas, bilhetes, fotos, vídeos, discursos, relatos, anotações, palestras e pronunciamentos).

De acordo com Severino (2015), a pesquisa bibliográfica permite fazer usos de materiais oficiais que já sofreram algum tratamento em suas informações por outros pesquisadores, sendo, portanto, diferente da pesquisa documental, pois nesta o pesquisador faz uso de documentos que não passaram por uma modificação ou não sofreram nenhum tratamento por pesquisadores.

Também fiz uso do recurso instrumental de entrevistas não diretivas ou aberto, com 03 pessoas, contemporâneos e colegas da advogada que, na ótica de Severino (2007), estão compreendidas de informações dos sujeitos a partir de seu discurso livre,

O entrevistador mantém-se em escuta atento, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações. (SEVERINO, 2007, p.125).

As fontes foram localizadas e selecionadas a partir dos lugares por onde a personagem transitou, e foi solicitado acesso a acervos de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. No entanto, o percurso se deu de distintas maneiras: em Pernambuco, ao solicitar dados relacionados à docência e à atuação de Mércia de Albuquerque como advogada, muitos documentos não existiam ou não se encontravam digitalizados, dessa forma precisei fazer o pedido mediante ofício de pesquisadora junto à orientadora para só então ter o acesso. Fato é que, mesmo realizando todos os procedimentos solicitados, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação previsto na Constituição Federal, proíbe que pessoas comuns tenham acesso à vida de personagens que não tenham morrido há pelo menos 100 anos, ou seja, precisei recorrer ao uso de fontes e documentos enquanto historiadora e pesquisadora, para de fato poder ter a garantia do acesso à informação sobre a vida da personagem (BRASIL, 2011).

Tal situação também ocorreu em outros Estados, porém, diante do recurso de solicitação, foi possível respaldar minha busca sob a tônica da pesquisa científica, o que de fato ela é. No acervo do Setor de Manuscritos e Impressos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, só consegui acesso à documentação de algumas escolas de Pernambuco até o ano de 1931, que me serviria para balizar relações e diferenças do ensino curricular de um dado tempo.

No Estado do Rio de Janeiro, o acervo público continuou me negando o acesso, reforçando que o período de cem anos da morte da personagem ainda não estava validado, ou seja, neste Estado não consegui acesso a nenhum tipo de documentação relacionada à minha busca, que era a ligação educacional que a personagem teve com o Colégio Guido de Fontgalland, que ficava em Alagoas, mas teve seu arquivo encaminhado para o Rio de Janeiro, pois a continuação do colégio se deu por lá, antes de ser totalmente extinto.

Já no Colégio Santíssimo Sacramento, em Alagoas, encontrei a mesma barreira sobre a Lei de Acesso à Informação, mas, estas foram superadas devido à minha insistência e ao respaldo na mesma lei:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

[...]

II - à realização de estatísticas e **pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral**, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

[...]

IV - à defesa de direitos humanos [...] (BRASIL, 2011, n. p., grifo nosso).

Nessa prerrogativa baseada em lei, o acesso ainda me poderia ser negado, pois eu deveria tratar da personagem no anonimato, sendo proibida a inclusão de sua identidade, contudo pesquisei mais sobre as leis que poderiam auxiliar na escrita de pesquisas voltadas a biografias que necessariamente precisariam permanecer atreladas ao nome do pesquisado/a para assim ter as honras necessárias. Nessa seara de investigação, me deparei com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)n.º 4.815 – Distrito Federal (BRASIL, 2015), com relatoria da ministra Cármen Lúcia. Tal ADI traz a seguinte compreensão:

Ação direta julgada procedente para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes). (BRASIL, 2015, p. 3).

Dessa forma, a ministra Cármen Lúcia ressalta a importância de se ter no ato de biografar ou relatar a vivência de outrem, um ato de manter a história viva e aberta a todos, sem a restrição de informações de uma vida que interesse biografar, sem que haja ganhos e uso indevidos com a imagem do biografado ou produza lucros. No caso de pesquisas científicas que sejam transparentes com trajetória histórica do biografado, não faz sentido tolher o direito a se escrever e identificar o sujeito; segundo a ADI, tal feito é considerado legalizado. Assim, busquei nas fontes bibliográficas e documentais amparo para as análises da trajetória (auto)formativa de Mércia de Albuquerque, em distintos aspectos de sua vida, correlacionando-a ao contexto social, cultural, econômico e político da época, para melhor

compreender aspectos que confluíram para a história de Pernambuco e do Brasil, afinal, nos ensina Borges (2008):

Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das “vozes” que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como “sem documentos não há História”, os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação. (BORGES, 2008, p. 212).

O caminho da investigação propicia para os pesquisadores a possibilidade de se achar fatos/relatos no processo histórico dos indivíduos; sendo a partir dessa verificação que é possível por intermédio das vozes que ecoam do passado, encontrar documentos que façam sentido manter as narrativas e memórias vivas, através de seus descendentes. É o recontar a história a partir de micro histórias que se articulam com demais narrativas, tornando-a história viva, atraente e significativa para dar sentido de continuidade. As premissas dos relatos, vestígios e marcos para um grupo familiar, bem como para a sociedade, norteiam as investigações sociais. Por conseguinte, averiguar a partir das entrevistas de quem vivenciou fatos relacionados à personagem apresentada, nos interessa por ser possível articular memórias e situações que ocorreram no passado para melhor compreender como se deu o processo de atuação de advogada frente a defesa de presos/as políticos/as no regime civil militar.

Quanto aos entrevistados, foram escolhidas pessoas que tiveram ligação direta e indireta com a personagem, sendo alguns deles nomes de pessoas públicas que, mediante autorização prévia, aceitaram compor a dissertação com suas informações sobre a vida formativa e profissional de Mércia de Albuquerque. São eles: o Poeta Marcelo Mello e ex-preso político; o Advogado Marcelo Santa Cruz também ex-preso político e o Historiador Tasso Brito, ambos entrevistados nesta dissertação pela relevância de suas trajetórias ligadas a personagem Mércia de Albuquerque.

A estrutura da dissertação ficou disposta em cinco etapas, são elas: a introdução, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, proponho-me interpretar as (auto) narrativas de mulheres no processo histórico, na educação e na política, a partir da compreensão de Michelle Perrot. O capítulo está delineado em duas subdivisões, sendo uma voltada à mulher na educação e outra à mulher politizada, e foi intitulado da seguinte maneira: “Uma História Outra – A História das Mulheres”, na prerrogativa de articular a história das mulheres à personagem estudada e verificar semelhanças e diferenças das demandas com o

passar dos tempos. Atentando para a mulher no Brasil e no mundo, quais têm sido os enfrentamentos atuais?

O segundo capítulo, intitulado “(Auto) Formação de Mércia de Albuquerque”, tem como objetivo mapear a trajetória formativa da personagem. Destaca elementos da sua biografia por exprimir suas experiências e formações familiares, religiosas, educacionais e suas relações com movimentos sociais, bem como o contexto histórico em que ela se encontrava em cada uma das fases pelas quais passou.

Abordar a biografia de um indivíduo pressupõe, segundo Dosse (2015), descrever o passado sob outras óticas que poderão apresentar suas “narrativas”, atreladas ao modo como a história se apresenta a ele. O autor faz uso da frase: “O indivíduo é aquilo que lhe permitem ser sua época e seu meio social” (FEVBRE, 1953*apud*DOSSE, 2015, p. 212). Para tanto, Dosse complementaria a fala de LucianFevbre com a seguinte afirmativa: “Portanto a biografia só é pertinente a título de ilustração das categorias que determinam seu curso. O contexto prevalece e, dele, o indivíduo é mero reflexo” (DOSSE, 2015, p. 216). Ou seja, se o indivíduo não é livre para ser o que ele quer, significaria existir um mecanismo social que produz em cada época e lugar as diretrizes do que se pode realizar. Significa que as relações do meio e do contexto estabelecem nossa atuação individual e coletiva, nos conduzindo a ser e pensar dentro desse mecanismo orquestrado, o que nos curva à condição de mero reflexo de onde e quando nos estabelecemos socialmente. Enceto o desvelar sobre as experiências consolidadas na construção formativa da personagem.

Nesse sentido, encontrar aspectos relativos à representação das distintas fases de sua trajetória serviu para a possível compreensão do contexto em que a menina/mulher/mãe/advogada esteve inserida e trouxe outros pontos de vista, que ajudaram a melhor compreender suas escolhas e decisões tomadas pessoal e profissionalmente.

Igualmente, interessou seu nascimento, sua formação familiar, escolar, suas crenças, suas inter-relações sociais e sua formação universitária. Para tanto, fez-se necessário uma submersão nas experiências e narrativas de Mércia de Albuquerque, na busca por identificar o que a levou às suas práticas cotidianas frente à defesa de presos/as políticos/as.

Busquei verificar o que respaldava sua atuação profissional em função da defesa dos direitos humanos no período de atrocidades, autoritarismo e inconsistências políticas vividas no Brasil entre 1964 e 1978, apontado pelo percurso cronológico de suas práticas educacionais experienciadas no período escolar e universitário. Para isso, fiz uso da legislação política de cada época, bem como dos regimentos, currículos, resoluções, cartas, discursos, pronunciamentos, emendas constitucionais e as Leis de Diretrizes e Bases (LDBs).

No terceiro capítulo, intitulado “A Trajetória da Advogada”, me propus analisar a atuação profissional no campo do direito no contexto político do regime militar no Brasil (1964-1985), atentando para as interferências sofridas e investidas por Mércia de Albuquerque na sua atuação como advogada. Analiso seu posicionamento político, educacional e dos direitos humanos, bem como quais motivações pessoais e profissionais a conduziram à defesa de presos/as políticos/as. Nele também abordo fatos de sua profissão como advogada, levando em consideração suas construções formativas para sua projeção profissional. Apresento uma interpretação sobre as experiências vividas como advogada no período político autoritário e busquei balizar em que preceitos e valores de sua atuação no processo histórico e político ela se apoiou.

Por fim, nas considerações finais, considero o fazer-se profissional de Mércia de Albuquerque na área do Direito e da promoção da justiça, considerando a trajetória (auto) formativa da personagem como processo de construções e experiências. Dispondo de narrativas da advogada, suas contribuições sociais e a relevância de sua atuação; bem como de fatos do regime militar e suas intersecções com a sociedade, com a vida política e educacional, faço um contraponto entre a ditadura durante o regime militar e as relações políticas e arbitrais da atualidade em nosso país e no mundo.

2 UMA HISTÓRIA OUTRA – A HISTÓRIA DAS MULHERES

A mulher, ao longo do tempo, tem ensinado ao homem sonhar. E, ao longo desse tempo, a mulher tem ajudado, participado e construído, com o homem, a realidade da liberdade, da democracia, da cidadania, da igualdade social. (ALBUQUERQUE, 2002, n. p.).

A compreensão da frase dita acima por Mércia de Albuquerque sobre o papel da mulher na sociedade está contida no processo histórico da humanidade, ainda que essa mesma mulher tenha sido hostilizada e afastada das questões políticas, econômicas e sociais. Entretanto, a mulher aparece descrita pela personagem como alguém também responsável por ensinar o caminho da liberdade, da democracia e da cidadania, tudo isso atrelado à garantia da igualdade de direitos, sem distinção de gênero.

Neste capítulo, proponho-me a interpretar as (auto)narrativas de mulheres no processo histórico, na educação e na política, a partir da compreensão de Michelle Perrot (2020). Dessa forma, falar da mulher, enquanto substantivo requer uma atenção histórica aos dados atinentes a cada geração, uma vez que cada época traz consigo valores e costumes que desembocam na lógica social vigente.

Os historiadores mantêm a compreensão de que, durante o século XIX, na Europa, por exemplo, as mulheres da classe trabalhadora se organizaram e se empenharam na luta por melhorias e garantias de direitos igualitários e reconhecimento de seu trabalho. A partir das lutas contra as formas de industrialização, os baixos salários e a jornada exaustiva de trabalho, sobretudo de seus companheiros homens, as mulheres passaram a ser ouvidas e vistas pela sociedade, embora muito parcimoniosamente, como sujeitos passíveis de direitos.

Ainda no mesmo século, segundo Perrot (2020), a mulher conseguiu manifestar seu livre pensamento sobre as atrocidades vividas e, paulatinamente, foi conquistando seu espaço na sociedade. Nada foi gratuito ou sem batalha, tudo foi à base de muita luta e com perdas de muitas mulheres. E até os dias atuais, muitas guerras precisam ser travadas para se conquistar espaço político-social e garantias de direitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, a seguir apresento dados do último censo demográfico realizado em 2010, os quais não são dados fidedignos à atualidade, pois, em dez anos, muitas informações mudaram, ainda mais quando se tem uma adversidade de força maior, como foi o caso de 2020, quando se chegou ao país a pandemia de Covid-19. Além desse advento atípico e sem controle, houve questões de ordem de má governança pública, o que culminou para diminuição dos recursos para processos de inclusão, diminuição quanto ao acesso e

reconhecimento da mulher nos campos que aqui tratamos – a educação e a política. Com o atraso do Censo 2020, que ficou em segundo plano no governo atual, tendo que ser adiado, o Brasil passou a contabilizar perdas de dados irreparáveis que serviriam para averiguar a situação do país. Tais informações seriam de suma relevância para diagnosticar os avanços das desigualdades em todos os níveis, bem como efetivamente avaliar se foi possível ter avanços positivos para a sociedade. Essa questão deixa o Brasil numa situação econômica, política e social equiparada a um país estagnado no retrocesso de informações cruciais para se pensar no desenvolvimento de uma nação. Colapsar o sistema com informações incoerentes ou até mesmo mascaradas pode ser bastante prejudicial em todos os aspectos da sociedade. Tal afirmação se embasa nos objetivos das Nações Unidas, que tem o intuito de conseguir pôr em prática no mundo os seus 17 objetivos parter uma vida sustentável e maior desenvolvimento humano, com a erradicação da fome, diminuição das desigualdades sociais, o cuidado e proteção ao meio ambiente e igualdade de gênero, entre outros objetivos que reforçam a preocupação em ter uma sociedade com educação de qualidade, a fim de obter melhorias para humanidade. Tais objetivos são pensados e estrategicamente implantados no mundo para que a partir de ações efetivas e direcionadas até 2030 possam ser alcançadas, trazendo resultados positivos para cada país.

Dito isso, trago aqui a análise dos dados referente às mulheres, que baseada nos objetivos da ONU, tem seu foco no empoderamento de meninas/mulheres para se conseguir atingir uma sociedade mais justa. Baseado nisso trago dados do último Censo de 2010 do Brasil⁶, os quais apontam que as dificuldades de ingresso em espaços políticos e educacionais e sobre mudanças no cenário de acesso e permanência das mulheres nestes mesmos espaços. No entanto, as desigualdades de gênero ainda seguem por definir a atuação da mulher na sociedade. Nessa perspectiva, quando investigadas as questões quanto ao ingresso de mulheres no processo formativo, o IBGE aponta:

Elas estudam mais, mas possuem formação em áreas que auferem menores rendimentos; estão mais presentes no mercado de trabalho, mas continuam ganhando menos e caminham mais lentamente rumo à formalização; ganharam espaço entre os responsáveis pelas famílias e domicílios; e,

⁶ Em 2010, o IBGE realizou o XII Censo Demográfico, que constituiu no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características socioeconômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deveria se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década. O Censo 2010 é um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios, ou seja, ele nos diz como somos, onde estamos e como vivemos. A fase preparatória da operação censitária teve início em 2007 e seus trabalhos foram intensificados a partir de 2008. A coleta teve início em 1º de agosto de 2010, durando 3 meses. E os primeiros resultados foram divulgados em dezembro do mesmo ano. No Censo 2010, mais de 190 mil recenseadores visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros (IBGE, 2010).

mesmo entre elas, há importantes diferenciais regionais e de cor ou raça, que reforçam as desigualdades de gênero ainda enfrentadas pelas mulheres no Brasil. (ESTATÍSTICAS..., 2014, n. p.).

Contudo, é possível verificar a mulher no século atual, como participativa das questões educacionais e da vida política. Abandonando aos poucos a ideologia da mulher dona de casa, que tinha o papel principal de cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Tais avanços nos registros estatísticos trazem a mulher, que por décadas teve seu espaço delimitado a questões de ordem familiar e da religiosidade, se (re) descobrindo como cidadã e mulher para além do que antes foi preestabelecido socialmente. Desta forma os dados sobre o ingresso da mulher passam a ser relevantes para a sociedade, com a prerrogativa de melhor entendimento do cenário que vem se desenhando. Os dados apontam que não basta crescer o número de acesso, se a permanência não é garantida. É preciso garantir a equidade quando falamos de salários, de acesso às universidades e de representatividade na política.

Nessa questão, a mulher aparece na pesquisa como detentora de outros espaços onde antes lhe era negada a participação, assumindo maior representatividade no campo educacional, aparecendo nas universidades e no mercado de trabalho com maior frequência e em maior número.

[...]Entretanto, há considerável desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, evidenciando que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional, mesmo entre as mulheres que mais se beneficiaram da crescente escolarização: a diferença entre homens brancos e mulheres pretas ou pardas que conseguiram completar o ensino superior ainda é superior a 10 pontos percentuais. (IBGE, 2018, p. 7).

Ainda sobre os dados da mulher na sociedade, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - (IPEA) apresenta-nos as mulheres nas últimas décadas e seus desafios a serem enfrentados quanto aos campos político e educacional. De modo que seja atuando no processo de escolhas de seus/as líderes através do voto, seja garantindo sua efetiva participação no espaço democrático de direito como candidatas ou eleitas, as mulheres ainda aparecem nas estatísticas de submissão. Diante dos dados encontrados, é possível verificar que:

A histórica de exclusão das mulheres das esferas de poder e tomada de decisão foi abordada em diversos tratados e conferências internacionais e fundamenta as lutas pela garantia de direitos políticos, como os direitos de votar e de se eleger. Contudo, a existência formal desses direitos não assegura às mulheres participação equitativa nos espaços de poder, que permanecem com escassa presença feminina na política formal, ainda que haja ampla participação na política não institucional. (REZENDE, 2016, p. 3).

A pesquisa aponta que, ainda que esse número de participação da mulher na política tenha aumentado, é preciso mais que incluí-la nesse universo. É urgente se pensar em políticas públicas e estratégias que garantam uma equidade de gênero nos assentos nas casas que representam o povo, que assegurem a dignidade de sua participação, que criem mecanismos de valorização do seu trabalho, sem que haja desrespeito por sua condição de ser mulher, e que possam pensar em divisões das cadeiras representativas por igual número de homens e mulheres. Ou seja, faz-se de suma importância repensar os códigos de condutas sociais que estão postos, para se pensar numa política democrática, plural e diversa.

Na última década, a mulher apresentou um nível maior quanto à média de escolaridade se comparada ao homem, mas não conquistou compatibilidade com sua profissionalização no mercado de trabalho. Isso ainda é percebido mediante as disparidades salariais das mulheres no mercado; mesmo ocupando espaços semelhantes aos de homens, elas ainda ganham menos.

A configuração da mulher na política também perpassa pelo viés de alçar voos mais altos, que se possa mobilizar a sociedade a ter mais representatividade feminina nas casas, no Congresso e na Câmara.

Apesar da existência de cotas, em 20.12.2017, o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3%. No Senado Federal, composto por eleições majoritárias, 16,0% dos senadores eram mulheres e, na Câmara dos Deputados, composta por eleições proporcionais, apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres. Paraíba, Sergipe e Mato Grosso não tinham nenhuma mulher exercendo o cargo de deputada federal na data. A proporção de mulheres nos parlamentos nacionais e também na chefia dos governos locais (prefeituras) está no rol de indicadores da Agenda 2030, no bojo do objetivo 5: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. (IBGE, 2018, p. 9).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, realizada pelo IBGE, o Brasil está entre

[...] os três países com maior percentual de mulheres ocupando assentos nas câmaras baixas ou parlamentos unicamerais de cada continente, sendo que para o continente americano foram selecionados três países para cada região [...] (IBGE, 2018, p. 9).

De acordo com esses mesmos dados, entre os três países da América do Sul estão Bolívia (48,9%), Argentina (38,0%) e Brasil (10,5%). Em nível mundial, o país tem o pior percentual; aparecemos atrás até da população do Afeganistão, que por décadas privava as mulheres de tais espaços, mas, após muitas lutas, estas conquistaram o seu espaço político,

com representações veementemente ativas e respeitadas, o que atualmente, com a retomada do poder pelo Talibã⁷, vem sendo ameaçado.

2.1 A MULHER NA EDUCAÇÃO

Ao mirar o olhar para o campo da educação, conseguimos perceber, dentre outras questões, uma perspectiva equivocada sobre o papel da mulher nesse campo e conseqüentemente na sociedade. Isso porque, por séculos, acreditou-se que classes desprivilegiadas e inferiorizadas não detinham poder. Atribuiu-se a esses grupos sociais apenas a condição de subsistência, os quais eram atrelados aos desejos e aos caprichos da realeza, de imperadores, da burguesia e da elite econômica. A partir desse equívoco histórico foi possível verificar e revisitar a História por outros ângulos e atentar para a ampliação de documentos a serem pesquisados.

Pautando-se nos estudos de Michele Perrot (2020), é possível afirmar que, para se entender o poder da mulher, é preciso compreender antes o seu processo. Digo processo, por entender que a mulher passou por uma construção processual de sua atuação e mobilização social em que aprendeu, assim como os homens, e por vezes de maneira bem mais difícil, a criar redes para se manter lutando pelo que acreditava.

Para a historiadora, tal poder era considerado por diversos pesquisadores/historiadores como um poder da escuridão ou maligno, uma vez que a mulher era considerada desprovida de tributos e qualidades para se apresentar na sociedade como detentora de conhecimentos, por isso a ela era atribuída o lugar de submissão. Essa visão foi alimentada por gerações e subsidiava as interpretações acerca das capacidades intelectuais da mulher, à qual era atribuída, muitas vezes, a pecha pejorativa de bruxa⁸ ou algo equivalente, ante qualquer demonstração de conhecimento mais elaborado.

Por causa disso, muitas delas foram queimadas ainda vivas em fogueiras, o que demonstra, dentre outras coisas, um histórico de sociedades androcêntricas, negacionistas e preconceituosas. Talvez por isso, na história oficial, a mulher que subvertia padrões preestabelecidos foi sendo apagada dos registros oficiais e, quando registradas, o foram sob o estigma da bruxaria. Por certo, isso ocorreu e ocorre até os dias atuais porque mulheres

⁷“[...] grupo islamita militar afegão que pretende aplicar as leis do Alcorão em todos os aspectos da sociedade” (TALIBÃ, c2021, n. p.).

⁸“O conceito de bruxaria para Russel e Alexander estão diversificados na história, para eles compreende-se a bruxaria em distintos momentos ligados a aparição feminina, tal associação ao termo bruxaria estaria ligado a um estereótipo de mulheres inteligentes, curandeiras, feiticeiras, estudadas, bonitas e de conhecimento de mundo ampliado. (RUSSELL; ALEXANDER, 2019).

ousaram (e ousam) sair de seus papéis predefinidos e se permitiram experienciar outras possibilidades de ser e de estar no mundo, fazendo uso da capacidade de criar, ressignificar e inovar, que sempre acompanhou a raça humana, independentemente do sexo biológico.

Diante do costume masculino aprisionador e regulador do que compete à mulher na sociedade, foi considerado normal forjar uma amarra para a mulher, proibindo-a de ter a possibilidade de pensar, projetar e executar sua própria trajetória. Entretanto, tal tipo de mentalidade, apesar de ter sobrevivido séculos, não a impediu de uma série de investimentos que podem ser acompanhados na história e que reverberam em várias das conquistas hoje alcançadas. Segundo a compreensão de Perrot:

As mulheres não são passivas e nem submissas. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 2020, p.224.)

Remetendo-nos à história da personagem aqui investigada, Mércia de Albuquerque Ferreira, que, embora tenha vivido no século XX, esteve sob regime de *estado de exceção*⁹, é possível perceber a quebra dos paradigmas sobre o que deveriam ser as atribuições da mulher, mesmo em sua geração. Sua trajetória mostra-nos que ela passou a desfrutar da liberdade de escolha entre vivenciar o que se acredita e analisar o designado para sua existência. Foi no campo da educação que a personagem se forjou desde os primeiros momentos de sua vida para ser justa e fiel aos seus princípios, mesmo que recaísse sobre si o peso social e político próprio do regime político.

Em uma rápida digressão histórica, percebe-se que “a presença feminina é marcante em todos os níveis de formação educacional, mas nem sempre foi assim. As mulheres ingressaram na escola tardiamente e com formação voltada para os cuidados com o lar e a família” (FERNANDES, 2019, n. p.). Entendemos que a história da educação das mulheres,

⁹ “Segundo opinião generalizada, realmente o estado de exceção constitui um ‘ponto de desequilíbrio entre direito público e fato político’ (Saint-Bonnet, 2001, p. 28) que – como a guerra civil, a insurreição e a resistência – situa-se numa ‘franja ambígua e incerta, na intersecção entre o jurídico e o político’ (Fontana, 1999, p. 16). A questão dos limites torna-se ainda mais urgente: se são fruto dos períodos de crise política e, como tais, devem ser compreendidas no terreno político e não no jurídico-constitucional (De Martino, 1973, p. 320), as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito. [...] O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo.” (AGAMBEN, 2004, p. 12-13).

no Brasil, versava sobre aspectos voltados ao cuidado de pessoas doentes, da higiene, do preparo de alimentos, entre outros, como se vê descrito na citação abaixo intitulada, o século XX: propostas governamentais versam sobre o papel da mulher.

Higiene e preparo dos alimentos; cuidados com pessoas doentes e normas para receber bem foram algumas das matérias previstas para um ensino médio feminino proposto em um plano Nacional de Educação durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Ainda em uma tentativa de associar as mulheres aos cuidados com o lar e a família, Capanema propôs, 1941, o Estatuto da Família, incentivando a prole numerosa, a chefia paterna reforçada e a censura moral em todos os níveis. Segundo o artigo 14 do referido estatuto” as mulheres não poderão ser admitidas senão nos empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da conveniência familiar”. Muitos criticados na época, os dois projetos foram modificados antes da aprovação (SCHUMACHER, 2003, p. 40).

No entanto, após interferências políticas e econômicas, todo o país sofreu perdas irreparáveis no processo histórico e educacional. É sabido que o país que investe pouco em formação de professores pode ser conduzido a “verdades” distintas sobre o que seria melhor para a população, deixando espaço para a reprodução de um sistema que oprime seus cidadãos e que mantém a “ordem” mediante força militar.

A História do Brasil, contada sob um novo olhar histórico, permite entender o processo formativo no país, no período do regime militar (1964-1978), como aquele que manteve uma sociedade amedrontada, sem direitos e com muitos deveres que não correspondiam às necessidades do povo. A conjuntura política brasileira do momento da atuação de Mércia de Albuquerque (1964...), por exemplo, era também vivenciada como momento político de muitos entraves na educação, com os professores, as pesquisas e as instituições de ensino (FIALHO; SOUZA; NASCIMENTO, 2020).

Nesse aspecto, segundo Perrot (2020), a mulher é apresentada nos livros de história durante décadas como alguém que simplesmente compactuou de ser e ter um papel de coadjuvante e/ou subalterno, o que, conforme a autora, não é verdade, pois a mulher em seu tempo e espaço buscou seu lugar de aparição, por vezes (re)significando sua atuação. Ao certo, individualmente ela galgaria a passos lentos na história, por isso, ela aparece sempre provida da coletividade feminina unificação as demandas para se sustentar ideias, projetos, leis e garantias sociais.

O que ocorre é que ações, benfeitorias, avanços e descobertas realizadas por mulheres não foram computadas na escrita da história, pois, hegemonicamente, o detentor dos espaços oficiais e de documentação foi (e é ainda) majoritariamente masculino, dificultando, portanto,

a compreensão da atuação e do poder que a mulher exerceu e exerce na construção da história da humanidade.

Ao estudar a trajetória de mulheres, objetivamos entender a sua composição e, para além das suas instâncias formativas, compreender as disparidades entre o que se viabiliza, em relação às oportunidades, para homens e mulheres nos séculos XIX e XX, atentando para suas classes sociais, poderes econômicos e aquisitivos e, acima de tudo, para como as relações de gênero se impõem neste recorte temporal. Neste sentido, debruçarmo-nos sobre o estudo da educação de mulheres nos permite entender os principais impasses postos, em detrimento de sua condição biológica. (BARRETO; NASCIMENTO, 2021, p. 95-96)

Por isso, ampliar o olhar a partir da escrita e da oralidade da mulher no processo educacional e político se faz urgente e imperativo, a fim de verificar outras narrativas existentes e assim contribuir com a meta nº 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU, c2021a): igualdade de gênero¹⁰.

Vale salientar também que a meta não apenas inclui o campo educacional, mas principalmente os campos da política e da economia. O que a ONU entende como meta a ser alcançada no mundo inteiro até 2030 é a participação ativa das mulheres em espaços de relações de poder, que podem e já são ocupados por mulheres, visto que ainda existem limitações de cunho sexista, machista e hegemônico para que não apareçam como protagonistas de suas próprias histórias.

Dessa forma, a meta nº 5 tem o intuito de incluir mais veementemente as garantias de acesso e permanência das mulheres na educação, no mercado de trabalho, na vida pública e política, na economia, no geral na tomada de decisões e de poder. A meta nº5 da ONU nos aponta que é necessário.

Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais. (IPEA, c2019, n. p.).

Seguindo as recomendações da ONU, o Brasil deve:

Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e

¹⁰ Essa meta tem como objetivo: “[...] alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. [...] Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.” (IPEA, c2019, n. p.).

habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. (IPEA, c2019, n. p.).

Numa tentativa de equiparar as diferenças entre homens e mulheres na sociedade brasileira, faz-se urgente colocar em prática ações que promovam a emancipação e o empoderamento de meninas e mulheres nos seus respectivos lugares de atuação, seja no campo, seja na cidade. A pesquisa vem reforçar que a dicotomia existente não vem dando certo e que se torna necessário pensar em alternativas de inclusão das mulheres na sociedade, garantindo o acesso e a permanência destas, com igualdade e equidade entre elas e os homens.

2.2 A MULHER NA POLÍTICA

A imposição de um sistema opressor se apresenta na História a partir da imposição do entendimento de quem é mais forte e de quem é mais fraco. Nesse sentido, baseado na força física, econômica ou mesmo intelectual, o que pode significar acesso para alguns, é a evidente exclusão para uma maioria restante. Longe de considerar a mulher como sujeito social com garantias de direitos, a história revela ora um ser social por vezes tímido, pacato, subserviente, em sua maior parte, ora um ser marcado por estigmas que vão da bruxaria à prostituição e demais características que a colocam sempre em segundo plano quando comparada ao homem, o que talvez tenha impulsionado o início de ações e construções de movimentos coletivos, com o intuito de as mulheres serem atendidas e respeitadas em suas condições de trabalho, na família, na igreja e em demais espaços que ofuscavam sua existência.

Ações como serem proibidas de ler, escrever, falar, pensar, posicionar-se, pensar diferente, ser crítica, entre outras formas, nos remetem sobremaneira à vida de muitas mulheres em diversos tempos históricos que, assim como as do século XXI, e resguardadas as características de cada tempo histórico, foram por muitos anos oprimidas em sua condição de nascimento por serem mulheres, proibidas de se conhecer e vivenciar as aprendizagens e as informações que o mundo proporciona. No entanto, a mulher em seu tempo, com suas demandas, pensou e ousou criar e ressignificar o sentido de ser mulher em busca de viver a igualdade, a liberdade de expressão, os direitos políticos e, sobretudo, o direito à vida. Assim, verificar avanços que foram conquistados antes de nós, não significa que os direitos conquistados não pudessem ser questionados, vetados e revogados pelos governos que se sucederiam em cada época e lugar.

Se no século XVIII tivemos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), primeiro grande marco histórico dos direitos humanos, por conseguinte, também

marca esse período a exclusão das mulheres. Estas, todavia, unificaram as demandas existentes e propuseram, em setembro de 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que já inicia seu preâmbulo informando a reivindicação na Assembleia Nacional da França:

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral. Em consequência, o sexo que é superior em beleza, como em coragem, em meio aos sofrimentos maternos, reconhece e declara, em presença, e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã. (GOUGES, 1971, n. p.).

A Declaração, em seguida, lança o primeiro artigo, que já traz uma grande afirmação dos direitos das mulheres: “**Artigo 1º** [...] A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum” (GOUGES, 1971, n. p., grifo do autor).

E em seu decorrer, o documento faz menção a importantes solicitações de direitos da mulher à época como tais:

Artigo 6º

A lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos. Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

[...]

Artigo 10

Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio. A mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11

A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: “*Sou a mãe de um filho seu*”, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a

verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.(GOUGES, 1971, n. p., grifo do autor)

Após essa declaração, as mulheres não pararam por aí, buscaram garantir cada vez mais acesso a espaços outrora nunca ocupados e a garantia de sua permanência nesses lugares. Dessa forma, o processo de lutas e conflitos por questões de gênero vem sendo desde muito tempo um entrave social, religioso, político e econômico que precisa ser combatido com maestria e perspicácia.

Já no campo político, no século XIX, temos como marco na história das mulheres mudanças expressivas quanto à igualdade de gênero – a partir da significativa contribuição da Declaração dos Direitos Humanos no ocidente, as lutas e o empoderamento das mulheres, as revoltas estudantis na França e no mundo afora, ações que provocaram uma acentuada perseguição e repressão aos direitos humanos, em especial à vida e à liberdade. Características marcantes de cada cultura vão reverberar nas atitudes, nos costumes e nos modos de uma população, considerando que

[...] em cultura nada permanece imutável, mediante novas realidades nos finais dos anos 60 do século XX – contestação da legitimidade do poder em todas as suas formas, revolta estudantil na França, ditaduras patrocinadas pelos Estados Unidos na América Latina, repressões nas repúblicas socialistas do Leste europeu, críticas ao stalinismo e a todas as violações de direita e de esquerda aos direitos humanos, recrudescimento de movimentos neo-anarquistas, reivindicações do movimento feminista e muitos outros –, os historiadores são chamados a voltar-se para as questões candentes do tempo presente. (JANOTTI, 2008, p. 14).

Nessa perspectiva, o Estado, a política e a escrita da história passam por uma ressignificação, ao ponto de se considerarem as experiências e as construções das sociedades, o que foi feito, por sua vez, pelos excluídos da história, os operários, os prisioneiros e mais especificamente por aquela que por séculos foi excluída da construção histórica, a mulher.

Surge um levante de possibilidades de se abordarem as histórias individuais, correlacionando-as aos fatos sociais, às injustiças, ao mecanismo de funcionamento da sociedade, a partir de uma história de baixo e não mais de quem detêm o poder. Nesse sentido, trazer à cena personagens históricos simples, por meio de suas biografias, seria, sobretudo, mirar o foco àqueles/as que antes não eram contemplados, mas que davam forma, sentido e compunham a massa da população, como nos alerta Hobsbawn sobre a mobilização da classe trabalhadora em lutar pelas garantias de comida, emprego e uma reformulação social:

Este era o “espectro do comunismo” que aterrorizava a Europa, o temor do “proletariado”, que não só afetava os industriais de Lancashire ou do norte da França, mas também os funcionários públicos da Alemanha rural, os padres de Roma e os professores em todas as partes do mundo. E com justiça, pois a revolução que eclodiu nos primeiros meses de 1848 não foi uma revolução social simplesmente no sentido de que envolveu e mobilizou todas as classes. Foi, no sentido literal, o insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades – especialmente nas capitais – da Europa Ocidental e Central. Foi unicamente a sua força que fez cair os antigos regimes desde Palermo até as fronteiras da Rússia. Quando a poeira se assentou sobre suas ruínas, os trabalhadores – na França, de fato, trabalhadores socialistas – eram vistos de pé sobre elas, exigindo não só pão e emprego, mas também uma nova sociedade e um novo Estado. (HOBSBAWN, 2014, p. 467).

Hobsbawn (2014) discorre sobre os embates político-sociais travados na História e as possibilidades de um novo trajeto para seu aparecimento histórico; ele busca relacionar as vivências pessoais com o momento histórico em que se inscreve. Assim, sua colocação de autobiografia também se relaciona com as questões macro da sociedade, como as questões trabalhistas, a guerra, a fome, a educação entre outros.

Na lógica de abordar memórias sobre as lutas da mulher no processo histórico, transcorrem experiências vividas que trazem o entendimento dos processos e dos espaços conquistados por quem veio antes de nós. Ou seja, por mais que não tenhamos vivenciado os mais emblemáticos momentos históricos, a causa também é nossa, o que nos faz caminhar a partir dos avanços já galgados, mantendo viva a memória de quem nos antecedeu e contribuiu para essa construção de reconhecimento e empoderamento da mulher no campo político, educacional e social.

É válido lembrar que por séculos se considerou “normal” deixar a mulher sob tutela de outrem – seu genitor, marido, irmãos ou até mesmo a igreja – para ser educada com preceitos baseados na moral e nos bons costumes pensados e impostos por homens. E esse mecanismo de autoridade tutelada serviu como forma de controle dos atos, inclusive de silenciamento da mulher. Esta, entretanto, hoje sabemos, ultrapassou a condição de subordinada estabelecida pela hegemonia masculina. As razões do controle pressupõem abertura de espaço para criar-se a cultura do machismo, a cultura do corpo e a cultura do sufrágio, o que Perrot (2020) chamaria de cultura de carapaças isolantes.

Nessa prerrogativa de encontrar seu lugar de fala e de representação social no mundo, a mulher vem ao longo das últimas décadas assumindo postura firme e concreta nas atitudes e na mobilização em prol das questões mais urgentes, como: trabalho, valorização das competências e habilidades, profissionalismo, escolarização, (auto)formação e ocupação dos espaços coletivos e públicos.

Diante das inconsistências históricas, a mulher precisou unificar seu modo operante de luta e ampliação da sua força de trabalho coletivo. Por certo as mudanças não ocorreram de forma rápida nem pacífica para elas. Além disso, apresentaram-se (e apresentam-se) numa conjuntura de arranjos cotidianos de conflitos, que um a um vão sendo vencidos pelo diálogo e pela atuação empoderada de mulheres no (re)contar da história, cada vez menos como coadjuvante e cada vez mais como protagonista (PERROT, 2020).

A compreensão de Perrot (2020) alerta para a exclusão de mulheres em diversos momentos históricos na historiografia. A autora afirma que a mulher era descrita como alguém frágil, sem vocação para as leis, a política e a ciência. E, assim, a história foi utilizada como ferramenta para desqualificar suas potencialidades, afastando as mulheres de almejam diferentes possibilidades de ser e exercer algo distinto do que já vinha sendo proposto. Dessa forma, as mulheres não usufruíram de poder autorizado e legalizado, mas isso não necessariamente as impediu de criar relações de poder, em alguns aspectos e em determinados lugares.

Ainda no século XIX, a mulher aparece respaldando seu poder na coletividade. Já no contexto atual, a mulher aparece nesse novo cenário, embora ainda secundarizada em alguns aspectos, como trabalhadora, profissional, qualificada e detentora de poder em espaços públicos e privados. No tempo passado, as mulheres passaram por estigmatização e disputas entre si, o que deu vazão aos homens a manterem a soberania e a hegemonia do machismo, (PERROT, 2020).

Perrot deixa claro que quando, diante de demandas, a mulher entendeu que fazia parte das divisões de classes e almejou uma conjuntura diferente da que estava posta, ela protagonizou uma construção histórica pautada em desdobramentos que ultrapassam a condição imposta a ela. Dessa forma, sua atuação em movimentos estudantis, operários, sindicais, entre outros, foi fundamental e esses foram co-participativos na busca de ressignificação da função social e da representação da mulher.

No Brasil, a construção de uma sociedade participativa nas questões políticas se deu por heranças familiares. Quem nascia em uma família com trajetória política invariavelmente tinha mais chances de ser aceito e ter representação no campo do poder.

No entanto, assim como o negro, o indígena e o analfabeto, a mulher teve garantidos seus direitos ao voto e a se tornar representante do povo após muitas lutas sociais. Apenas em 1932, a mulher passou a ter o direito de votar e ser votada e, em “03 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, votou e foi votada” (HÁ 80 ANOS..., 2013, n. p.).

Ao contribuir com a ocupação de espaços outrora negados à figura feminina, Mércia de Albuquerque se projeta na sociedade a partir de sua atuação como advogada de presos/as políticos/as no período de repressão social, o que nos faz atentar para os caminhos que ela teve que percorrer por vezes tortuosos e solitários, desligando-se de viver integralmente sua vida íntima e familiar. Isso porque ser mulher, advogada e se empoderar diante das dificuldades regidas pelo próprio Estado foi um dos momentos mais abstrusos que a personagem teve que vivenciar. Ao analisar a sua trajetória escolar, encontramos o funcionamento das instituições da época e de suas influências na construção social do sujeito histórico, os costumes, as legislações, as práticas educacionais, políticas, religiosas, sociais e econômicas.

É a partir, também, desses elos entre os campos existentes e a sociedade brasileira, em especial pernambucana, que pode ser percebida a importância de apresentar o mapeamento da (auto)formação de Mércia de Albuquerque, uma vez que, segundo Duby (1993), o interesse e o sentido de biografar partem da necessidade de identificar, no contexto, o funcionamento e as engrenagens da sociedade. Segundo o autor, evidenciar características de um dado tempo e espaço, atreladas às condições de coletividade, produz a compreensão de aspectos verificáveis para se entender uma dada sociedade. Ao analisar a vida do Marechal Guilherme o autor deixa claro:

[...] interessava quando me informava sobre o coletivo. O verdadeiro tema do livro não é Guilherme [Marechal], mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirma respeitar. E também um sistema político, o “feudalismo”, pois através desse caso concreto o funcionamento de suas engrenagens pode ser descoberto com muito maior clareza que nos tratados ou nas cartas. (DUBY, 1993, p. 137-138).

Ou seja, verificar fatos, vestígios e escritos que contam a história sob a perspectiva biográfica nos eleva à condição de historiadores das realidades a partir das narrativas, pois estas trazem consigo circunstâncias e contextos que interessam ao escrever a história. Olhar a história de pessoas simples como algo importante a ser (re)contado significa conceber a história como plural, comportando sujeitos distintos, com perspectivas e origens diversas. Partir do pressuposto de que personagens simples, em diversos momentos históricos, foram decisivos no contexto de construção civilizatória, mas que não apareceram nos escritos por questões outras, entre elas as divisões de classe social e gênero, é um dos primeiros passos para uma história mais justa e plural.

Dessa forma, o historiador Georges Duby (1987) procedeu o estudo sobre a vida de pessoas notáveis em seu tempo, as quais, porém, interessava àqueles que escreveram a

história que permanecessem no anonimato. Por certo narrar perspectivas diferentes do que já está posto acarretaria riscos de distorções e divergências da escrita histórica provocando colapso nas “verdades absolutistas” de lideranças mundiais. Assim como Georges Duby, outros historiadores se permitiram abordar fatores diferentes do autorizado, admitindo que a sociedade tinha outros personagens, cujas vidas importavam narrar.

Nesse sentido, não se trata apenas de abordar a trajetória de Mércia de Albuquerque, mas sim de abordar elementos de sua construção educacional, que dizem sobre as legislações que atravessaram sua educação, bem como a de uma geração de homens e mulheres em seu país. Trata-se de aspectos de uma vida que, assim como tantas outras, sofreu influências religiosas, familiares, educacionais, sociais e políticas e, por isso, interessa compreender como esses processos se deram em sua particularidade e se constituíram socialmente a cada governo que se sucedia.

Contudo, qual relevância teria a sua formação e atuação profissional na história? Quais as consequências de sua trajetória diante do regime militar? Para responder a tais questões, faz-se necessário o mapeamento familiar, educacional e profissional da história de vida de Mércia de Albuquerque Ferreira.

3 (AUTO)FORMAÇÃO DE MÉRCIA DE ALBUQUERQUE

Figura 1 - Pedro Albuquerque à esquerda, Mércia de Albuquerque à direita e Sandino Albuquerque abaixo



Fonte: Portal Mércia (c1995)

A fotografia, enquanto recordação, compõe parte da memória daquilo que fomos um dia. Segundo Carvalho *et al.* (1994), na fotografia pode-se ter a conservação, a recuperação, o resgate e a preservação de uma realidade passada em apenas um registro. Em uma concepção de evidências e/ou testemunho, marca-se um dado momento. Na imagem acima, quando ampliada no original, é possível perceber o olhar de Mércia de Albuquerque ainda pequena, na primeira infância, trazendo consigo a *expertise* da criança atenta e de olhar firme ao ser fotografada, como quem sempre está pronta para qualquer ocasião. Parece que o medo não a afronta, pois segura está no braço do irmão mais velho. A imagem retrata um momento na infância entre ela e seus irmãos, arrumados como quem sabe que o momento da fotografia será momento eternizado nas lembranças, na memória.

Nascida em Pernambuco, Mércia de Albuquerque Ferreira ficou conhecida, no Nordeste brasileiro, como já anunciado, pela sua atuação como advogada de presos/as políticos/as no período do regime militar (1964-1978). Durante o regime, atuou em busca da garantia da justiça e liberdade para seus clientes¹¹, amparando-se na Lei Universal dos Direitos Humanos. Sua motivação estava em garantir a justiça por meio do direito legal à defesa. Defender aqueles/as que foram acusados/as num regime autoritário, ditatorial, de traição comunista, foi o que mais constituiu o seu perfil profissional. Quais suas motivações pessoais e profissionais? De que maneira sua vida viria a ser referência para estudantes e

¹¹ A palavra “cliente” aqui é empregada sem necessariamente estar associada à noção de honorários, pois, em muitos casos advogados por Mércia de Albuquerque, ela o fez de forma gratuita.

militantes de causas humanitárias e do direito à vida? Que educação serviu como parâmetro do dever social? Que influências sofreu para galgar caminhos distintos do aprendido em casa no seio de sua família? Tais perguntas serviram como norte para compor a trajetória educacional e formativa da personagem.

3.1 DO NASCIMENTO AO CONTEXTO HISTÓRICO (1930-1950)

Figura 2 – Mércia e Sandino Albuquerque à direita



Fonte: Portal Mércia (c1995)

Os elos que dão vida a um personagem histórico nascem de sua construção e trajetória familiar, a partir de suas relações com os pais, seus irmãos, seus avôs, com todos/as que a cercaram e com a sociedade. Se, por um instante, apareceu fixada na foto anterior com os irmãos (figura 2), presa a Pedro Albuquerque, como se o irmão proporcionasse a ela a imagem sugestiva de âncora, por outro, pode-se observar na figura 2 sua condução e cuidado com o irmão mais novo, Sandino Albuquerque. Para além do riso escondido, o olhar se mantém firme, assim como suas mãos, ao segurar seu irmão para a o registro fotográfico, como quem diz ao pegar das mãos: “Está tudo bem, estou contigo!”

Nesta dissertação, mais do que biografar a trajetória de vida de Mércia de Albuquerque, busca-se abordar os processos de formação educacional de um país, que tem seus delineamentos respaldados na conjuntura sociopolítica, na concepção educacional e no seu modo operante; trazem-se elementos para se averiguar uma sociedade afinal, como sinaliza Duby (1993) ao nos apresentar a história de Guilherme Marechal, a vida, serve para motivar o interesse e a curiosidade sobre a vida a ser narrada.

Tal escolha da personagem ilustrada remete-nos a contextualizar o papel em que esteve inserida, orientando-me para a construção da biografia, um estilo biográfico de François Dosse, sendo conhecida por Biografia de exceção, ancorada na idade hermenêutica,

intitulada de unidade dominada pelo singular, está respaldada na perspectiva de se relata a micro-história dando enfoque às estratégias individuais, a complexidade dos elementos em questão e ao caráter das representações coletivas. Ou seja, para adentrar na singularidade da personagem, é preciso considerar os comportamentos de exceção para que assim seja possível avaliar a complexidade de suas ações como advogada, e de suas narrativas deixadas por escrito e faladas relacionadas à causa que ela se debruçou, na qual se tem nos indivíduos a representação para um determinado contexto, que é sobremaneira a trajetória da vida de um personagem sobre o qual não haja o interesse em referenciar apenas a singularidade, mas sim documentar determinados grupos sociais ou os padrões culturais de uma época. Para que isso seja possível, a história se inscreve nesse arcabouço como teias a serem tecidas na construção da vida individual e na coletividade.

Ainda corroborando com o pensamento de Duby (1993) sobre (auto)biografias e sua relação com a história, compreende-se que ao narrar acontecimentos individuais, também se narram fatos, dados da sociedade na qual a pessoa está inserida, interessando correlacionar esses fatos históricos aos de uma vida pessoal. Em seu livro “A História Continua” (1993), o historiador apoia seu pensamento na autobiografia ao descrever o percurso de sua trajetória de vida metodologicamente. Ele traz aspectos de sua formação pessoal e profissional a partir das construções que fez durante a vida, relacionando o olhar dele ao de outros autores mesmo quando necessariamente ele não compartilhasse da mesma compreensão. Nesse desenrolar, ele se percebe fruto das aprendizagens que o meio lhe proporcionou, assim como, ao passar pelo processo, ele vai ganhando outras características que o forjaram, entrando em contato com o meio que o modificou e com a construção histórica em que esteve inscrito.

Nesse sentido, começo narrando aqui, o ano de 1930, quatro anos antes do nascimento de Mércia de Albuquerque, pois este ano trouxe um acontecimento importante, um marco que ocorreu no setor educacional. Naquele ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que seria o responsável por estruturar e organizar as diretrizes curriculares e suas aplicações no cotidiano escolar em todo o Brasil. Tal ministério foi seguido de criações e modificações significativas no processo de ensino e aprendizagem que compuseram mudanças na conjuntura educacional. E já em 1931 foi implantada a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior, conhecida por Reforma Francisco Campos, que passou assim a reger o cenário educacional, tornando-se historicamente um marco do ensino secundário e superior.

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, desta forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização. (DALLABRIDA, 2009, p.185).

Com a prerrogativa de estruturar a educação numa lógica de organização do currículo secundarista, a reforma buscou ampliar o conceito da cultura escolar do ensino, a fim de superar o modelo focado em cursos preparatórios e dos exames parcelados¹². Dessa maneira, ampliava a carga horária dos colégios secundaristas, de cinco para sete anos, divididos em duas fases: a primeira que compreendia o fundamental com o tempo normal de cinco anos, e os últimos dois anos ficavam em nível propedêutico, a fim de orientar para a submissão ao curso superior.

[...] No entanto, com exceção do Distrito Federal, que contava com o Colégio Pedro II, os poderes públicos federal e estaduais mostraram-se muito tímidos em relação ao ensino secundário, que foi dominado pelas redes privadas, especialmente pela Igreja Católica. Após a tensão laicizante nos primeiros anos da implantação do regime republicano e a partir de alianças com as oligarquias estaduais, a Igreja Católica estabeleceu um grande número de escolas secundárias, de forma que, no início dos anos 1930, elas eram majoritárias no território nacional [...] (DALLABRIDA, 2009, p. 186)

Logo em 1932, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova chega a público com a possibilidade de abordar novas concepções para o campo do ensino. A Educação Nova teve como proposta “[...]servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social” (AZEVEDO et al, 1932, p. 4). Ou seja, o objetivo era ter um “[...]ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação” (AZEVEDO et al, 1932, p. 4). O grupo defendia novos ideais de educação e lutava contra o empirismo dominante. Para tanto, defendiam “[...]transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares” (AZEVEDO et al, 1932, p. 2).

¹² Nomenclatura usada para se referir ao tipo de exame feito ao final do estudo de cada matéria.

Segundo Menezes (2001), o documento abordava questões sobre a laicidade, a garantia de acesso sem distinção socioeconômica e uma defesa da formação qualitativa do professorado, ampliando o olhar para o ensino universitário aos professores.

O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório. (MENEZES, 2001, n. p).

Já em 1934, foi promulgada a Constituição Federal com fins mais democráticos, inclusive rompendo com a hierarquização das igrejas no contexto educacional. Nas constituições de 1934 e 1946 é possível verificar investimentos na educação, com suas porcentagens estabelecidas para os governos federal, estaduais e municipais. “A Constituição de 1934 havia fixado 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios e elevou o percentual da União para 12%.” (SAVIANI, 2008, p. 298). Tal cenário era reformado sob o novo conceito de ensino, baseado na laicização do ensino e na oferta gratuita deste pelo Estado.

Como insinuado, o método de aplicação do currículo era baseado na investigação científica. Para os pioneiros, o método servia de base sólida e concreta para a renovação dos educadores e impulsionaria o enriquecimento necessário à administração dos serviços escolares, uma vez que prezaria por investigar as causas e consequências das coisas, ou seja, serviria à educação como um grande campo de saber a partir das experiências científicas.

Verificando os fatos, os acontecimentos, os dados e o campo empírico, seríamos guiados por uma corrente que projeta seus planos a partir do verificado e comprovado, base necessária para o fazer ciência (SAVIANI, 2008). No entanto, retirar o religioso abruptamente, gerou conflitos diretos com a Igreja Católica, pois a mesma, detinha muitos poderes no processo de ensino; tinha seus preceitos educacionais voltados ao religioso.

De certo o movimento dos pioneiros viria para quebrar com essa lógica de ligação direta entre a Igreja e Estado. Lógica que mesmo enfrentada continuou, haja vista as análises de Oliveira acerca da necessidade do pluralismo religioso. Segundo ela:

Visto que o contexto escolar se preocupa com o desenvolvimento do ser, problematizando, entre tantos aspectos, os sexuais e de gênero, a presença da disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, em tese, deve se esforçar para contribuir com a formação de um cidadão em diálogo com a sociedade diversificada existente, reconhecendo o pluralismo religioso, a neutralidade confessional do Estado e das instituições públicas, ou sua laicidade, igualmente, reconhecendo o direito do indivíduo viver com ou sem religião. (OLIVEIRA; MIRANDA; SILVA, 2018, p. 3)

De modo que neste contexto de laicidade que alicerçaram o Manifesto dos Pioneiros Mércia de Albuquerque nasceu – momento que vinha galgando força nos aspectos educacionais do país, com muitas mudanças e conquistas. Com tais propostas educacionais, o país se encontraria dividido entre as novas tendências e a supremacia da Igreja Católica, que almejava não perder seu espaço a partir dos preceitos educacionais confessionais. No entanto, apesar das forças contrárias oriundas das igrejas, uma grande parcela de educadores, pesquisadores e cientistas se volta às novas tendências, apostando nesse novo modelo educacional.

Dois anos mais tarde, depois do manifesto, deu-se início à vida de Mércia de Albuquerque, fruto da união matrimonial do casal Lusinete Albuquerque Ferreira e Renato Ferreira da Silva, nascidos em Alagoas e oriundos de famílias tradicionais do Estado. Após a união, tiveram três filhos, em ordem cronológica: Pedro Albuquerque, irmão mais velho, cuja data de nascimento não se encontra nos registros deixados por Mércia de Albuquerque. Também não foi possível encontrar dados relacionados à sua atuação profissional no Exército, como militar de formação; Mércia de Albuquerque (1934), advogada e filha do meio; e Sandino Albuquerque (1941), filho mais novo, formado em Medicina Veterinária.

Nos registros da personagem encontrados no Portal Mércia (c1995), sua relação com seu irmão Pedro Albuquerque é pouco mencionada. O que nos aparece subentendido é que sua relação com irmão era cordial, porém distante devido à sua profissão enquanto advogada de presos/as políticos/as. No entanto, seu irmão Sandino Albuquerque passou a ser descrito e visto mais vezes em seus relatos por ter sido tratado, no período do regime militar, como subversivo e inimigo do Estado, enquanto estudante e participante do Diretório Acadêmico Estudantil (DCE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Em seus discursos, proferidos nas Câmaras dos Vereadores, em Natal e em Recife¹³, como fontes, ela revela como se deu seu nascimento. Segundo a própria sua história tem seu início no verão de 1934, no mês de dezembro, mais especificamente no dia 22, quando Lusinete sai de Recife para visitar sua cunhada, na cidade de Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco), usando o transporte público da época, o trem. Ao chegar à Estação de *GreatWestern* (nome dado à época), deparou-se com uma confusão e, em meio a tiros, manifestos e prisões dos ferroviários, existia medo e desespero por parte de todos/as que ali se encontravam. Passageiros foram impedidos de regressarem para seus respectivos lugares de

¹³ O discurso proferido por Mércia de Albuquerque, em Natal, serviu de base para o discurso de Recife, sofrendo algumas alterações, o que faz deles discursos, em parte, distintos.

origem, pois a paralisação estava atrelada a um movimento de reivindicações da classe trabalhadora – os ferroviários –, o que dificultava o acesso à saída do local.

É sabido que o movimento teve início no começo do século XX em busca de melhorias de trabalho. A partir dele, sindicalistas e operários almejavam condições mais dignas para exercer o trabalho, como redução da carga horária, para oito horas/dia, aumento de salário e a implementação da proposta de reforma agrária, que visava à divisão de terras entre os camponeses, retirando propriedades de latifundiários que as concentravam nas mãos de uma ou de poucas famílias, sem conseguirem fazer uso adequado dessas grandes propriedades de terra, as quais, por sua extensão, não eram devida e completamente exploradas. (MARTINS, 2000). Assim, as desigualdades sociais eram ampliadas e o pouco aproveitamento da terra acarretava problemas de falta de produção e venda pelos latifundiários para especuladores de imóveis como fonte de enriquecimento. Há que se ressaltar que a reforma agrária visa, em sua essência, a uma distribuição fundiária mais justa que contemple os pequenos agricultores que praticam a agricultura e pecuária familiar.

De um lado, havia uma proposta de reforma agrária claramente conservadora, sobretudo a mal definida reforma católica. De outro, havia uma proposta de reforma agrária radical, a das Ligas Camponesas, também ela não muito clara. A Igreja estava preocupada com a questão social do campo, mais do que com a questão agrária, em posição oposta à do Partido Comunista e por oposição a ele. Na linha do conhecido documento pioneiro de Dom Inocêncio, bispo de Campanha (MG), de 1950, a Igreja reconhecia o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento, que supostamente lançariam os pobres do campo nos braços dos comunistas nas cidades de destino, como Rio e São Paulo. A Igreja passava a pensar alternativas no sentido da preservação da unidade familiar de produção, do trabalho familiar e da família, trabalho familiar que incluía o trabalho não autônomo dos colonos das fazendas de café no Sudeste e dos moradores das fazendas de cana de açúcar no Nordeste, cuja continuidade era comprometida pelas migrações para o meio urbano. A reforma agrária, ainda sem qualquer definição, passava a ser um objetivo para ela, porém contido e limitado pelo temor de questionar o direito de propriedade e os direitos da classe de proprietários de terra. Era uma motivação conservadora e de direita, menos construída em cima de uma práxis social, que ainda não tinha lugar, uma espécie de antecipação preventiva, e muito mais derivada de um claro antagonismo ideológico em relação às esquerdas. (MARTINS, 2000, p. 103).

A intitulada “desordem social” passou a ser uma demanda para o Estado, visto que os grevistas encampam lutas por igualdade de direitos, humanização e menos exploração trabalhista, justos salários e horários definidos e regularizados em suas profissões. Dessa forma, os movimentos passaram a ser corriqueiros mundo afora, na busca por solucionarem,

junto aos seus governantes, os problemas trabalhistas. E foi justamente em meio a um desses movimentos que se encontrou Lusinete Albuquerque no dia e local já citados.

Em meio ao caos que rodeava aquele lugar, sua condição gestacional foi posta em xeque, ao ponto de contribuir para acelerar o trabalho de parto. Foi então que, na madrugada de 23 de dezembro de 1934, nasceu Mércia de Albuquerque Ferreira, na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). E, como uma espécie de prenúncio, aquela situação inusitada, anos depois, viria a se imiscuir com o que ela viria a ser e com sua trajetória profissional, uma defensora dos direitos humanos (ALBUQUERQUE, 2001).

A trajetória de Mércia de Albuquerque foi marcada por idas e vindas entre duas cidades do Nordeste: Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e São José da Laje (Alagoas). A personagem, em seus escritos, nos diz que aprendeu desde cedo a não se intimidar ou ter medo da vida, inspirada, sobretudo, em seus avôs, que tinham uma vasta ligação com questões políticas, sendo um deles oriundo da escola dos coronéis.

Essa “escola”, em termos gerais, baseava-se em ensinamentos voltados à conduta moral e aos bons costumes. Entre os seus preceitos estavam às segregações entre brancos e negros, ricos e pobres, ensinamentos por vezes arraigados em preconceitos e tradições inventadas durante o império. Partilhavam também do conhecido “voto de cabresto”, pelo qual definia suas lideranças locais e regionais de forma indireta, por indicação partidária. Assim mantinham-se no poder por meio de seus aliados por muito tempo.

Nessa perspectiva, pode-se verificar no seu discurso proferido na cidade de Natal, disponível no Portal Mércia (2001), que a personagem busca desenvolver uma compreensão e perfil de seus familiares, apresentando seu ponto de vista e o contexto que lhe serviu de alicerce. Afirma ela que, desde bem cedo, recebeu ensinamentos de seus familiares, principalmente de seu avô “coronel”.

Segundo a própria personagem em um de seus discursos, seu avô lhe ensinou a “atirar” com revólver, embora não fizesse gosto de tal feito. Oriunda desse tipo de tradição na vida política via e ouvia muitos relatos do seu pai, que era udenista – da União Democrata Nacional (UDN)–, preconceituoso (relato dela); e de seu avô (não foi possível identificar de que parte da família esse avô faz parte), que era do Partido Social Democrático (PSD), sobre os comícios e disputas partidárias, que sempre ocorriam em meio a conflitos. Segundo a personagem, ela se limitava apenas a observar. E foi assim, em meio a pessoas conservadoras, cujas principais características eram: valentes, audaciosos e altivos contra os inimigos partidários, que Mércia de Albuquerque começa a se constituir enquanto ser social. (ALBUQUERQUE, 2001).

Como poderia uma criança ver em seus familiares características sobremaneira fortes e autoritárias e, ainda assim, escolher trilhar outro caminho? Essa foi a primeira pergunta que me fiz. Que interferências existiram para que Mércia de Albuquerque enveredasse por outras perspectivas de mundo, de cidadania, de existência? Partindo do pressuposto de que as vivências sociais e coletivas conduzem o indivíduo a ter possibilidades de escolhas, compreendo que houve circunstâncias, instituições e redes de sociabilidades que facilitaram sua formação pessoal e profissional. Nessa aparência, quais teriam sido suas influências para sua formação? Tratarei mais adiante de tais questões.

Posteriormente ao seu nascimento, permaneciam ainda no Brasil os princípios de uma educação tradicional e ainda respaldada pela Igreja Católica, mesmo existindo, concomitantemente, outras perspectivas de ensino, como a já anunciada Escola Nova. Quando nossa personagem contava com oito anos, em 1942, foram instituídas as Leis Orgânicas do Ensino Secundário – pelo Ministério da Educação e Saúde (que mais tarde, após a Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953, transforma-se no Ministério da Educação e Cultura, o MEC) – sob a denominação de decretos-lei, assim nomeados : a) Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); c) Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); e d) Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial)¹⁴. Basicamente, esses decretos fortaleciam o direito ao ensino, mas tal ensino estava estritamente ligado à industrialização e ao tecnicismo, o que mais tarde viria a ser questionado e reformulado. No entanto, naquele momento, seria um avanço nas condições e ampliações trabalhistas (PALMA FILHO, 2010).

Não se sabe ao certo por volta de quantos anos Mércia de Albuquerque ingressa na escola formal, ou se ela teve uma educação caseira que lhe promoveu compreensão e conhecimento prévio nos estudos. O que se sabe a partir de documentos encontrados é que por volta dos seus nove anos de idade, após o falecimento inesperado de seu pai por circunstâncias não relatadas em nenhum documento encontrado (ALBUQUERQUE, 2001), ela foi encaminhada para uma escola convento por sua genitora. A morte repentina de seu pai proporcionou mudanças nos hábitos e rotina para toda família. Com apenas quinze dias da morte de seu pai, a personagem, depois de ter prestado o concurso de admissão para o Colégio

¹⁴ Dados extraídos do Acervo Digital da UNESP.

Santíssimo Sacramento¹⁵, é encaminhada ao colégio/convento, criado em Maceió/AL, em 1904, e regido por freiras sacramentinas ligadas à Congregação do Santíssimo Sacramento, oriunda da França. Originária de uma família católica, sua mãe acreditava que esse seria o caminho adequado a seguir. Sendo educada por freiras, ela teria uma boa instrução para a vida. E foi assim que sua mãe, que se encontrava sozinha e queria garantir o futuro de sua única filha mulher, dividiu a tarefa de educá-la com a Escola e a Igreja.

Em meio às mudanças de leis, Mércia de Albuquerque era forjada e educada. Nessa conjuntura social, a personagem passa a ser forjada nessas instituições. A primeira delas é a família, que, com seus ensinamentos baseados na tradição e costumes, repassava seus valores. A segunda é a escola que, por vezes, se apresenta com conceitos novos, diferentes dos que eram praticados na família; pôr fim a instituição Igreja, com sua base em princípios cristãos como a moralidade e fé. Tais espaços ofereciam códigos de conduta que serviram de base para a formação da personagem, como veremos adiante.

Na seara de sua trajetória é apresentado à personagem um mundo de possibilidades que nem sempre foram conexas, mas em que o divergente se apresentava como um elemento pulsante todo o tempo. Penso que, para ousar quebrar os paradigmas de uma época e de princípios familiares, era preciso estar segura do seu processo de aprendizagem e ter a percepção da mudança. Isto porque não sem razão, Mércia de Albuquerque (2001), em um de seus discursos¹⁶ na Câmara de Vereadores de Recife, afirma que cresceu sem saber o sentido da palavra medo. Desde pequena, ousou em diversos espaços por onde ela frequentou. Em um dos seus relatos sobre se perceber distinta dos ensinamentos familiares, ela expressa sua indignação contra seu avô, quando este age sem expressar compaixão por um menino de oito anos que estava trabalhando exausto— tal menino nada mais era que seu irmão.

Segundo a personagem, ela manifestou ali um pensamento contraditório ao do seu avô; disse ela na ocasião de um discurso, ao ganhar o título de Cidadania Norte-rio-grandense, que tal ocasião era comparada à brutalidade que o sistema do regime militar tinha. A já

¹⁵ Poucas informações foram encontradas nesta escola, pois a mesma passou por processos de mudança de organização documental, ficando a cargo de sua sede religiosa documentos mais antigos, que não estavam disponíveis ou até mesmo se havia existência desses documentos, por sua vez não estavam acessíveis.

¹⁶ Sem data no documento que comprove o período correto, no entanto, segundo Roberto Monte (PORTAL MÉRCIA, c1995), quando questionado sobre o período, garante que o primeiro evento de cerimônia a homenagear e dar o título de cidadã foi justamente o de Natal (RN), seguido por Recife (PE). Dessa forma, o momento do título de cidadã de Recife está datado no dia 5 de abril de 2001, o que pressupõe que o título do Rio Grande do Norte datasse de momento anterior, podendo ter sido anos antes ou até mesmo cerca de três meses anteriores daquele mesmo ano.

advogada assim se pronunciou: “Penso que o caráter do ser humano é plasmado antes mesmo do primeiro choro, que é o grito de protesto da criatura frente ao Criador.” E continua:

Pude presenciar na minha infância, cheia de incertezas, uma criança que chorava, vítima da autoridade insensata de um senhor, que o obrigara a transportar cal do depósito para as carroças dos compradores, sem pensar por um instante no fato de que o menino, com apenas oito anos de idade, fragilizado no físico e na alma, era seu neto. Refiro-me ao meu irmão *Pedro*, cujo nome homenageava o nosso avô. Ainda sinto presente a imagem do maninho todo lambuzado de cal, com os olhos avermelhados. (ALBUQUERQUE, c1995, n. p.).

A situação vivenciada por Mércia de Albuquerque nos faz refletir, como uma garota ainda pequena, consegue se posicionar sobre a dureza e crueldade dos homens, que por vezes são confundidas com educação e formação do caráter, apenas pelo fato de serem homens. Mesmo sem ter noção do que se passara na cabeça de seu avô, ela de alguma maneira compreendeu que tal atitude não era digna de valorização, mas de seu repúdio e indignação. Foi por isso que ela, apesar de amar seu avô e seu pai, busca verificar neles qualidades e características que enaltecessem a figura dos dois, mas não por isso deixaria de apontar os graves erros cometidos por eles.

A dureza que foi vivenciar tais comportamentos ditos “normais” para a época e cometidos por seu pai e seu avô, aparece tanto em seu discurso proferido em 2001 quanto no discurso sem datação referente ao seu título de cidadã rio-grandense. Após sua traumática experiência com seu irmão Pedro Albuquerque, a personagem narra o que disse resultou da seguinte forma:

O episódio iniciou uma verdadeira revolução particular na minha vida. Enfurecida na minha imaturidade infantil, juntei numa cesta pedras, garrafas vazias, tudo que fui encontrando para substituir uma metralhadora checa, como diria Célia Guevara. Escondi-me no empório do meu avô rico e prepotente, e esperei, curtindo a surpresa que reservara para ele, que logo cedo aprendeu a me respeitar. Tão logo saiu, demorei um pouco, mas em seguida pulei o balcão e comecei a apedrejar as vitrines, as louças e candeeiros que estavam nas prateleiras, tudo reduzindo a cacos. Era o meu protesto contra injustiça, praticada contra um ser humano indefeso. Depois busquei abrigo na casa de minha avó, já falecida, mulher forte, matriarca e amarga, mas eu era tudo para ela. Meu avô olhou-me demoradamente, e saiu sem dizer uma palavra. Cedo aprendi que as crianças choram mais do que sorriem. Não imaginei, naquele tempo, que adulta viria defender crianças que já choravam antes mesmo de nascerem. (ALBUQUERQUE, c1995, n. p.).

Apesar de sua família vir de uma construção voltada à educação tradicional, ela se posiciona antagônica à sua origem em questões humanísticas, aprendendo em outros espaços

outras concepções de educação, o que proporcionou uma mudança significativa em sua vida. Para além dos espaços que nos constroem, existe uma pulsão humana e uma ética que estabelecem conceitos do que seria legal ou não. Para tanto, a empatia com o outro foi justamente o que a fez, mesmo pequena, construir um perfil de mulher que buscou favorecer e valorizar a vida e a liberdade de expressão, tornando assim sua trajetória formativa um marco para a defesa de inocentes e injustiçados. Não sem razão, Paulo Freire (1987, p. 84) afirma: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

3.2 FORMAÇÃO EDUCACIONAL

A história de Nísia é a prova concreta de que se pode mudar através das ideias e dos conceitos, viabilizando os sonhos de uma sociedade justa e igualitária para ambos os sexos. Afinal, o que difere o homem da mulher nos campos intelectual, profissional e social? Nísia, Clara Camarão e Celeste Vidal, cada uma no seu tempo, mostram claramente que todos nós, homens e mulheres, podemos avançar juntos, crescer juntos, trabalhar juntos por um mesmo objetivo. (ALBUQUERQUE, 2002, n. p.)

A educação no Brasil é contada com muitas intersecções e construções de muitas pessoas, dentre elas algumas poucas mulheres que de sua vida fizeram uma causa. “Nísia Floresta”¹⁷, por exemplo, é uma dessas mulheres. Nascida no início do século XIX, no Estado do Rio Grande do Norte, buscou se empenhar na construção de uma sociedade mais justa e com garantias para todos/as. Enquanto educadora direcionou suas práticas a uma educação social, voltada a crianças com deficiência.

Para Mércia de Albuquerque, Nísia Floresta era inovadora e inspirava a todos/as por onde passava. Segundo seu discurso, proferido ao receber o Prêmio Nísia Floresta, na capital do Rio Grande do Norte, Natal, no dia 8 de março de 2002, ela aponta características marcantes da mulher que foi Nísia Floresta e, sobretudo, da importância de sua atuação enquanto educadora para a sociedade brasileira e para o mundo. Dizia ela sobre Nísia Floresta:

Era anti-escravista, difundiu as idéias feministas no Brasil, na Europa e na América, denunciou a discriminação social, a opressão contra os mais fracos, todo tipo de abuso ou desrespeito ao ser humano. Pedagoga, foi inovadora. Atuou na epidemia de cólera, em 1852, no Rio de Janeiro como enfermeira voluntária. Nísia, cidadã do mundo, não é apenas Rio Grandense do Norte, é

¹⁷“Em 12 de outubro de 1810 nascia Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. Sua cidade natal, Papari, no Rio Grande do Norte, agora leva seu nome. A educadora, escritora e poetisa viveu ainda em diferentes Estados brasileiros e na Europa e é considerada a primeira feminista brasileira”.

nordestina, mulher de muitas pátrias por adoção. Nísia, viajante perene da liberalidade, por onde passou lançou a semente da liberdade e da cidadania. (ALBUQUERQUE, 2002, n. p.).

É nesse respaldo histórico da representação da mulher que Mércia atua em seu tempo buscando romper os limites que lhes são postos, de modo que, para além da família, os exemplos também forjam as mulheres. Ter a sensibilidade de reconhecer em cada geração mulheres que ultrapassaram as barreiras impostas sinaliza para o tipo de formação que teve como anunciado no texto que nesta seção serve de epígrafe, é de fato um elemento essencial de (auto)formação. Isso porque perceber entre os diferentes a igualdade de direitos não foi e ainda não é simples nem tarefa assumida por todos. Entretanto, nessa sua alusão, pode ser percebida a grande finalidade do ensino e aprendizagem, que por vezes são passados de geração em geração não apenas pelas escolas formais, mas pelas condutas de vida de outros personagens históricos, que marcaram suas épocas, apontando caminhos para o crescimento social, com/e através da educação libertária, emancipatória, igualitária e humanística.

Segundo Saviani (2017), a educação brasileira desde muito tempo vem passando por diferentes momentos de avanços e retrocessos e, a cada época, apresenta suas limitações e possibilidades de avanços significativos para a construção social. No entanto, o período educacional em que a personagem aqui investigada vivenciou em sua infância e adolescência é regido por melhorias no campo. Como foi demonstrado, entre os anos 1940 e 1950, houve tentativa de melhorias no ensino, contudo os mecanismos de altos padrões de exigência escolar dificultavam a permanência de uma parcela da população, os menos favorecidos economicamente, o que, na concepção do autor, significava um divisor entre as classes sociais. Ou seja, eram impostas inúmeras barreiras no processo educativo, resultando assim nas repetências de muitas crianças, na sua maioria, pobres.

Isso viria a ser justamente no século posterior à luta de Nísia Floresta, que almejava mudanças de costumes na sociedade que incluíssem a diminuição das desigualdades de classes. Tal modelo citado por Saviani ainda perdura numa educação destinada prioritariamente à elite brasileira.

Ainda segundo o autor, é a partir da revolução de 1930 que a educação passa a ganhar um novo horizonte, as mudanças começam a galgar espaço na sociedade brasileira, que ainda tem resquícios da velha república, mas que já começa a dar sinais de modificações (SAVIANI, 2017).

Essa organização pedagógica pouco mudou com a chegada da República ao longo das primeiras décadas do século XX, até as Leis Orgânicas do Ensino

dos anos 1940 que fixaram as disciplinas obrigatórias para os currículos de todos os níveis e modalidades da educação básica. Para o ginásio, por exemplo, que corresponderia ao ensino fundamental II, foram listadas 13 disciplinas. Esse número chegava a 16 disciplinas para o ensino colegial, hoje chamado ensino médio. Ao poder federal cabia ainda, em colaboração com os estados, traduzir cada disciplina em programas específicos, que deveriam ser flexíveis, indicando apenas as diretrizes gerais. Essa colaboração entre União e Estados, cujos termos até hoje não foram claramente definidos, tem sido desde então motivo de tensão permanente na governança da educação brasileira [...] (MELLO, 2014, p. 3).

Neste quesito, a educação no Brasil mostra suas facetas, em diferentes momentos. Quanto aos dados apresentados, compreende-se que, com o advento das leis orgânicas do ensino, o currículo passa a ser fixado a partir de disciplinas correlacionadas às questões da época, tendo as divisões e competências definidas mediante atuação dos poderes municipais, estaduais e federais. Ao relacionar o período educacional com a trajetória de vida da personagem, pode-se concluir que conteúdos e disciplinas abordados eram de certa forma orquestrada e delineada por uma conjuntura social, que correspondia ao poder vigente. Isso levaria a pesquisada a ser refém de um sistema opressor, misógino e segregador.

Quando Mércia de Albuquerque foi matriculada no Colégio Santíssimo Sacramento, em Maceió (Alagoas), em 1943, os primeiros impactos com as regras impostas pelo local de ensino foram a causa de mobilização para entender os costumes e tradições do colégio, que eram voltadas às práticas religiosas e educacionais correlacionadas. Suas experiências, a princípio, foram dolorosas, pois, segundo ela, era difícil se encaixar nas regras e padrões exigidos na congregação, como: horários e rotina para estudar, brincar, comer.

Aos poucos, entretanto, ela foi se permitindo não resistir às mudanças, passando a aproveitar a escola. Ademais, precisava se ambientar e criar relações no colégio, porque até nos feriados em que deveria voltar para casa, muitas vezes, permaneceu dentro da instituição. Dessa forma, passou a vivenciar mais o espaço escolar do que sua própria família, sendo justamente nesse colégio que conheceu sua amiga Edna Pinto e juntas formaram um grupo que tinha por sigla UPT/TPU, que significava “Uma por Todas e Todas por Uma”. Percebia ali que se sentir sozinha ou presa não era um sentimento apenas dela.

Na vida escolar, teve sua atuação muito voltada às relações com suas colegas, liderando-as em meio a seus discursos de irmandade, numa espécie de microcosmo onde suas preocupações e expectativas eram elaboradas e onde a coletividade ganhava contorno. No entanto, contrariar as regras institucionais foi um dos caminhos seguidos, pois não tinha liberdade para se expressar ou para realizar coisas básicas de criança como: brincar, pular, correr e subir em árvores. Isso a fez, diversas vezes, quebrar as regras e subir nas árvores para

se esconder das freiras, mesmo sabendo que, ao ser encontrada, tardiamente, o castigo seria inevitável (ALBUQUERQUE, 2001).

Segundo o documento de conclusão no Colégio Santíssimo Sacramento (obtido por meio da Faculdade de Direito do Recife. Mércia de Albuquerque viria a estudar na instituição ingressando no ano de 1943, concluindo seus estudos nesse mesmo local de ensino em 1947, ano em que a estudante completaria treze anos de idade e viria a concluir a Primeira Série Ginásial.

Já no dia 3 de maio de 1944, o Colégio Guido de Fontgalland recebe autorização para funcionar, ofertando o ensino secundário. A partir do comunicado oficial da Secretaria de Educação e Saúde sobre a assinatura do Presidente da República, o estabelecimento, que passara a ser regido como colégio a partir da Lei Orgânica, torna-se também o local onde a personagem transitaria. Tal lei evidenciava as práticas de ensino da seguinte maneira: “Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial.” Já o segundo ciclo estava disposto da seguinte maneira: “O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.” Discriminando o artigo terceiro no tempo de duração do curso ginásial tem-se que: “O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.” E, por sua vez, o artigo quarto traz a designação do curso clássico e do científico, disposto da seguinte maneira:

Art. 4º o curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942).¹⁸

Dessa feita, a sua ligação passa a ser com o Colégio Guido de Fontgalland, pois era o colégio habilitado para as seguintes fases do ensino secundário em Maceió¹⁹. Na sua documentação da Faculdade de Direito do Recife, a atual Faculdade de Direito da

¹⁸ Dados constam no anexo da dissertação.

¹⁹ Dados que poderiam informar sua ligação e os períodos em que estudou no Colégio Guido de Fontgalland foram pesquisados no Arquivo Público de Alagoas, uma vez que a escola deixou de existir no Estado, mas nada foi encontrado pelas arquivistas que atenderam a minha solicitação. De certo, sabe-se que o Colégio Guido de Fontgalland teve sua continuação no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, entrei em contato com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo qual fui informada que não era possível ter acesso à informação sem a devida comprovação e autorização familiar, o que não seria o caso, em se tratando de uma pesquisa de cunho científico. Mesmo após afirmar legalmente a importância da investigação, os recursos solicitados por mim foram negados. Logo, essa parte fundamental da construção formativa de Mércia de Albuquerque permaneceu com um lapso temporal a ser respondido em outro momento.

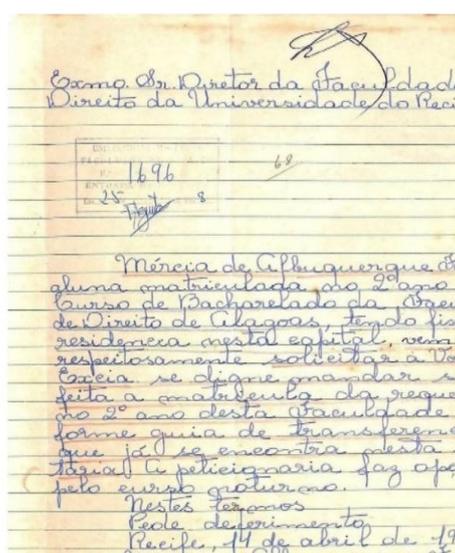
Universidade Federal de Pernambuco, composta por históricos acadêmicos, carta de transferência, folder, tipologias que encontrei, foi possível identificar aspectos da sua trajetória escolar, que aparecerão listados a seguir.

Em 1954, no Colégio Guido de Fontgalland, a personagem conclui seus estudos da terceira série do ensino científico, o que está de acordo com o segundo ciclo secundário nos termos da Lei Orgânica de 1942. Assim, entre sua saída do 2º ciclo secundário científico e a inserção na Faculdade de Direito de Alagoas passam-se em torno de quatro anos, e exatamente em 1957 presta curso preparatório para o ensino superior. Já em 1958, solicita ao diretor de sua Faculdade de Alagoas transferência de instituição e sua troca para o horário noturno em Recife.

Não se sabe ao certo o porquê de sua escolha pelo curso noturno, mas acredito que foi baseada na rotina que a personagem viria a ter em Recife, por morar de favores na casa da tia e querer contribuir financeiramente, por meio de seu trabalho na docência (havia estudado para ser professora) e como bancária (havia feito o ensino científico). Essa hipótese de sua mudança, mais tarde vem a se confirmar com sua aprovação como professora do Estado de Pernambuco, por se dar em períodos próximos à sua transferência de faculdade e à posse do cargo, bem como no período entre 1954 e 1957 em que fez o curso Magistério.

Isso se pode constatar, como se vê na Figura 4, em uma carta escrita a punho que expõe o seguinte:

Figura 3 – Carta de solicitação de Transferência escrita em 1958



Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Direito da
Universidade do Recife.

Mércia de Albuquerque Ferreira, aluna matriculada no 2º ano do curso de Bacharelado da Faculdade de Direito de Alagoas, tendo fixado residência nesta capital, vem mui respeitosamente solicitar a vossa Excia. se digne mandar seja feita a matrícula da requerente no 2º ano desta Faculdade conforme guia de transferência que já se encontra nesta secretária. A peticionaria faz opção pelo curso noturno.

Nestes termos
Pede deferimento
Recife, 14 de abril de 1958
Mércia de Albuquerque Ferreira
Deferido pelo em 25/04/58

Fonte: Acervo da Faculdade de Direito do Recife

Em seu Histórico Escolar oriundo da Faculdade de Direito de Alagoas anexado à sua guia de transferência, encontrada nos documentos da Faculdade de Direito do Recife, não constam as disciplinas cursadas e notas que tenham sido obtidas nesse período, ou seja, não se saber ao certo quais disciplinas cursou, e seu desempenho. O que se pode saber é que apenas dois períodos foram dados como cursados.

Ao ingressar na Faculdade de Direito do Recife com exames de cadeiras, como eram chamadas as disciplinas da 1ª Série: Introdução à Ciência do Direito; Economia Política, Direito Romano e Teoria Geral do Estado, fora aprovada na 1ª época, como era chamado o primeiro exame. Caso não tivesse conseguido angariar as notas necessárias, seguiria para uma segunda chamada, denominada de 2ª época. Tal fato ocorreu com a cadeira de Teoria Geral do Estado. Posteriormente, prestou exames para 2ª Série, tendo cursado as disciplinas: Direito Civil; Direito Penal; Ciência das Finanças e Direito Comercial conforme o registro do acervo da Faculdade.

Já em Recife, sofre influências das novas tendências educacionais de sua época. Teve relações com a educação de crianças carentes, já atuando como professora primária, no Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP). Suas práticas ao ministrar aulas no MCP eram voltadas às aulas de Filosofia e por vezes substituía seus companheiros professores, assumindo aulas de Matemática e Português. Seus alunos/as eram crianças carentes e que apresentavam alguma deficiência. Sobre esse fato, narrado pela própria Mércia no memorial de requerimento de indenização contra o Estado de Pernambuco, ela nos informa um pouco de sua trajetória no MCP²⁰. Fato esse dito e rememorado por Marcelo Melo, entrevistado desta pesquisa, que afirma que Mércia era defensora de presos políticos e que não tinha relação com política ou movimentos sociais.

O contraditório sobre essa fase de sua trajetória nos leva a derrubar a hipótese de que ela era de movimentos políticos, levantada pelos investigadores da época. O que mais tarde viria a se confirmar com os documentos encontrados no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) e da Secretaria de Segurança Pública, era que sua participação em movimentos nada tinha a ver com a política.

Sobre esse período do MCP e sua importância para o campo da educação, em entrevista, o jornalista e poeta Marcelo Melo, quando perguntado sobre como estava à

²⁰O Movimento de Cultura Popular (MCP) mobiliza artistas e setores médios da sociedade numa grande cruzada pela educação e melhoria dos serviços públicos básicos. Criado por Miguel Arraes de Alencar, em 1960, após eleger-se prefeito do Recife, apoiado pela Frente Popular. Em sua passagem pela Prefeitura, investe na cultura e na educação em massa (RECIFE, c2021).

educação popular e quais os maiores idealizadores dessa época, ele se remete ao momento da seguinte maneira:

Não, veja bem! A grande novidade que houve da educação aqui foi Miguel Arraes, prefeito. Ele criou o Movimento de Cultura Popular, certo? Então, nesse movimento, ele criou praças de cultura; a sede era no sítio da Trindade. Aí tinha teatro, tinha promoções de cinema, orquestras públicas foram abertas para o público em dias de semana, para que o pessoal pudesse ver as orquestras. O problema é o seguinte: Paulo Freire era contra a existência de cartilhas. Ele era a favor da criação dos ciclos de cultura. Ele era contra a cartilha. Ele sai do MCP e vai trabalhar na universidade. Porque, o que majoritariamente predominou no MCP? Foi a ideia de criar uma cartilha dentro daquela metodologia Paulo Freire, mas uma cartilha do MCP. (MELO, 2021, informação oral).

Segundo o documento de requerimento de indenização (processo de número 253/00), na Ouvidoria da Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco, a requerente é a Mércia de Albuquerque, que entra com um pedido de indenização pelos danos sofridos durante o regime militar.

Acompanhada de Norma Coelho, Germano Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Freire e Joacir Castro, que foram convocados a iniciarem o MCP, o foco da equipe era voltado às atividades de alfabetização e leitura por meio das aulas, inclusive radiofônicas, que eram ofertadas para os adultos. Foi assim que surgiram as parcerias entre artistas do teatro e das novelas para ajudar a compor o Movimento de Cultura Popular no Recife, sob a aprovação do então prefeito Miguel Arraes.

Na composição do elenco de artistas que integravam o grupo de pensadores de uma educação humanizada e libertária, estavam Francisco Brennand, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, José Cláudio, Aloísio Falcão e Luiz Mendonça que, em 1964, logo após o golpe, passaram a ser considerados subversivos, sendo, logo depois, perseguidos/as e presos/as. O Movimento não era partidário em sua essência, mas era composto por pessoas que acreditavam no socialismo como ideologia política. (GASPAR, 2008, n. p.)

Nesse quesito, o Movimento de Cultura Popular – MCP se apropriou de algumas das dimensões citadas por Gohn (2011), quando observamos as práticas vivenciadas, percebendo-se há ligação entre o ato político, educacional, cultural e histórico. Nessa concepção, o MCP desempenhava a função do educar por outras vias didáticas para a aprendizagem. Entre ensino e aprendizagens, mais do que ensinar, o educador cresce no processo de aprendizagem a partir das vivências e discussões em torno do exercer sua cidadania. Nesse sentido, o que se pode apreender é que a então professora Mércia não só levou conhecimento, bem como se

apropriou de muitos outros conhecimentos que podem ser aprendidos com a sociabilização que pressupõe o ambiente que ela frequentava. Ou seja, sua construção pessoal, profissional vai se organizando diante das possibilidades de conhecimento coletivo experimentado. Ainda segundo Gohn (2011),

[...]as categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não formal porque usualmente o tempo da aprendizagem não é fixado a priori e são respeitadas as diferenças existentes para absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo de ensino aprendizagem. (GOHN, 2011, p.108).

Nessa mesma perspectiva, sua decisão em cursar Direito se dá a partir da contramão do que vinha sendo direcionada por seus familiares, pois outros espaços colaborariam para suas escolhas e decisões profissionais. Sua formação foi sendo forjada como uma teia que interliga diversas possibilidades de caminhos.

Mércia de Albuquerque decide por vontade verificar em outros espaços de aprendizagens outras possibilidades de profissionalização. Mesmo que sua mãe desejasse que sua filha optasse por estudar medicina, ela viria a escolher o que mais se identificava e por isso escolheu o Direito. Fez curso preparatório para estudar Medicina, mas no ato de sua escolha pelo curso, optou por cursar Direito. Sobre sua entrada na Faculdade de Direito de Alagoas entre, 1957 e 1958, não foi possível encontrar, devido à pandemia, fontes que tratassem dos processos de entrada e transferência da personagem pesquisada.

E foi dividindo a atenção dos estudos com a vida de trabalhadora, alternando seu trabalho entre os serviços de bancária e professora de ensino superior que Mércia se forjava mulher de seu tempo (ALBUQUERQUE, 2001).

Entre 1958 e 1961, ano de sua formatura, o currículo da Faculdade de Direito do Recife era disposto de modo que as disciplinas ofertadas eram divididas por período de entrada, considerando o primeiro semestre como 1º ano, o segundo semestre como 2º ano e assim consecutivamente até concluir a turma de entrada.

Como rede de sociabilidade tecida na faculdade, ela teve por colegas Everaldo Ribeiro Gueiros, IsamarPancrácio Pontes, Arakên Tabajara do Nascimento Costa, Marlene Cleide Magalhães Cordeiro, Rubem Eduardo da Selva e Luzia da Rocha Falcão. Seus professores, por sua vez, aparecem como referências para a base da profissional que ela viria a ser, sendo eles: Prof. Mário Neves Batista – Catedrático; Prof. Dr. Rodolfo de Albuquerque Araújo – Catedrático; Prof. Pedro Lins Palmeira – Catedrático; Prof. Gentil de Carvalho Mendonça – Catedrático; Prof. Edgar Altino Correia de Araújo – Catedrático; e Ruy da Costa Antunes–

Catedrático. Entre os amigos mais chegados, quando precisava estudar para prova, frequentava as casas dos colegas Nair Andrade dos Santos, José Carlos Estelita Guerra e Silvio Pessoa (ALBUQUERQUE, 2001).²¹

Seus colegas estavam atrelados a questões políticas e partidárias, e juntos puderam transitar na área do Direito com determinação, pensamentos por vezes coesos uns com os outros, mas também com algumas controvérsias, como explica:

Concluí o curso com muito esforço, sem destaques e sem estrelismos, o que é comum entre os alunos que estudam à noite, após trabalhar durante todo o dia. A minha vocação maior, porém, àquele tempo, era o magistério, notadamente voltado às crianças excepcionais e aos menores carentes. Esse trabalho me deixava especialmente feliz, incentivando o meu aperfeiçoamento profissional, através de cursos, nessa área. (ALBUQUERQUE, 2001, n. p.).

Como já anunciado, foi professora concursada do Estado de Pernambuco aproximadamente entre 1963 e 1969. E, por um tempo na sua vida, precisou atuar como professora e advogada concomitantemente. No período em que era docente, esteve em diversas escolas, mudando quase que anualmente.

Não foram encontrados, até o período desta escrita, os motivos pelos quais houve transferências de Mércia e demais professores de uma escola para outra. No entanto, é perceptível, ao verificar o Diário Oficial do Estado de Pernambuco (c2020) nos períodos de 1950 até 1970, anos de implantação do regime militar (1964-1978), que o rodízio dos professores se tornou constante. No período de cerceamento político, é possível que o fato de manter os rodízios de alguma forma poderia estar atrelado à necessidade de o governo vigente manter um controle sobre as possíveis manifestações e reivindicações contra o regime. De tal forma, era mais fácil manter o controle social, não deixando pessoas específicas fixarem raízes de nenhuma ordem político-ideológica.

Paralelamente à sua formação profissional como advogada, deu-se início à sua família nuclear com o casamento com seu primo Otávio Clementino Albuquerque. Juntos tiveram seu primeiro e único filho no início de sua carreira profissional. Aradin Clementino de Albuquerque²² nasceu no período em que Mércia deu início a sua atuação profissional em defesa de perseguidos/as presos/as pelo regime militar. As influências que ela sofreu na universidade, ao ponto de construir o senso de justiça, foram ensinadas sob a ótica da garantia da defesa e do devir social. Segundo ela aprendera com seus mestres e amigos uma concepção

²¹ (PORTAL MÉRCIA, c1995).

²² Os dados encontrados sobre Aradin Clementino de Albuquerque (1961) apontam que desempenha a função de profissional da saúde. Nenhuma informação a mais foi encontrada até o momento.

do direito, respaldada na declaração dos direitos humanos, na justiça social, na liberdade de expressão e no direito básico à vida (ALBUQUERQUE, 2013).

Há que se registrar que, embora em 1961 a Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 1961) tenha sido publicada com enfoque na organização dos currículos e na inovação nos processos educacionais, já após o golpe de 1964 as unidades de ensino básico e superior sofreram mudanças no escopo educacional. Atendendo ao regime que estava se instalando, foi possível verificar na educação básica a disciplina Moral e Cívica ofertada aos secundaristas, com a justificativa de manter um controle entre os estudantes, que deveriam ter suas funções sociais de acordo como a lei e a ordem.

Segundo Saviani:

Completando esse processo, foi aprovada, em 11 de agosto de 1971, a Lei n. 5.692/71, que unificou o antigo primário com o antigo ginásio, criando o curso de 1º grau de 8 anos e instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. (SAVIANI, 2008, p. 298).

A LDB de 1971 (BRASIL, 1971) trouxe modificações nos aspectos pedagógicos e didáticos. Os avanços na educação apresentam-se resumidos a um ensino de profissionalização imediata para o mercado de trabalho. Ou seja, o tempo estimado para cursar o primário e o ginásio passa a ser unificado, por questões ideológicas, econômicas e políticas, o que levou, ainda segundo Saviani (2008), a educação a ter, nesse período, redução e cortes nos investimentos, ficando apenas obrigada a receber uma porcentagem delimitada pelas Constituições de 1934 e 1946. Assim o governo federal ficava desobrigado a subsidiar a educação no país, deixando enorme prejuízo para o ensino básico.

No ensino superior, as divergências e posicionamentos de cunho ideológico passam a ser monitoradas mais de perto, de modo que passam a ser sentidas, nas universidades, as intensificações de fiscalização. O controle do conteúdo curricular e as ações e perseguições começam a ocorrer dentro dos espaços públicos, principalmente nas universidades mais renomadas, que não tiveram em seus Estados uma aceitação amigável ao que propunham aqueles que encetaram o golpe.

Em Pernambuco, após o governador Miguel Arraes ser preso sob a acusação de traição, na Ilha de Fernando de Noronha, o Estado ficou sob a liderança do 7º Batalhão do Exército Brasileiro. O grupo de camponeses que apoiava o governo de Miguel Arraes passa a se juntar frente à liderança de Gregório Bezerra, que por sua vez acabara de sair da prisão, com a finalidade de unificar forças contra o golpe.

Tempos de Arraes "- Pernambuco teve, então, o primeiro governo estadual autenticamente democrático e progressista. Governo que humanizou a zona rural, garantindo deveres e direitos, a ricos e pobres, empregadores e empregados[...]

[...]Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, fui preso quando procurava mobilizar a massa camponesa pernambucana para defender a permanência, no governo, do Dr. Miguel Arraes de Alencar e resistir ao movimento insurrecional. Estava em Palmares e fui levado ao Parque de Moto Mecanização, em Casa Forte e espancado, pessoalmente, pelo coronel do Exército Darcy Ursmar Villocq, a cano de ferro, no que este ajudado por três ou quatro sargentos. Fui, também, amarrado e arrastado pelo pescoço, pelas ruas do Recife, num espetáculo de puro nazismo que horrorizou a toda gente. Hoje me encontro recolhido à Casa de Detenção do Recife, onde escrevo estas notas, aguardando o meu julgamento, pelo Conselho de Justiça Militar da 7ª Região. Estou tranquilo, porque ao meu lado está todo o povo brasileiro, o proletariado, as massas camponesas, os intelectuais. Não temo o futuro. Espero o dia em que serei libertado, que acredito próximo, se o povo souber unir-se para derrotar a ditadura que aí está. Então estarei outra vez, nas ruas, ao lado do meu povo, para lutar pela libertação nacional, do jugo de nossa Pátria pelos imperialistas norte-americanos, pelo progresso do Brasil, contra o atraso e pelo bem-estar de todo o povo brasileiro - Esta é minha única aspiração. (BEZERRA, 1967, n. p.).

Foi justamente diante dessa cena que Mércia fez a opção pela defesa dos presos/as políticos/as. Assim expõe:

Preso no interior do estado, o velho líder comunista GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA foi arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, amarrado por cordas a um carro de combate do exército brasileiro. Gregório, vestindo apenas um calção preto, com uma corda de três pontas amarrada no pescoço, com os pés, que haviam sido mergulhados em soda cáustica, sangrando, banhado de suor, ainda assim mantinha no semblante uma altivez inquebrantável. O Coronel Vilocque, ensandecido, gritava, apoplético, injúrias contra o velho militante comunista, seu prisioneiro, acrescentando à tortura física a agressão psicológica, na verdade ultrajando o povo estupefato e as forças armadas, com o barbarismo dos seus atos contra um ancião indefeso. O Coronel, como se fora um Torquemada da Inquisição, concitava o povo atônito a apoiar o enforcamento de Gregório, somente não o fazendo devido à pronta iniciativa de uma freira, que acionou o Bispo Auxiliar, Dom José Lamartine, ensejando a que este, por sua vez, intercedesse junto ao General Justino Alves, que determinou a suspensão daquele festival sangrento. (ALBUQUERQUE, 2001, n. p.).

Foi nesse contexto e diante da demanda de estudantes e clientes que eram presos e acusados de traírem a pátria que a advogada, por diversas vezes, precisou se ausentar da vida materna. Sentia-se impelida a realizar a defesa de presos/as político/as. Ela agradece e exalta a indispensável ajuda de Maria José Batista de Menezes²³ no cuidado com Aradin Clementino

²³ Diante do nome apresentado por Mércia de Albuquerque em um discurso em Natal-RN, fiz buscas por este nome a fim de encontrar mais dados, porém nada foi encontrado.

Albuquerque e, em meio a seu agradecimento, pede desculpas ao filho pela sua ausência em função de seu trabalho, ressaltando que nada poderia compensar o tempo perdido.

A Maria José Batista de Menezes que, nas minhas ausências, substituiu-me junto a Aradin, com carinho e muita dedicação[...] peço, neste momento, perdão ao meu filho Aradin, por não lhe haver dedicado horas preciosas quando mais necessitava, ocupadas com o patrocínio da defesa dos perseguidos políticos. Não desconheço que a minha ausência deixou marcas no seu mundo afetivo, que nunca pude compensar, somente restando pedir a sua compreensão para a excepcionalidade daquele tempo e do desafio enfrentado. (ALBUQUERQUE, 2001, n. p.).

Diante das cartas, narrações e relatos feitos por Mércia de Albuquerque, é possível verificar que tomou o partido das defesas de presos políticos e renunciou muitas experiências que viriam a ser importantes para a sua família. Em decorrência de suas ações, sofreu também perseguições políticas, chegando a ser presa doze vezes. Dentre essas, houve sequestro relâmpago, que teve o intuito de cercear e amedrontar a advogada para que, com medo, parasse de exercer sua função. Tais acontecimentos passaram a ser corriqueiros, a fim de afastarem das ações em que se encontrava engajada.

Mesmo assim, ela tomou a decisão de caminhar contra um sistema opressor²⁴ que era regido pelos militares e por civis no Estado de Pernambuco e em todo país. Vale ressaltar que ser advogado de presos/as políticos/as já tinha uma conotação negativa, ainda mais quando quem desempenhava essa função era uma mulher, o que promove mais peso social à questão em si, pois as mulheres eram consideradas subalternas na profissão e no caso de Mércia de Albuquerque, e outras mulheres que contestavam o sistema vigente, eram tidas como subversivas.

A distinção entre o público e o privado estabelece a separação do poder. O silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena pública, espaço da política por excelência. Neste sentido a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Falar sobre mulheres significa falar das relações de poder entre homens e mulheres. Para identificá-las como sujeitos políticos é necessário analisar as intrincadas relações de gênero, de classe, de raça e de geração. É necessário falar também do desmerecimento feminino. Se, historicamente, o feminino é entendido como subalterno e analisado “fora da

²⁴ Entende-se por opressor todo e qualquer sistema que não valorize a vida e nem a liberdade de opinião ou expressão, seja ela de quem for. Baseada nos Direitos Humanos: “Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.” (ONU, c2021b, n. p.).

história”, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. (COLLING, 2004, p. 2).

Nessa perspectiva, trazer à tona a trajetória da advogada é também papel da historiadora que aqui vem se forjando. Isto porque é evidente que sua trajetória contempla a história política, social e em especial do campo do Direito no Brasil. Isso pressupôs riscos, os quais ela estava disposta a correr, mesmo sem saber ao certo quais dores sofreria. Entretanto, há que se ressaltar também que a advogada perpassou por diversos caminhos, sendo um desses caminhos também a religião. Segundo seus relatos, surgia-lhe uma força que garantiria um lugar de segurança e paz que ela atribui à fé.

Pautada nos princípios, dogmas e costumes católicos, ela guiou sua vida em meio aos exemplos bíblicos, fazendo uso de versículos em cartas, relatos e momentos de sua trajetória profissional. Ao se deparar com circunstâncias difíceis, ela aparece remontando sua trajetória a um versículo ou personagem bíblico para lhe amparar ou obter forças para seguir adiante em sua atuação como advogada, tal como o revelado:

Fui, no dia 27 daquele janeiro triste, à Auditoria do 7º Regimento Militar. Ao adentrar o fórum militar, encontro Boris Trindade, colega muito querido, que sempre me orientava na condução dos processos, e me ensinava a malícia que deveria ter o advogado. Foi logo me abordando: – “que bicho te mordeu?”. Disse-lhe do meu desgosto, da minha tristeza com a violência nas prisões, as torturas, as mortes. Deu um murro na mesa: – “deixe de frescura; nós estamos numa ditadura militar, você acha que milico vai prender comunista ao som de violino? Olha em frente, que não muito longe está a anistia, e está “merda” – referindo-se à Lei de Segurança Nacional – será arquivada. Eu recebo os mesmos impactos que você recebe, e não estou me derretendo. Mércia, nós somos a esperança dos náufragos neste momento que vivemos; não se dobre!”. Levantei-me, envergonhada. Abracei e beijei meu amigo, meu irmão de luta legal. Já não sentia o desgosto silencioso na garganta. Acendeu-se em mim uma força feroz. Abandonei o riso de descrença de Sara, mulher de Abraão. O riso de descrédito. Sara, por se sentir velha, e o marido, centenário para conceber um filho, que acabara de ser anunciado por um anjo (Gênesis, 18:12). (ALBUQUERQUE, c1995, n. p.).

Denota-se aqui o elo com a formação cristã que, por vezes, aparece como pilar da formação pessoal da advogada. Exatamente no momento que correspondia à sua indignação e fúria contra o sistema opressor, ela, mediante a fala de Boris Trindade, evoca, por meio do exemplo bíblico, sua altivez e determinação em continuar os enfrentamentos que iam além do campo, pois estavam, sobretudo no campo político em pleno estado ditatorial, caracterizado

entre outras coisas pelo autoritarismo, assassinatos de inocentes, tirania, violação dos direitos fundamentais, negacionismo, recessão e truculências.

A advogada a todo o momento faz comparações com trechos da bíblia, quer seja em momentos em que se sente forte e com forças para lutar, quer em momentos em que desacredita em Deus e sua fé foge aos poucos, diante dos acontecimentos de torturas, mortes e prisões descabidas. Quando desanimada, percebia ao seu redor motivos para continuar acreditando na verdade, na liberdade e na justiça. Sobre isto aqui trago exemplo:

João Olímpio, que acabara de assumir o Diretório, não fechava com as esquerdas sem a opressão do medo, convenceu o pai – o então Deputado Estadual João Olímpio – a retirar o colega – seu opositor – da enrascada. Paulo deitou-se no piso da parte traseira do automóvel do Deputado, e tanto o acento do carro quanto Paulo foram cobertos de pães. O Deputado dirigiu o veículo com tranquilidade; Paulo escapou com segurança, para continuar perseguindo o ideal em que acreditava.

O pão repetia o milagre bíblico: ontem, multiplicou-se para mitigar a fome dos seguidores de Cristo – “Eu sou o pão da vida” (Jesus; São João – cap. 6, v. 35).

“Jesus tomou o pão na última ceia, abençoando-o o partiu e deu aos discípulos:

“Tomai e comei; isto é o meu corpo” (Mateus, cap. 26-26).
(ALBUQUERQUE, c1995, n. p.).

A formação religiosa tende a guiar a personagem em busca de solucionar os casos e se manter firme na defesa de seus clientes. Por certo, um conforto espiritual/psicológico/moral. A bíblia como referência dada em diversos momentos em suas cartas aponta indícios de que sua convicção religiosa sobre o cuidar do outro é, para ela, o se colocar na pele do seu semelhante, era o que embasava sua luta por justiça.

Apesar de não estar diretamente ligada ao Partido Comunista como relatam as autoridades da época que tentavam enquadrar sua atuação profissional com militância/traição, Mércia de Albuquerque esteve presente em muitos momentos da vida cultural e política pernambucana, o que a vinculou sobremaneira à causa comunista, a exemplo das experiências com o MCP, no microclima criado na Faculdade de Direito do Recife, bem como na defesa dos presos e perseguidos políticos em plena ditadura. Por isso, pode-se afirmar que sua formação humanista também se deu na observância entre o que se pregava na época e o que se via na prática.

4 A TRAJETÓRIA DA ADVOGADA

Figura 4 – Mércia de Albuquerque



Fonte: Portal Mércia (c1995)

Na busca por analisar a atuação profissional de Mércia de Albuquerque no campo do Direito e da Política, sobretudo durante o período do regime militar, faço uma digressão da atuação da personagem, que se inicia muito antes de sua atuação como advogada. Ao defender perseguidos/as e presos/as políticos/as, Mércia de Albuquerque assume um papel de defender, dentre outros direitos, o da liberdade de expressão, que estava severamente sendo tolhida e repreendida pelo governo instaurado.

Esse período ficou caracterizado pela retirada do poder de um presidente eleito democraticamente, pelo voto popular, João Goulart, o Jango (1961 – 1º de abril de 1964), o vice-presidente que assumiu após a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Sua saída do poder vem com o exílio, mediante a força de uma parcela dos militares e dos civis que exigiram sua renúncia, configurando dia primeiro de abril de 1964, data do início do golpe de Estado contra o povo brasileiro. Tal golpe foi financiado pelos Estados Unidos que tinha como premissa romper com a proposta de avanço comunista na América Latina. A manipulação dos governos de países Latino daria aos EUA maior controle sobre os povos, para assim dominá-los. Desta forma todo e qualquer governo socialista deveria ser derrubado, começando, assim, diversos golpes pela América.

O governo que se instaurava era enviesado por questões militares e aprovado por uma parcela da sociedade. O país passou a ser governado pelo primeiro presidente militar após o golpe, o general Castello Branco (1964-1967), que toma posse, tornando-se o primeiro de cinco militares a conduzir o país durante o período do regime civil militar. Na sequência, vieram os governos de Costa e Silva, no início dos Anos de Chumbo (1967-1969), sob reações e protestos do povo; seguido do governo de Emílio Médici (1969-1974), momento este de grande repressão popular. Dando sequência, o governo o de Geisel

(1974-1979) foi marcado por breve abertura política, que segundo ele, era o pedido do povo que seria atendido, com retorno à democracia, de forma lenta e gradual. Por fim, Figueiredo (1979-1985), foi marcado pela anistia e o declínio da ditadura militar no Brasil, que findou em 1985. Tais acontecimentos levaram o país a uma crise social e política, o que de certa forma promoveu o embate de opositores a esses governos. Os ditos revolucionários permaneceram lutando contra a ditadura instaurada e em busca de uma redemocratização, que só viria se definir mais tarde com a construção de uma nova constituição federal em 1988.

Neste contexto, a advogada Mércia de Albuquerque buscava alcançar os anseios mais genuínos de seus clientes e amigos e desempenhar, a partir de sua função como advogada, a busca pela garantia da liberdade e do bem-estar deles, pois, naquele momento histórico, muitos dos direitos ora garantidos passam a ser questionados e usurpados da população, fazendo-se valer o Estado de decretos recorrentes, que limitavam as garantias já existentes e iniciava-se um novo modelo de Estado, baseado na moralidade de um povo que se denominava nacionalista.

Analiso seu posicionamento político à luz dos direitos humanos, verificando as possibilidades de ganhos e perdas dos processos, e quais motivações pessoais e profissionais a conduziram na defesa de presos/as políticos/as. Sua atuação profissional se confunde com a história de muitos/as outros/as personagens que almejaram, durante o processo de instauração do regime militar (1964-1978), defender a liberdade de expressão, o direito político, a justiça social e a própria democracia acima de tudo, inclusive do próprio governo.

Tais personagens representam, de fato, um dos lados do contexto em que se vivia naquele momento. Um contexto de repressão, de tortura, de perdas dos direitos civis, políticos e sociais àqueles que não coadunavam com o imposto. Ao transcorrer a leitura da dissertação do pesquisador Brito (2015) sobre a atuação profissional de Mércia de Albuquerque, é possível intuir que seu trabalho se deu na busca por apresentar o perfil da advogada enquanto defensora do direito à vida e à liberdade de expressão de seus clientes, visando garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa dos acusados de subversivos pelo Estado.

4.1 A DEFENSORA DE PRESOS/AS POLÍTICOS/AS

Figura 5 – Mércia de Albuquerque e Gregório Bezerra



Fonte: Portal Mércia (c1995)

Em tempos considerados “normais”, exercer a profissão de advogado/a sempre foi considerado privilégio de poucos, tornando-os socialmente respeitados por exercer a profissão. No entanto, em tempo de crises políticas decorridas de golpes militares em países da América Latina, é possível verificar que exercer a função de defensor de presos políticos torna-se um precedente para ser automaticamente considerado um traidor ou algo que se equivalha.

Dentre as dificuldades encontradas no percurso da defesa, está a de que o Estado não consegue distinguir entre o cliente e seu direito à defesa, e por vezes sequestra o direito não apenas do acusado como subversivo, mas também enquadra a/o advogada/o da mesma forma que o réu.

Diante do exposto e de inúmeras provas de ameaças, torturas, sequestros de advogados de presos/as políticos/as, atitudes estas, recorrentes no Brasil no regime civil militar, podemos observar que ser mulher em períodos como esses só acentuavam as desigualdades de gênero, corriqueiramente percebidas na história com os processos de desvalorização da mulher.

O início da atuação profissional da Dr^a. Mércia de Albuquerque deu-se, na prática, quando ela se depara, (como já ressaltado no capítulo 2), com a tortura do militante Gregório Bezerra, que era considerado “transgressor da lei e da ordem por suas ideologias revolucionárias e reivindicatórias” (BEZERRA, 1967, n. p.). A abrupta ação e espancamento levando a tortura do sexagenário Gregório Bezerra, diante dos olhos de todo/as presentes na Praça de Casa Forte, pelo Tenente Coronel Darcy Vilocque Viana, comandante do Quartel de Motomecanização, no dia 2 de abril de 1964, promove uma ação imediata na Advogada e um desejo latente de fazer algo sobre tal episódio. Ao se deparar com tal acontecimento contra o militante, a personagem se percebe impotente enquanto cidadã e foi ali que, segundo ela, decidiu assumir sua carreira de defensora, daquele sujeito perante a justiça (caso fosse necessário, pois ao certo ninguém sabia como se desenrolaria os eventos ocorridos posterior

ao golpe, mas se tinham as referências de países vizinhos que já havia sofrido golpes de Estado). É a partir daquele momento que a professora que se dedicava a cuidar de crianças carentes e com deficiências, passa de uma aspirante a advogada a se dedicar a uma atuação efetiva de pessoas que necessitavam de defesa perante o Estado.

Após presenciar o desrespeito pela vida, Mércia de Albuquerque decide, segundo seus escritos²⁵, naquele instante se colocar à disposição para assumir a defesa de Gregório Bezerra. Nota-se aqui que metaforicamente ela afirma pensar na defesa do réu mesmo sem saber se de fato ele seria julgado pelos crimes a ele direcionados. Na narrativa da personagem, pode-se encontrar um jeito de falar que dá conotação à sua ação imediata, que não necessariamente estava embasada de uma lógica de como o processo se sucederia.

Exaltada em seus ânimos, relata, que pede o apoio de seu esposo para realizar tal trabalho. Nesse momento, ela lança uma proposta a Otávio Clemente de Albuquerque, de forma tal, que fica impossível a recusa de seu esposo. Ela afirma que decidiu ser a advogada daquele militante e diz ao esposo, que caso ele concordasse, ela o amaria até o fim de sua vida, mas do contrário, caso não tenha apoio em sua decisão, que seria melhor que ocorresse o divórcio entre o casal (BRITO, 2015).

Sob essa ótica, Mércia de Albuquerque se revela não apenas fruto de legislações que precederam sua formação, bem como das reformas nacionais ligadas à política e à educação que fizeram com que ela se formasse e partisse do pressuposto de exercer a defesa de pessoas que eram injustiçadas pelo Estado em nome da ordem. Sua construção humanística precisou por vezes abandonar os preceitos familiares voltados a uma origem ligada à educação dos coronéis, que estava voltada a um estilo de mandatários, responsáveis pela ordem social desde os tempos do Império até a república e se voltar para as circunstâncias presentes no seu entorno.

O Coronelismo, como ficou conhecido, tinha como prerrogativa controlar a sociedade, principalmente a rural. Buscava manter suas riquezas pela dominação dos cidadãos, usava a política coronelista para tolher o direito dos homens, caso fossem contrários ao estilo aplicado pelos coronéis. Era comum a compra de votos, o chamado “voto de cabresto”, que tinha sua premissa na regulação e na manutenção de coronéis no poder, pouco importando as questões de cunho humanitário (SOUSA, 2021). Não se pode prescindir de que a personagem se revelou produto de uma junção de eventos positivos e negativos que culminaram em sua

²⁵ Para escritos deixados em seu acervo pessoal que não contêm datas e nem descrição da tipologia utilizada, recorre-se ao uso geral como escritos de Mércia de Albuquerque no site do Portal Mércia (c1995), local este em que foram deixados todos os documentos, cartas, bilhetes, diálogos, discursos, entre outros pelo seu viúvo Octávio Albuquerque.

(auto) formação; conduzida pelo dever social que reverberara em sua construção pessoal e profissional.

A advogada afirmou-se, naquele instante, preocupada com as circunstâncias daquele homem, bem como com a situação no país. Seu esposo Otávio Clementino de Albuquerque²⁶, em entrevista ao historiador Brito (2015), afirma que foi naquele momento que percebeu que ela não mais detinha o olhar de uma professora pacata, serena, mas sim de uma mulher que decidiu seguir uma causa, abandonando por completo o “doce e meigo jeito de ser de uma professora”. Com esse depoimento, é possível supor que tal inquietamento pessoal fez com que a personagem se colocasse numa posição à qual não renunciaria defender qualquer pessoa para não ferir seus princípios acerca da valorização da vida e de seus preceitos cristãos e educacionais. Assim rememorou:

Traumatizada por aquele espetáculo dantesco, contrário à civilização, à formação cristã do nosso povo e aos princípios que aprendi na Faculdade do Direito do Recife, a velha rebeldia juvenil se reacendeu em meu espírito, levando-me à decisão de fazer alguma coisa por aquele velho guerreiro torturado. E fiz, assumindo resolutamente a sua defesa. (ALBUQUERQUE, 2001, n. p.).

O caso de Gregório Bezerra ficou marcado na história brasileira recente, pois lembrou desmesuradamente as torturas que remetem ao século XVIII e XIX, quando ainda eram aceitos legalmente a escravidão, os maus-tratos e a falta de empatia e humanidade. Gregório Bezerra foi espancado, torturado, envergonhado, tratado como um dos mais perigosos dos animais e humilhado. Acima de tudo, queriam tirar-lhe a honra pelo que ele lutava; menosprezaram suas lutas e desdenharam de sua condição de patriota, taxando-o de traidor.

No entanto, é nesse momento que podemos, a partir do comportamento social, compreender que, ao ser instaurada a ditadura com o apoio da sociedade civil, ainda assim existia nas pessoas um resquício de humanidade, pois quando o coronel incita os presentes naquele atentado contra a vida de Gregório Bezerra a linchá-lo, ninguém o faz; nem os soldados do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife (CPOR), que se negaram a compactuar com tal acontecimento (BEZERRA, 1967). Tal espírito de humanidade fez aflorar em Mércia de Albuquerque o desejo de se tornar defensora do velho militante, e assim o fez. Tornou-se advogada de Gregório Bezerra, e sobre isso narra o próprio Gregório valendo-se de sua defesa por Mércia:

²⁶ A partir de dados retirados do acervo de domínio público da Fundação Oswaldo Cruz, é possível verificar que, quanto ao ano de nascimento de Otávio Clementino de Albuquerque, não existem informações concretas. O que apenas aparece como dados são sua função de cirurgião-dentista e sanitaria e de funcionário da SUDENE em Pernambuco (FIOCRUZ, 2021).

O processo é uma monstruosidade e quem o diz é a sua defensora, a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira, que aceitou a incumbência do patrocínio da causa porque seus anteriores advogados se declararam coatos e sem condições para o livre exercício da profissão. - Sob todos os aspectos, esse processo é uma monstruosidade jurídica. Há, nele, graves nulidades, tanto de forma como de conteúdo. Sua peça informativa - o inquérito policial militar - tem manchas de sangue. Do sangue do espancamento dos réus e de testemunhas. Muitos dos denunciados sofreram os piores suplícios - que a Nação conheceu em detalhes. Gregório quase foi morto. Suas torturas foram filmadas e rodadas no vídeo das televisões do Recife, num espetáculo de circo romano. - diz a sua defensora. Prossegue a Dra. Mércia: - Das nove testemunhas de acusação ouvidas em Juízo - nove testemunhas, apenas, para um processo de mais de trinta réus! - a maioria delas é confessadamente agentes do Serviço Secreto das Forças Armadas. As que não são agentes secretos, são militares da ativa da Polícia Estadual. Todas, enfim, com interesse na causa, na apuração unilateral da causa. (BEZERRA, 1967, n. p.)

Ter assumido a defesa de Gregório Bezerra lhe proporcionou visibilidade profissional e dessa forma foram surgindo mais e mais clientes para que ela assumisse a defesa. Tal movimento de se colocar à disposição para defender quem quer que fosse contra o sistema ditatorial, sem fazer distinção de partidos ou causas a que estavam atrelados seus clientes, fez com que o número de defendidos por ela fosse de cerca de 500 pessoas, entre homens e mulheres.

Dentre as pessoas em cuja defesa a advogada atuou estiveram: Fernando Santa Cruz (irmão do advogado Marcelo Santa Cruz também pai de Filipe Santa Cruz, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Luciano Rosas Siqueira (político e ex-vice-prefeito da cidade do Recife); Cândido Pinto – PE (Líder do movimento estudantil); Lídia Dantas – RN; Luiz Nogueira Barros – AL; Lylia da Silva Guedes Galetti – CE; Marco Aurélio Costa Albertim – PE; Marco Inácio Fernandes – RN; Marcos José Burle Aguiar – PE; Martha Maria Henrique Silva – PE ; Manoel Dias da Fonseca Neto – CE; Maria Augusta de Oliveira (esposa de David Capistrano); Maria de Fátima Bernardes Lacerda – PE; Maria do Carmo Silva – PE; Maria do Carmo Tomaz – RN; Maria Ceailis Barreto Novaes; Maurício Anísio de Araújo – RN; Marcelo Mário de Melo – PE (poeta e jornalista); Maria Auxiliadora Bezerra e Silva; Maria Celeste Vidal Bastos (Líder das Ligas Camponesas–PE);²⁷ entre tantos outros presos/as políticos/as que chegam a contabilizar cerca de quinhentas pessoas.

Segundo o relato de Mário Miranda de Albuquerque, ex-presidente da Associação 64/68-Anistia, também anistiado político do Estado do Ceará, a postura de Mércia de Albuquerque “[...] não fugiu aos desafios que sua época lhe colocou à frente, não se

²⁷ Após pesquisa individual no buscador Google sobre cada personagem apresentado aqui, é possível verificar que alguns personagens já faleceram e outros atuam nas questões Políticas e dos Direitos Humanos.

acovardou” (ALBUQUERQUE, c1995, n. p.). Ele afirma em carta que à advogada coube a tarefa de fazer o que ela considerava correto, no momento histórico em que a regra era calar-se. Para ele, ser mulher naquela época era a garantia de defender o direito à vida ameaçada pelo Estado, sendo as mães, mulheres, advogadas, filhas, esposas e irmãs que, junto a movimentos sociais, lutaram pela anistia e liberdade de perseguidos/as, presos/as político/as, a fim de garantir o direito que foi roubado – o direito à vida.

Nesse sentido, Perrot (2020) analisa a importância da participação ativa de mulheres, mães e filhas de operários, que impedidos de irem às ruas reivindicar seus direitos, tiveram as mulheres que passaram a representá-los, exigindo do governo um posicionamento. Tal movimento é memorado porque ali as mulheres se fizeram presentes em uma luta coletiva e não apenas delas. Perrot assim explicou:

Quando os laticínios e alguns artigos de mercearia, no verão de 1911, começam a subir de preço, as donas de casa do Norte da França se agitam como faziam outrora pelo pão. Os incidentes começam nos mercados da região de Maubeuge, estendem-se por todo o Norte mineiro e têxtil e multiplicam-se, um pouco por todos os lados, de Saint-Quentin a Creusot, para chegar aos portos industriais do Oeste. De modo geral, o perfil dos motins é industrial: as mulheres dos operários são o motor do movimento. Elas se manifestam cantando “a Internacional da manteiga a 15 vinténs” e se organizam em “Ligas de Donas de casa” para obter das municipalidades a taxação dos produtos. A seguir, estouram greves espalhadas, os operários – seus maridos – imitam-nas; há confrontos violentos e mortes. Diante delas, porém, o sindicalismo se divide. Alguns veem na ação massiva e “espontânea” das mulheres um “movimento magnífico”, próprio exemplo de ação concreta, popular, democrática, capaz de sacudir os operários “frouxos” e fatalistas diante da alta dos preços. Mas a maioria teme a violência desse “movimento curioso”, a fugacidade de tais chamadas de cólera, a efemeridade das ligas, e sonha em transformá-las num movimento “viril”, consciente e organizado: “o sindicalismo deve erguer o povo à possibilidade de uma revolta máscula”. Em diversos locais, os militantes tentam converter as ligas em “sindicatos de donas de casa”, ensinar às mulheres os méritos da organização permanente, tomar o movimento nas mãos para educá-lo, canalizá-lo. (PERROT, 2020, p. 222-223).

Essa representação feminina presente aqui e ali na história elucidada que as mulheres não foram passivas em tempos de adversidades, não comungaram com sistemas opressores, mas fizeram resistência a todo e qualquer tipo de injustiça social cometida em nome do Estado, da elite e de uma hegemonia masculina, branca, sexista e inescrupulosa, que, por vezes, em diversos momentos da história, buscou silenciar as lutas encabeçadas por mulheres em seu tempo e espaço.

Já o historiador Brito (2015), que com seu olhar analítico e crítico examinou a atuação profissional de Mércia, afirma com relação à sua disposição no caso Gregório Bezerra que

não seria possível que a advogada pudesse refletir sobre as possíveis consequências da tortura e prisão de Gregório Bezerra, pois naquele instante do ato da instauração do regime, com a brutalidade do golpe ditatorial, não se sabia ao certo o que estava acontecendo e como sucederiam os fatos posteriores às atrocidades.

Em entrevista, perguntei ao pesquisador sobre o que ele compreendia e o que conseguiu identificar como sendo o fio condutor para que ela mudasse de ponto de partida e dissesse: “Olha, eu vou defender Gregório agora porque eu acho que isso é correto”, mesmo tendo na própria família uma base totalmente voltada ao militarismo. O que é que a fez tomar essa decisão, na sua concepção? Ou antes, disse, o que a fez ter galgado caminhos diferentes da própria família?

Eu não sei dizer qual foi esse momento na prática. Ela conta uma história que cria um mito fundador para si mesmo que era de ao ver Gregório sendo torturado, diz que vai ser advogada de presos políticos, porém nem se sabia que esses torturados... porque a gente está falando do dia 2 de abril que ela vê Gregório sendo torturado. Então, ela assume e cria uma história do presente olhando para o passado... que ali ela enxerga um ponto inicial, um mito fundador que não existiam garantias nenhuma que haveriam julgamentos, que haveriam muitos presos políticos. Ela nem advogada era ainda, ela era recém-formada. Então, ela funda seu mito ali. Eu acredito que quando ela vê Gregório sendo torturado, ela pode ter um ímpeto de querer ajudar, mas não necessariamente ela dizer que seria advogada de presos políticos, ela pode ter querido ajudar Gregório. Eu acho que as coisas foram acontecendo sem muitos planejamentos, muito pautado nessas coisas, quase que uma psiquê de mãe dessa coisa da "super-mãe", essa coisa muito embutida na mentalidade das mulheres do tempo de Mércia, né? Então, me parece que ela ser advogada, psicanaliticamente, ela quer ser a mãe de todos. Nisso de ser "a grande mulher", porque quanto mais mãe, mais mulher para uma psiquê daquele momento. Então, ela pode ter escolhido Gregório, mas não necessariamente que ela iria se tornar advogada de muitos casos de que como ela ficou conhecida. Eu acho que o percurso de toda uma vida que ela vai fazendo... a escolha após a outra, ela quando está narrando sua própria história, ela estatiza naquele momento inicial as suas escolhas. E, a partir dali tudo é consequência dessa primeira escolha, mas esquece que a gente vai escolhendo a cada dia. (BRITO, 2021, informação oral).

Em parte, posso concordar que a pesquisada não tinha certeza do desenrolar da história, contudo, ela estava por dentro das histórias recorrentes na América Latina sobre as diferentes formas de governos autoritários. Logo, as semelhanças com o ocorrido no Brasil a faziam inscreverem-se num contexto já aproximado do que viria a se instaurar no país. Tal análise vai de encontro à perspectiva da mulher aguerrida em sua função de defensora da vida e da liberdade, e revela a perspectiva da visão androcêntrica da mulher-mãe que se deixa levar pela emoção. Tal análise desconsidera, entretanto, o conhecimento, por ela, de como foram

regimes políticos autoritários em outros países, bem como todo o clima de tensão que antecedeu o golpe.

Por certo, Mércia de Albuquerque não poderia prever o que ocorreria, assim como qualquer outra pessoa, o que inclui advogados homens que, assim como ela, defenderam presos políticos no início do regime. Assim, independentemente de saber ou não as consequências dos seus atos, não se pode negar que enfrentar o desconhecido pode exigir de qualquer pessoa ainda mais coragem e/ou iniciativa. De modo que, seja por emoção, seja com conhecimento da causa e suas consequências, não se pode negar o que depois desse suposto “mito fundador” a advogada realizou.

Foram cerca de 500 presos políticos defendidos por ela, e contra ela foram realizadas¹² prisões para investigar sua participação nos movimentos considerados subversivos e contra o governo da época, e 01 sequestro, que ocorreu com o intuito de pressioná-la para confessar sua participação em atos contra o governo. Ao sofrer tais ocorrências, sua maternidade foi vivenciada com atropelos. Como diria Ortega y Gasset “Eu sou eu e minha circunstância” (GASSET. 1967, p. 52). Logo, não se pode negar que tais eventos provocaram mudanças irreparáveis na vida da personagem. Mércia experimentou circunstâncias difíceis por sua posição enquanto advogada de presos/as políticos/as, levando-a a ter momentos de sua vida familiar e maternal constituídos por elos quebrados/rompidos e que foram forjando sua vida e sua atuação.

Desta forma não se pode negar o poder das circunstâncias, mas também não se pode negar o poder de mulheres como Mércia, que apesar de uma vida sangrenta e dolorosa, buscou agir e atuar em prol de quem necessitava, mantendo um discurso coerente e uma ação com o foco na luta social. Perrot depois de anos dedicados a pesquisa sobre a mulher na história assim analisa:

Por outro lado, a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa revalidação de poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes[...] (PERROT, 2020, p. 179).

O que Perrot nos apresenta é a mulher detentora de seus espaços, mesmo que o sistema vigente de cada época a sobreponha a outro ponto de vista. Por isso a necessidade de entender a mulher como protagonista de sua história pressupõe uma versão distinta do que vem sendo construído na escrita da humanidade durante séculos. Nessa perspectiva a trajetória de Mércia de Albuquerque é concebida com base na ideia da mulher ativa e agente da mudança. Por

issoevidenciar sua posição enquanto mulher, torna-se primordial para que os fatos não sejam encobertos por uma hegemonia masculinizada, branca, sexista e enviesada. Isso, de certa maneira, contribui para a construção de um arcabouço de informações que podem ser comparadas com outras mulheres, possibilitando verificar os fatos, para se chegar a uma compreensão mais aproximada da realidade vivida.

Sua trajetória se deu como a de muitos outros defensores de presos/as políticos/as da época. Deu-se em meio a prisões, coerções, abusos de poder, sequestros entre outras atrocidades realizadas pelo Estado totalitário. Isto porque o período do regime militar (1964-1985) trouxe consigo temor à liberdade de expressão de cunho filosófico, de questões políticas e partidárias, causando na sociedade um estado de recessão. No entanto, ao se aprofundar nos casos e na maneira como as pessoas eram tratadas pelo Estado, Mércia de Albuquerque foi vista como cúmplice e até militante do comunismo pelo governo, chegando a sofrer investidas de prisão para averiguações em seu apartamento no Edifício Ouro, localizado na Rua Sete de Setembro, no bairro da Boa Vista em Recife. Sobre os momentos em que começaram as perseguições políticas contra sua atuação, pondo em xeque sua conduta ética e profissional, a advogada nos deixa em forma de relato as circunstâncias que lhe foram impostas a vivenciar:

[...] Em 1965, quando redigia um memorial de defesa, enquanto dormia o meu filho, então com poucos meses de idade, recebi um telefonema de Boris Trindade, avisando-me que soubera de uma ordem de prisão contra mim. Mal conclui a ligação e a polícia já se apresentava à minha porta. Antes que falassem, disse-lhes que iria trocar de roupas, ao que aquiesceram. Escrevi rapidamente um bilhete para uma querida vizinha de prédio, Dona Pepe, mãe do militante comunista Ivo Carneiro Valença, colocando-o em uma garrafa estrategicamente pendurada em um cordão, que mantinha na varanda, entregando-lhe o meu filho. Retirei o cortinado e o lençol para que meu bebê não corresse o risco de sufocar. Voltando à sala, acompanhei os policiais, após encostar a porta de entrada. Depois de rodarem algumas horas, como se quisessem despistar, entregaram-me na Secretaria de Segurança, mas não fui torturada. Depois de três dias, apareceu o Dr. Moacir Sales que me liberou com um seco “pode ir”. Saí, como é natural, com muita raiva. (ALBUQUERQUE, 2001, n. p.).

O posicionamento profissional de MérciaAlbuquerque passou a incomodar as ações dos torturadores e do regime, o que por vezes fez dela um alvo vivo de sequestros relâmpagos, propensa às torturas. É de se supor que tais acontecimentos ocorriam com o intuito de que desistisse das causas que defendia. No entanto, Mércia de Albuquerque se mostra cada vez mais confiante em sua atuação e buscava inspiração, força e determinação

nas histórias e narrativas de seus clientes, que, de tanto vê-los sofrer, passa a sentir de perto suas dores e busca a cada investida profissional minimizar tais ocorridos.

Por sofrer investidas de prisões por aproximadamente (doze) vezes, como já revelado, sofreu com o afastamento de seu filho e do marido. Vivenciou, apesar de ser advogada, a fúria do regime militar, e mesmo assim, tais acontecimentos não tiraram dela a sensibilidade, a empatia e a gentileza com o seu próximo. A personagem vai delineando seu percurso profissional pautada na humanização. Ela, em seus escritos, afirma que, como uma mãe, se colocou na posição de sentir e cuidar da melhor maneira que pôde dos clientes/militantes/amigos da liberdade de expressão e da vida. Tal observação vai ao encontro da análise do historiador Brito (2015), entretanto, difere quanto ao tom em que a maternidade é chamada à cena. Ser mãe nesse caso pressupunha correr os riscos em prol de desconhecidos e por questões políticas.

4.2 A MILITANTE DOS DIREITOS HUMANOS

Há pessoas que apesar das feridas que sangram, da sede e da desgraça que lhes assalta, sabem respeitar quem lhes dá água, enxuga-lhe a sara-lhe as chagas. Esses não esqueceram o amor.
(ALBUQUERQUE, c1995, n. p.).

O poema acima fala-nos da capacidade de se colocar no lugar do outro, mesmo que estejamos em momentos difíceis; fala-nos da capacidade do ser humano de ser resiliente e de manter a empatia pelo seu próximo. Nessa perspectiva, apresento uma interpretação sobre as experiências de Mércia de Albuquerque enquanto advogada de presos/as políticos/as no período do regime civil militar (1964-1978). Busco aqui balizar quais preceitos e valores trouxe consigo no ato de desempenhar sua função como advogada e em quais processos históricos e políticos ela se apoiou.

Quando a prática não corresponde à teoria, é muito fácil perder a crença em algo divergente e contraditório. Quando se fala em educação, esta só tem efeito quando teoria e prática andam aliadas. Na vida pública, na política, na religião não é diferente, é preciso alinhar seus preceitos para se conquistar adeptos, para realizar projetos, para exercer, de fato, a cidadania.

A vida pública galgada por Mércia de Albuquerque trouxe consigo muitas narrativas a serem (re) contadas sob o olhar de quem às testemunhou. Mércia viveu no/e contra o Estado de Exceção, em uma época de repressão social e controle da ordem, em que muitas

informações eram ditas aqui e acolá, mas não necessariamente retratavam o cotidiano dos considerados subversivos pelo governo. Logo, faz-se urgente e necessário encontrar na história as conexões que promovam ligações entre as narrativas do povo, da mídia, dos governos e da imprensa livre, para assim desvelarmos o passado na mais aproximada realidade possível.

Enquanto estudante no período do golpe, Marcelo Santa Cruz, ex-presos político e irmão do estudante desaparecido na ditadura, Fernando Santa Cruz, narra como ocorreu o processo de engajamento para se lutar contra o regime que estava se instaurando em Pernambuco e no Brasil. Os primeiros afetados pela opressão foram justamente os estudantes, por terem ideias revolucionárias e que iam de encontro à proposta de governo ditatorial. Quando perguntado a Marcelo Santa Cruz sobre esse tempo e suas dificuldades, ele responde:

Eu estudava no Colégio Nóbrega, e ao chegar no colégio, no primeiro clássico, fomos informados que não ia ocorrer aula naquele dia porque tinha havido um movimento militar na cidade, e em vez de eu retornar para casa, eu fui para o Palácio do Governo. Chegando lá já estava tudo cercado. Nós ficamos no Teatro Santa Isabel e depois do teatro, lá para as 10 horas... Vamos para a proximidade do fórum do terminal de Justiça. No tribunal de justiça quando deu mais ou menos umas 2 horas, a gente já estava mais ou menos na altura de onde era o antigo prédio da Sudene, e depois vamos para o INSS. E lá por volta das 3h30 mais ou menos, tinha muita gente reunida e veio um grupo de trabalhadores protestando contra o golpe, e o governador Miguel Arraes estava sendo deposto. Estávamos participando daquela manifestação quando foram metralhados dois estudantes: Ivan da Rocha Aguiar que tinha acabado de passar no vestibular de Engenharia e Jonas de Albuquerque Barros. E também a notícia que uma funcionária de uma loja que ficava na esquina, uma caixa, tinha levado um tiro, mas que não teria falecido. Essa história depois ninguém nunca levantou realmente a questão dessa moça que na época foi anunciada que teria recebido um tiro naquela manifestação. No dia seguinte, eu fui no enterro do Jonas de Albuquerque Barros no cemitério de Santo Amaro, e havia um aparato muito grande de policiais no sepultamento de Jonas. Foram os dois primeiros marcos da ditadura, foi justamente a primeira vez que eu estive muito de perto. Vendo um confronto com a repressão, e evidentemente eu fiquei indignado com aquele ato de violência praticado contra um colega, um estudante que na época o Jonas tinha 17 anos. E, a partir daí, nós, os estudantes daquela época ficamos indignados com essa consciência política. (SANTA CRUZ, 2021, informação oral).

É a partir desse contexto e conjuntura política que Marcelo Santa Cruz, Mércia de Albuquerque, Marcelo Mário Melo e tantos outros, considerando suas idades, formações e posturas, passaram a se engajar numa árdua batalha por manter vivo o direito à liberdade de expressão. No entanto, as questões políticas precisariam de mais resistência e de atos de bravura contra o sistema vigente.

Na condição de advogada, não necessariamente exerceu de fato a militância, pois sua causa se deu sob aspectos outros que legitimavam sua postura profissional com a prerrogativa de resguardar os direitos das/os cidadãs/os. Sua atuação se deu, sobretudo, no campo da oposição ao golpe de 1964, pois em nenhum dos registros oficiais encontra-se ligação partidária e nem tampouco de cunho filosófico e político. Em outras palavras, não era filiada ao Partido Comunista, entretanto defendia seus membros contra o regime ditatorial.

Apesar de ser registrada pelo Departamento de Ordem Social (DOPS) como integrante do partido comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi, posteriormente, negado ou apagado todo e qualquer registro que à época fora utilizado para perseguir e realizar sequestros e prisões da advogada. Dados foram inventados sem fundamentação na realidade; era ali o prenúncio das *fakenews* da atualidade. Mércia de Albuquerque, em seus escritos, relata que sabia bem qual era seu papel na conjuntura vivida, sua função era mais importante do que qualquer sofrimento vivido por ela, pois muitos dependiam de seu empenho profissional, por isso ela não poderia esmorecer. Caminhar pela legalidade, pela justiça e a defesa social, eram o que a movia.

Sua atuação se mostrava frente à defesa de pessoas que afrontavam o sistema opressor e desigual. Mércia de Albuquerque buscou se empenhar em sua profissão a fim de garantir a justiça, desempenhando um papel que mais tarde viria ser constituída como função, a de defensor público²⁸. Realizou trabalhos gratuitos para aqueles que não tinham como pagar honorários. Dessa forma destacou-se como mulher e defensora, mas também pôde ser vista por muitos como militante dos direitos humanos. Sobre isso narrou:

Sou uma mulher simples do povo, igual a tantas outras. Desde menina aprendi a lutar pelo meu espaço, a defender o que julgava verdadeiro, a reagir contra o injusto. Esses traços da minha personalidade foram decisivos para me dar força e determinação na defesa dos presos e perseguidos políticos. Apesar de todos os horrores do meu tempo, acredito na bondade humana e faço questão de proclamar que se não fosse esse sentimento superior, que se sobrepôs em alguns a outros interesses menores, teria sido muito pior. Vejo neste ato de generosidade da Casa de José Mariano o significado político de manifestação afirmativa para que esse tempo de ditadura, de violência e tortura não volte nunca mais. (ALBUQUERQUE, 2001, n. p.).

Durante o período de ditadura militar, a democracia foi abruptamente sofrendo perdas irreparáveis de direitos fundamentais. Segundo as cartas e depoimentos de Mércia de

²⁸É um advogado que foi aprovado em concurso público de provas e títulos para seguir a carreira de Defensor Público do Estado. A Defensoria Pública atua em todos os casos em que haja desrespeito aos direitos do cidadão, sejam individuais ou coletivos.

Albuquerque, foi a partir dos Atos Institucionais (AI's, 1964-1969) que tais direitos como o da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa foram vetados pelo governo vigente. Diante de tal situação Mércia de Albuquerque, assim como os colegas, precisou arregimentar argumentos consolidados na lei para obter sucesso em suas arguições, ainda sendo uma das poucas mulheres a exercer tal tarefa. (CARVALHO, 2021, s. p.)?

É possível verificar que as atuações dos advogados muitas vezes estavam ligadas a conceitos anteriores à sua formação profissional, respaldados em preceitos embasados nas questões humanitárias e de justiça, criando assim um seleto e pequeno grupo de defensores que, em prol da liberdade, do direito à vida e de um país democrático, justo e sem repressão, sem a retirada dos direitos, sem massacres, torturas e mortes serviram de guia tanto à Mércia de Albuquerque, como também para os demais advogados da época, que buscaram exercer sua profissão visando uma sociedade livre. Longe de apologias, o que se busca com tal tipo de pesquisa é desvelar as ações desses sujeitos históricos que de fato, fizeram a história.

Na atuação como advogada, no período da ditadura militar, Mércia Albuquerque construiu, caso a caso, um caminho em sua formação pessoal. Ela precisou encampar uma empreitada contra o sistema, o que implicava riscos, dores, sofrimentos, prisões, acontecimentos dantescos que culminariam para sua condição humana ser testada em meio às atrocidades que eram cometidas pelos agentes do governo da época, todos considerados seus opositores ideológicos. A personagem, em suas cartas, relatos e depoimentos, fazem menção a alguns de seus clientes que marcaram sua trajetória. Ela narra os acontecimentos como se os revivesse e aponta a importância de pessoas tão jovens que se dedicaram a um ideal e por ele morreram. Ela rememorou:

Anatália Melo Alves foi presa de madrugada, com o seu esposo Luiz Alves de Melo, em Gravatá, cidade serrana do interior de Pernambuco. Conduzida para Recife, durante a viagem já teve início dilacerante tortura, ao ponto de Anatália desfalecer com hemorragia. Possuía apenas 27 anos de idade e já era militante do Partido Comunista Revolucionário. Levada para o DOI-CODI e, posteriormente, para a Secretaria de Segurança Pública, pude vê-la, muito machucada, profundamente deprimida. No dia 22 de janeiro de 1973, atendendo a um chamado de Anatália, fui ao DOPS. Pálida, debilitada, mostrou-me os seios e as coxas queimados por cigarros, narrando haver sido vítima de violências sexuais no DOI-CODI, me pedindo ajuda. Saí aproximadamente às 15 horas para os contactos, retornando por volta das 17:50 horas, mas já era tarde demais para a doce e meiga Anatália. Pescoço com várias marcas de fios, manchas roxas nos braços e pernas, um pouco de sangue no nariz e na boca, jazia morta. Policiais e jornalistas falavam em suicídio. Retirei-me. Sentei-me às margens do Capibaribe, profundamente solitária. Naquele momento lembrei-me de Mahatma Gandhi “Estou convencido das minhas próprias limitações – e esta convicção é minha força” (ALBUQUERQUE, 2002, n. p.).

O exemplo disso é um relato da personagem sobre o massacre na granja São Bento²⁹ que traria à tona um pouco da realidade vivida entre perseguidos/as e presos/as políticos/as e sobremaneira à advogada, que desempenhava sua função o mais perto possível dos fatos, muitas vezes sendo o colo amigo entre as famílias e amigos dos que sofriam na pele as práticas da ditadura.

Em um de seus depoimentos prestados à Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, tendo como testemunha o secretário de Justiça do Governo de Pernambuco, no ano de 1996, a defensora de perseguidos/as e presos/as políticos/as registra em seus escritos sua consternação diante das atrocidades vividas no regime militar.

Ela traz à tona questões de traições entre um dos militantes, Daniel, como era conhecido por todos e que, mais tarde, foi identificado como Cabo Anselmo³⁰. As marcas do tempo foram deixadas e as exponho aqui, pelos relatos de Mércia, para que seja possível interpretar os fatos:

[...]Jarbas que eu conhecia muito estava também numa mesa, estava com uma zorba azul clara e tinha uma perfuração de bala na testa e uma no peito e uma mancha profunda no pescoço de um lado só, como se fosse corda e com os olhos muito abertos e a língua fora da boca, que me deixou assim muito chocada, os outros corpos jaziam, um estava de bermuda que eu não conhecia, outro estava de zorba e outro despido, estavam pelo chão, todos os corpos estavam muito massacrados. Pauline tinha a boca arrebentada, tinha marcas pela testa, pela cabeça e o corpo muito marcado[...]
(ALBUQUERQUE, 1996, n. p.).

²⁹ “A Granja de São Bento foi o cenário escolhido pelo delegado Sérgio Fleury para encenar um tiroteio entre militantes da VPR e agentes da repressão. O “massacre da Granja São Bento” vitimou os militantes de esquerda Eudaldo Gomes da Silva, 26 anos; Evaldo Luiz Ferreira de Souza, 31 anos; Jarbas Pereira Marques, 24 anos; José Manoel da Silva, 33 anos; Pauline Philippe Reichstul, 26 anos e SoledadBarretViedma, 28 anos. Todas as seis vítimas após serem presas em lugares distintos, foram torturadas e mortas na Granja São Bento, em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife. Ao cenário foram adicionadas armas ao redor dos corpos para sugerir um confronto entre guerrilheiros e militares que nunca existiu. As vítimas foram delatadas pelo agente da ditadura militar, o Cabo Anselmo. Em uma entrevista a mim concedida, Jorge Barret conta como ocorreram as mortes de SoledadBarretViedma, de Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, Evaldo Luis Ferreira e José Manoel da Silva.” (NOVAS..., 2017, n. p.).

³⁰ “O sergipano Anselmo dos Santos ficou conhecido por ocupar o cargo de presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais durante o golpe de 1964, quando imediatamente teve os seus direitos cassados e entrou na clandestinidade. No início da ditadura civil-militar, integrou diversas organizações de esquerda, foi preso, libertado e fugiu para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha. Quando estava na luta armada, traiu seus companheiros da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e armou uma emboscada para que fossem pegos pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS-SP. O fato ocorreu em 1973, quando os seus companheiros estavam em Pernambuco instalando uma célula de guerrilha. Eles foram fuzilados sumariamente por agentes da ditadura. Dentre os mortos, estava a paraguaia SoledadBarret, conhecida como Sol, que estava grávida e com quem Anselmo mantinha um relacionamento de aproximadamente dois anos. Depois desse episódio, o cabo fez uma cirurgia para mudar de rosto, ganhou novos documentos e ficou escondido sob proteção dos agentes do DOPS.” (OCANHA, 2018, p. 1).

Meio inconsolável, pergunto-me: como poderia ela dar tal notícia às famílias? Os casos a envolviam ao ponto de sofrer as perdas em meio aos desafios postos de sua própria atuação. Era notório que sua trajetória como advogada se confundia com a mulher/mãe/filha que existia em Mércia de Albuquerque. Não podia ser diferente, afinal somos frutos de experiências, somos frutos das nossas escolhas, da mesma forma como fazemos com as imposições da vida.

No caso de Mércia, não se pode negar que sua postura como cidadã e humanista definia seu posicionamento na hora de atuar, principalmente se comparada àqueles que estavam do outro lado e que acusavam, ameaçavam, torturavam e que, por isso, eram temidos. Dar seu depoimento, assim como foi o momento de dar a notícia aos familiares, fez Mércia de Albuquerque refletir e constatar a pequenez, a fragilidade e a insignificância social que esses corpos tiveram, bem como a falta de humanidade em tempos de opressão, tortura e assassinatos em nome do Estado.

Nesse momento, a personagem se apresenta a nós com a preocupação em arranjar a ocasião adequada para amenizar o choque da notícia. Realizar o acolhimento as famílias era o que fazia de sua formação pessoal o diferencial no seu atendimento enquanto advogada. Quando necessitou diversas vezes dar notícias difíceis sobre o desaparecimento de seus clientes, Mércia de Albuquerque preparava um ambiente o mais acolhedor possível dentro das circunstâncias, para poder informar o ocorrido. Dessa forma, assim o fez ao dar a notícia do que ocorreu com o filho de Rosália. Ela afirma que preparou o ambiente, fez um chá e buscou ser a mais acolhedora diante das circunstâncias, no entanto ao tempo em que se organizava para dar a notícia, dona Rosália, um passo à frente, pergunta: “Minha filha, meu filho foi assassinado com um tiro na cabeça, não foi? Ao que em tempo pondera a advogada e diante da afirmativa de dona Rosália, Mércia afirma:

[...]fiquei surpresa e disse: foi, contei como estava o problema e voltei com ela ao necrotério, ela viu o corpo do filho na situação que se encontrava, então os corpos foram levados para a Várzea e posteriormente, eu sei que Jarbas foi trazido para o Cemitério de Santo Amaro, e eu não tenho certeza, mas me parece que, também as estrangeiras, mas não estou bem a par disso, se elas foram removidas. Agora as pessoas que ali se encontravam sem vida era a Soledad Barreto a Paulina, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira que foi preso na residência de Soledad e Manoel da Silva é que foi preso no Posto de Gasolina em Toritama, a Soledad estava com os olhos muito abertos com expressão muito grande de terror, a boca estava entreaberta e o que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade que estava, eu tenho a impressão que ela foi morta e ficou algum tempo deitada e a trouxeram, e o sangue quando coagulou ficou preso nas pernas porque era uma quantidade grande e o feto estava lá nos pés dela, não

posso saber como foi parar ali ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror. (ALBUQUERQUE, 1996, n. p.).

A advogada conclui seu depoimento fazendo algumas acusações sobre as mortes. Ela aponta nomes, informações que obteve com Jarbas antes de sua morte. Nessa perspectiva, a personagem aparece aqui construindo uma linha de investigação para que se possa ser dita a verdade sobre o ponto de vista dos que sofreram tais agressões, ainda que depois de mortos. O depoimento nos remete, sem sombra de dúvidas, às dores dessas vítimas de torturas e mortes.

Era importante para ela não deixar que tais fatos caíssem no esquecimento e que a sociedade pudesse se conscientizar do terror e da regressão social que o Brasil sofreu ao permitir que cidadãos e militares impusessem tais acontecimentos ao país, o retrato da sociedade que não se queria ver, os fatos registrados, os relatos vivos em cada indivíduo que, por convicções/posicionamentos políticos distintos do governo, passaram a ser considerados inimigos do Estado.

Ora, esconder as mazelas sociais nada mais é do que afirmar que existe algo que não seria coerente fazer diante dos direitos humanos e fundamentais. A sociedade que presenciou o regime civil militar compreende tais atrocidades, assim como muitos colaboraram para que este fosse legitimado. Registrou Mércia de Albuquerque:

[...] Uma coisa que eu quero que fique esclarecida nessas minhas declarações é que eu recebi um telefonema de uma pessoa me falando que os corpos estavam no necrotério e quando eu procurei na época informações no DOPS, a pessoa me informou que estava, e que pelo o que Jarbas me falou seriamente essas prisões foram feitas pelo Cabo Anselmo e por Fleury, Jarbas me disse que ele estava na época aqui em Recife e pela violência da ação, pela barbaridade, pela crueldade, eu acredito que foi por Fleury, e Jarbas quando me disse que Fleury estava aqui ele tinha certeza e ele estava em pânico. A esposa de Jarbas permaneceu na minha casa, depois eu pedi a minha cabeleireira para cortar o cabelo dela curtinho que o cabelo era grande e ela estava de trança, é possível até que eu tenha essa trança, e ela foi maquiada, um vestido meu foi reformado para ela e ajudei-a a sair de Pernambuco juntamente com a filha, e sei que ela foi para o sul, depois foi para o exterior, eu sei que ela deixou a menina na casa da mãe dela, ela foi embora para o Rio e depois para o Chile, e depois para Cuba, a mãe dela levou a criança para companhia dela. No momento quando eu apresentei a fotografia do Daniel que Jarbas havia me dado à Comissão, a outra testemunha Sonja disse que aquele homem freqüentava com Soledad a sua casa quando ela ia levar blusas para vender em sua boutique, porque Soledade fornecia essas blusas para serem negociadas e colocadas na boutique de Sonja em consignação. Nada mais tenho à declarar. (ALBUQUERQUE, 1996, n. p.).

Nesse momento, a advogada se confunde com a militante, buscando compreender que seu papel vai para além de ter sido advogada de presos/as políticos/as. Ela se coloca numa

posição de quem é contra todas as atrocidades acometidas aos seus clientes, passando por um lugar de fala, a partir da dor do outro, deixando transparecer – a empatia. Por esses e outros posicionamentos, a advogada é vista pelo governo da época como alguém que compactua da luta de seus respectivos clientes, o que não deixa de ser uma verdade escancarada. No entanto, nada pode ser constatado nos autos de averiguações contra a advogada Mércia de Albuquerque, o que ela “deixou” que se registrasse foi que agia de maneira humana para com os semelhantes, o que não implica na sua não compactuação das ideologias revolucionárias.

Em tempos difusos da construção histórica, sobressaem-se os relatos que melhor foram contados. Quando pensamos na história retilínea de reis, de burgueses e de clérigos, constatamos que passamos por diversos momentos ouvindo as narrativas como pura verdade, como se fossem as únicas versões possíveis da historiografia. Pautada na ideia de Bloch sobre a História problema, me questiono: – como, então, se desfazer de uma hora para outra de tantas “verdades” ditas, contadas, registradas e aceitas no mundo científico? De que maneira ousamos romper com essas “verdades” ao longo da construção histórica e social do Brasil? Qual seria o papel do controle social? Não estaria o Estado preocupado em manter tal controle até os dias atuais? Como não reproduzimos uma sociedade golpista? Qual seria a finalidade de subjugar alguns em detrimento de outros? Por quanto tempo tais questionamentos estarão presentes na sociedade?

Desta forma, abordar a história do Brasil por olhares como o de Mércia Albuquerque, e tanto outros personagens, nos remete a uma compreensão de que a história pode ser vista por diversos ângulos, cabendo a sociedade verificar as narrativas e compará-las com vestígios históricos para assim termos uma maior aproximação do que foi vivido, mas nunca, jamais uma verdade absoluta sobre um fato, pois na história problema, existe uma causa aparente, mas diversas maneiras de solucionar e entender o processo. História como problema significa a desnaturalização da maneira como é escrita a história, bem como o relato de ocorrências como absolutas e externa ao pesquisador.

Quando observamos as conjunturas sociais e percebemos o alinhamento do ser, do ter e do poder, percebemos que nada está desconexo daquilo que poderá vir a ser útil socialmente, ou seja, é preciso manter a lógica de reprodução, nas quais alguns que não se encaixam sofrem e pagam por discordarem e fogem do esperado, enquanto outros são beneficiados por andarem na “legitimidade” do que é “politicamente” aceito. Há que se ressaltar que, nos idos de 1964, o regime político golpista projetou um plano de governo que daria certo, se não houvesse lutas e resistências, o que nos leva à pergunta: E hoje?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo a pesquisa arrematando as questões norteadoras delineadas a partir do pressuposto de que houve uma abertura social, educacional e também política no meio enquanto Mércia de Albuquerque estudou, o que permitiu sua formação e o seu enfrentamento ativo, por meio da profissão de advogada, em um regime de exceção, implantado quando ela já estava formada. Entretanto, como pôde ser averiguado junto à formação escolar houve uma soma de outros elementos que constituíram seu processo (auto) formativo, tornando possível sua formação e atuação baseadas na justiça social e nos direitos fundamentais, o que é entendido aqui sob a perspectiva de proteger o cidadão do Estado ditatorial, garantindo a proteção contra eventuais arbitrariedades cometidas pelo Poder Público.

Com a investigação sobre a trajetória formativa da advogada foi possível entender como a educação nos faz pensar que podemos exercer, para além de governos autoritários, o nosso livre pensamento. Da mesma forma foi possível verificar como os espaços ocupados pela personagem foram fundamentais na teia de relações e conexões que ela traçou, deixando esclarecido que tais espaços contribuíram para sua formação pessoal e profissional a todo o momento.

Também foi possível verificar que, entre as experiências de Mércia de Albuquerque e o que o governo pensava sobre ela, existe um vasto abismo de mitos que rodearam a sua profissão com o intuito de enquadrá-la na lei de segurança nacional como inimiga do Estado, como comunista, como subversiva transgressora da lei e da ordem. As acusações não puderam ser comprovadas por nenhuma das instituições estatais que se empenharam à época em enquadrar todas as pessoas que se posicionassem contra o governo vigente.

Concluimos que nada foi comprovado e nem identificado como atividade clandestina que pudesse enquadrar a personagem no mundo, dito por lideranças da época, como subversivo. Após a ditadura, foi possível verificar uma nova concepção de Estado. Contudo, esta trouxe consigo novos desafios para a sociedade, inclusive concepções diferentes do período ditatorial, que não detinha mais, em sua construção, preceitos atrelados ao da escravidão, da subalternização e desvalorização da vida.

No entanto repensar qual o papel da História e quais narrativas interessam ser (re) contadas, vem sendo questionáveis cada vez mais. O exemplo, de atrasos mais recentes, em que sofreu o país desde 2016, o medo, as injustiças e o retrocesso nos deixa em alerta para as feridas do passado, quando novamente verificamos atizados os indígenas, os camponeses, os estudantes, a juventude para uma guerra que não é deles em essência, mas, sim uma guerra

hegemônica, de classes e de disputa de poderes, que busca cada vez mais segregar o povo. Se durante a ditadura militar (1964-1985), foi vivenciado um regime de retirada de direitos de forma ultrajante aos princípios que regiam a Constituição, e, ainda assim, a personagem Mércia de Albuquerque buscou exercer sua função, hoje, diante de tantas ameaças e ressalvadas as devidas proporções, fica clara a real necessidade de que mais “Mércias” lutem contra as injustiças sociais.

E se na ditadura militar (1964-1985), foi vivenciado um regime de retirada de conquista de direitos de forma ultrajante aos princípios que regiam a Constituição no qual a personagem Mércia de Albuquerque buscou exercer sua função, hoje, diante de tantas ameaças e ressalvadas as devidas proporções, fica clara a real necessidade de que mais “Mércias” saibam lutar contra as injustiças sociais que submetem muitos/as a uma condição de perseguidos/as e acusados de traidores de seu país.

Dessa forma, ressalto aqui a importância de se valorizar as características intrínsecas do indivíduo, pois este é composto de vários atravessamentos de aprendizagens que, em conjunto, classificam-se exatamente em cada um de nós. Nessa perspectiva, Mércia de Albuquerque deixa-nos um último relato sobre sua busca por fazer valer a justiça e a garantia dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que também pode fazer parte da história do Estado de Pernambuco e da defesa da vida. Escreveu Mércia de Albuquerque Ferreira pouco antes de sua morte física no dia 29 de janeiro de 2003(sábado, às 20h35min) em Recife:

Eu vi, vi o tempo passar, os jovens perdidos nas lutas pela cidadania, pela democracia caírem mutilados, mortos atapetando sangue as ruas de Recife. Vi as lideranças presas, amordaçadas, assassinadas. A impunidade dominando, os homens de bem acuados. Não fiquei como a doce e romântica Carolina de Chico Buarque de Holanda, que na janela não viu o tempo passar. Pulei a janela, levando minha caneta e comecei a minha caminhada. (MÉRCIA DE ALBUQUERQUE, 2003).

Para complementar a história da advogada me amparo na compreensão dada por Paulo Freire, que diz: “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática” (FREIRE, 2003, p. 61). Desta forma o processo (auto) formativo estaria implicado nessa trajetória pessoal da personagem que além de ter aprendido conceitos formadores para a vida com o ensino formal, precisou realizar em si, o ato de resistência explanado por Freire, quando se refere ao fato “Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário” (FREIRE, 1987).

Desse modo, se manter informado, estudando e adquirindo conhecimento num país com tantas desigualdades sociais, políticas e financeiras, estudar é com certeza um ato

revolucionário, não apenas na época em que Mércia precisou travar uma luta contra um sistema opressor e desumano, mas também nos dias atuais, nos quais por diversas vezes o processo de ensino-aprendizagem sofre represálias cotidianas, onde a ciência perdeu seu valor, e tem por parte dos opositores negacionistas distorcidas toda e qualquer informação, diminuindo o valor de cientistas, pesquisadores, historiadores e, sobretudo dos professores.

Saliento que o processo formativo pressupõe que a aprendizagem é contínua, logo estamos em aprendizagem constante nesta (auto) formação. Disse Freire (1987) que os homens se educam neste processo de trocas, de culminância, entre erros e acertos que experienciamos no mundo: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1987). O que me conduz a pensar na formação de Mércia de Albuquerque que a mesma também ocorreu na prática cotidiana, nos conflitos vividos, nas divergências sofridas, entre a experiência mais próxima da morte de jovens, do autoritarismo familiar, da igreja, das normas das escolas e de todo esse aparato de informações que ela precisou organizar em si para a construção do que veio a escolher vivenciar e dispensar na/da sua vida.

Quando observamos Mércia numa movimentação constante em seus escritos (egodocumentos) pode-se perceber que por mais que ela não tivesse planejado fazer história, ela já se mostrava preocupada em registrar fatos, acontecimentos e relatos, de forma que posteriormente teríamos eles na história feita pelo/para o povo. Nessa seara de conhecimentos, o intuito do educar está sempre acompanhado do querer fazer algo sobre alguma circunstância, ensinar e aprender vem com a missão de não se deixar morrer o aprendido, mas sim de passá-lo adiante, em forma de corrente, o que se precisa manter vivo na sociedade. É chegado o momento de juntos/as/es almejarmos um campo educacional que de fato garanta os direitos já conquistados, no qual possamos, cada vez mais, ser validados e, por fim, não deixarmos que o dito seja mais importante do que o vivido por cada um de nós, afinal a “História continua”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **1942 – Estado de exceção**: Homo Sacer, II, I. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, Mércia. Depoimento de Mércia Albuquerque acerca do massacre da granja São Bento. **Portal Mércia**, Natal, 1996. Reprodução de depoimento. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/granjaasobento/depoimento.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Mércia. Escritos 02: Reflexões. **Portal Mércia**, Natal, c1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/diario/semdata/escrito02.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Mércia. Medalha Nisia Floresta. **Portal Mércia**, Natal, 8 mar. 2002. Transcrição de discurso. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/trajetoria/1medalha_nisia_floresta.html. Acesso em: 20 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Mércia. Título de Cidadania Norterriograndense. **Portal Mércia**, Natal, [2001]. Transcrição de discurso integral de discurso por ocasião do recebimento do título de Cidadã de Recife, no dia 5 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/trajetoria/1cidadam1.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Mércia. Último escrito de Mércia: Anotações Inéditas de Mércia Albuquerque. **Portal Mércia**, Natal, 25 jan. 2003. Reprodução. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/diario/2003/25jan03_ultimoescrito.html. Acesso em: 20 jul. 2021.

AZEVEDO, Fernando; PEIXOTO, Afranio; TEIXEIRA, Anísio *et al.* **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. Brasil, 1932, p. 02-04. Disponível em folheto impresso.

BARRETO, Raylane; NASCIMENTO, Raquel. **Entre O Professorado e a Militância Política: O caso de Maria Celeste Vidal (1929-1998)**. Rev. FAEEDBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 30, n. 63, p. 193-206, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/10757/8747>. Acesso em: 19 out. 2021.

BEZERRA, Gregório. Eu, Gregório Bezerra, Acuso! **Portal Mércia**, Natal, [1967]. Reprodução. Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2021/04/01/eu-gregorio-bezerra-acuso>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BORGES, Vany. Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2008. p. 203-234.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases: **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1961].

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 12 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1971]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em :10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em :10 jun. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.815 – Distrito Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arts. 20 e 21 da lei n.º 10.406/2002 (Código Civil). Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada. [...]. Requerente: Associação Nacional dos Editores de Livros – ANEL. Intimados: Presidente da República; Presidente do Congresso Nacional. Relatora: Min. Cármen Lúcia, 10 de junho de 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10162709>. Acesso em: 15 mai. 2021

BRITO, Tasso Araújo de. **A toga e a espada: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na justiça militar (1964-1969)**. 2015. Dissertação (Doutorando em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17245/1/Tasso%20Brito.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRITO, Tasso. **[Sem título]**. [Entrevista cedida a] Laila Farias de Araújo. Recife: [s. n.], 2021. 1 vídeo (104 min). Arquivo de pesquisa da autora.

CARVALHO, Talita. **Ditadura militar no Brasil**. Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em 19 out. 2021.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Maria Cristina Rabelo de; RODRIGUES, Tânia Francisco. Fotografia e história: ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 253-300, jan./dez. 1994.

COLLING, Ana Maria. As Mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, [Pelotas], v. 10, p. 1-10, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>. Acesso em: 28 set. 2021.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago2009.

Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/5520/4015/>

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Mércia Albuquerque Ferreira (1953-1966)**. Recife, c2020. Resultado de pesquisa em site. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docmulti.aspx?bib=D1960&pesq=M%C3%A9rcia%20albuquerque%20Ferreira>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: Escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUBY, Georges. **A História continua**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: edições Graal, 1987.

ESTATÍSTICAS de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país. **Agência IBGE Notícias**, [s. l.], 31 out. 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14691-asi-estatisticas-de-genero-mostram-como-as-mulheres-vem-ganhando-espaco-na-realidade-socioeconomica-do-pais>. Acesso em: 10 set. 2021.

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. **MultiRio**: a mídia educativa da cidade, Rio de Janeiro, 7 mar. 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 10 set. 2021.

FERREIRA, Alexandre Maccari. A relevância da literatura como missão histórica (resenha). **RILA**, Santa Maria, RS, v.4, n. 1, p. 149-154, jan./jun. 2007. Disponível em: http://jararaca.ufsm.br/websites/rila/download/RILA-6/Resenha6_2.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

FIALHO, Lia Machado; SOUZA, Francisca; NASCIMENTO, Lorena. Biografia da educadora Josete Sales: reflexos da formação de professoras no Ceará. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-22, jan./dez. 2020.

FIOCRUZ. Otávio Clementino Albuquerque. **Base Arch**, 10 mar. 2021. Resultados de pesquisa em site. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/otavio-clementino-de-albuquerque>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPAR, Lúcia. **Movimento de Cultura Popular**. Biblioteca da FUNDAJ, 2008.

GASSET, Ortega. **Meditações do Quixote**. Comentários por Julián Marías. Livro Ibero Americano Ltda. Tradução de Gilberto de Mello Kujawski. São Paulo, 1967, p. 52.

GIORGIO, Flávio de. Como surgiu a expressão “cabra da peste”? [Entrevista cedida a] Redação Mundo Estranho. **Superinteressante**, [s. l.], 18 abr. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiu-a-expressao-cabra-da-pestes/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOUGES, Olympe de. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791)**. França, set. 1791. Texto adaptado. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 19 set. 2021.

HÁ 80 ANOS mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas. **Tribunal Superior Eleitoral Notícias**, [Brasília, DF], 4 mar. 2013. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>. Acesso em: 20 set. 2021.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOSSEINI, Khaled. **A cidade do sol = A thousand splendid suns**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Casa dos Livros, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-13, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

INEP. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 5. Igualdade de Gênero. **Objetivos de Desenvolvimento Econômico Sustentável**, [s. l.], c2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 19 set. 2021.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12309/14086>. Acesso em: 19 set. 2021.

MELLO, Guiomar Namó de. Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas. **Movimento pela Base**, set. 2014. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/guiomar_pesquisa.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

MELO, Marcelo Mário. [Sem título]. [Entrevista cedida a] Laila Farias de Araújo. Recife: [s. n.], 2021. 1 vídeo (103 min). Arquivo de pesquisa da autora.

MENEZES, EbenezerTakuno de. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: EDUCABRASIL. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em: 29 set 2021.

MONTE, Roberto. Apresentação. **Portal Mércia**, [Natal], c1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/contatos/apresenta.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NOVAS e surpreendentes revelações sobre a “chacina na Granja de São Bento”. **Documentos revelados**, [s. l.], 13 mar. 2017. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/novas-e-surpreendentes-revelacoes-sobre-a-chacina-na-chacara-de-sao-bento/>. Acesso em: 28 set. 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. A negativa da culpa: uma análise da biografia Eu, cabo Anselmo (1999), de Percival de Souza. In: HISTÓRIA E DEMOCRACIA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO, 3-6 set. 2018, Guarulhos. **Anais eletrônicos**[...].Guarulhos: UNIFESP, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530845387_ARQUIVO_RafaelFreitas-Anpuh-2018.pdf acesso em 28 set. 2021.

OLIVEIRA, Aurenéia; MIRANDA, Marcelo; SILVA, M. Amanda. **Questões de gênero e sexualidade no espaço Público Educacional tendo como eixo de debate a disciplina de ensino religioso em escolas de Recife**. © ETD-Educação Temática Digital. Campinas, SP[864]v.20n.4p. 864-886out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647418/18666>. Acesso em 19 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. O que são os Direitos Humanos. **Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental**, [s. l.], c2021b. <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Nações Unidas Brasil**, [s. l.], c2021a. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. **Acervo Digital da UNESP**, São Paulo, p. 1-19, 6 maio 2010. [Originalmente publicado em Pedagogia cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.] Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/107>. Acesso em: 08 mai. 2021.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. Seleção de textos e introdução de Maria Stella Martins Bresciani. Tradução de Denise Bottmann. 9. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PORTAL MÉRCIA. [Natal], c1995. Sítio hospedado do Portal DHnet - Rede de Direitos Humanos & Cultura. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RECIFE. Miguel Arraes de Alencar (1916 – 2005). **Prefeitura de Recife**, Recife, [c2021]. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/miguel-arraes-de-alencar-1916-2005>. Acesso em: 28 set. 2021.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no poder e na tomada de decisões**. Brasília, DF: IPEA, [2016]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_deciso.es.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

RUSSELL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da bruxaria**. Tradução de Álvaro Cabral e William Lagos. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2019.

SANTA CRUZ, Marcelo. [Sem título]. [Entrevista cedida a] Laila Farias de Araújo. Recife: [s. n.], 2021. 1 vídeo (165 min). Arquivo de pesquisa da autora.

SAVIANI, Dermevalet *al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2017. *E-bookKindle*.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/>. Acesso em: 19 set. 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420p.

SEVERINO, A. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. Livro eletrônico.

SEVERINO, A. Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Luciano. [Sem título]. [Entrevista cedida a] Laila Farias de Araújo. Recife: [s. n.], 2021. 1 vídeo (132 min). Arquivo de pesquisa da autora.

SCHUMAHER, Schuma. Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro / SchumaSchumacher e Érico Vital Brazil. - Rio de Janeiro: REDEH, 2003. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/07/publicacao_rio_de_mulheres.pdf. Acesso em 18 out. 2021.

TALIBÃ. **Priberam Dicionário**, [s. l.], c2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/talib%C3%A3>. Acesso em: 19 set. 2021.

XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. Apresentação. In: XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (org.). **História, Memória e Educação: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos**. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 9-15.

ZALCMAN, Fernanda. Maria Lenk: 1ª mulher brasileira a participar de Olimpíadas. **Olimpíada todo dia**, [s. l.], 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.olimpiadatododia.com.br/brasil/248306-maria-lenk-primeira-mulher-brasileira-a-participar-de-uma-olimpiada/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ANEXO A – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Educação- CE
Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE

Recife, 9 de março de 2021

Ofício nº 01/2021

Senhora diretora,

Na condição de pesquisadora e orientadora da mestranda Laila Faria Araújo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, campus Recife, venho, por meio deste, solicitar a V. senhoria, para fim único de pesquisa científica na área de História da Educação no Brasil, material escolar da ex-aluna Mércia Albuquerque Ferreira que, advogada, foi de suma importância para àqueles a quem ela defendeu durante sua vida advocatícia. A dissertação sobre a formação da referida advogada está intitulada (AUTO) FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA ADVOGADA MÉRCE DE ALBUQUERQUE FERREIRA– (1934-2003).

Para validar o presente documento, assino abaixo.

Recife, 9 de março de 2021.

Raylane A. Dias Navarro Bonfim

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **ENTRE O DITO, HISTÓRIA:(AUTO) FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA ADVOGADA MÉRCIA DE FERREIRA– (1934-2003)**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **Laila Fari** reside no endereço: Rua tenente Portela, 130 – Imbiribeira – Recife- PE– (81) 981 laila_dearaujo@hotmail.com; laila.araujo@ufpe.br ou lailafariasdearaujo@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Após esclarecimentos forem dados e concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador.

O (a) senhor (a) está livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer momento também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação: o estudo busca embasar uma pesquisa de cunho biográfico da advogada **Mércia Albuquerque**. Tal estudo tem como objetivo geral: compreender o fazer (auto)formativo de Mércia de Albuquerque e tem como objetivo geral: Compreender o fazer atuação e promoção dos Direitos Humanos, considerando a trajetória (auto)formativa construtiva. Para tanto são objetivos específicos: Interpretar as (auto)narrativas de Mércia Albuquerque histórico, na educação e na política; mapear a trajetória formativa de Mércia Albuquerque e profissional no campo do direito e da política no regime civil militar. Utiliza-se como instrumentos a Entrevista Aberta, voltada à temática. A coleta se dará por meio virtual, sendo individualizado entre uma hora até no máximo duas horas de duração. O que será solicitado ao voluntário para que a coleta de dados seja utilizada, será sua assinatura a este termo de consentimento.

➤ **RISCOS:** A partir do momento em que se torne uma pesquisa pública os riscos estão atrelados

Esclarecemos que todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divi eventos ou publicações científicas, ficando a identificação dos voluntários a seu critério. Os da pesquisa como: gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc. ficarão armazenados em: pastas d computador pessoal sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado, pelo anos após o término da pesquisa. Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar dest aceitação é voluntária.

Laila Farias de Araújo

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO

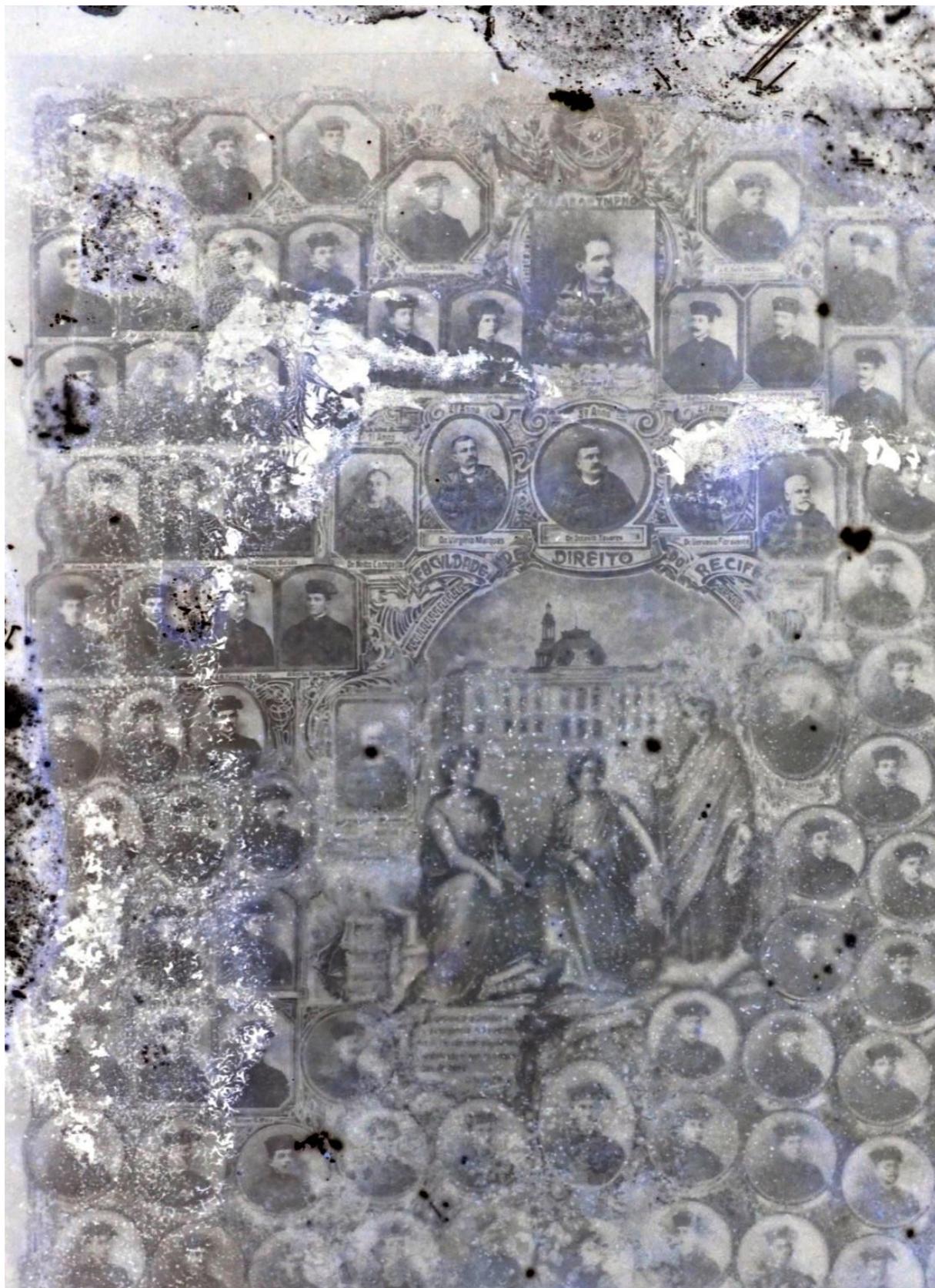
Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as m o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **ENTRE O DITO, O HISTÓRIA:(AUTO) FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA ADVOGADA MÉRCIA DE FERREIRA– (1934-2003)** como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) p (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefíc minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

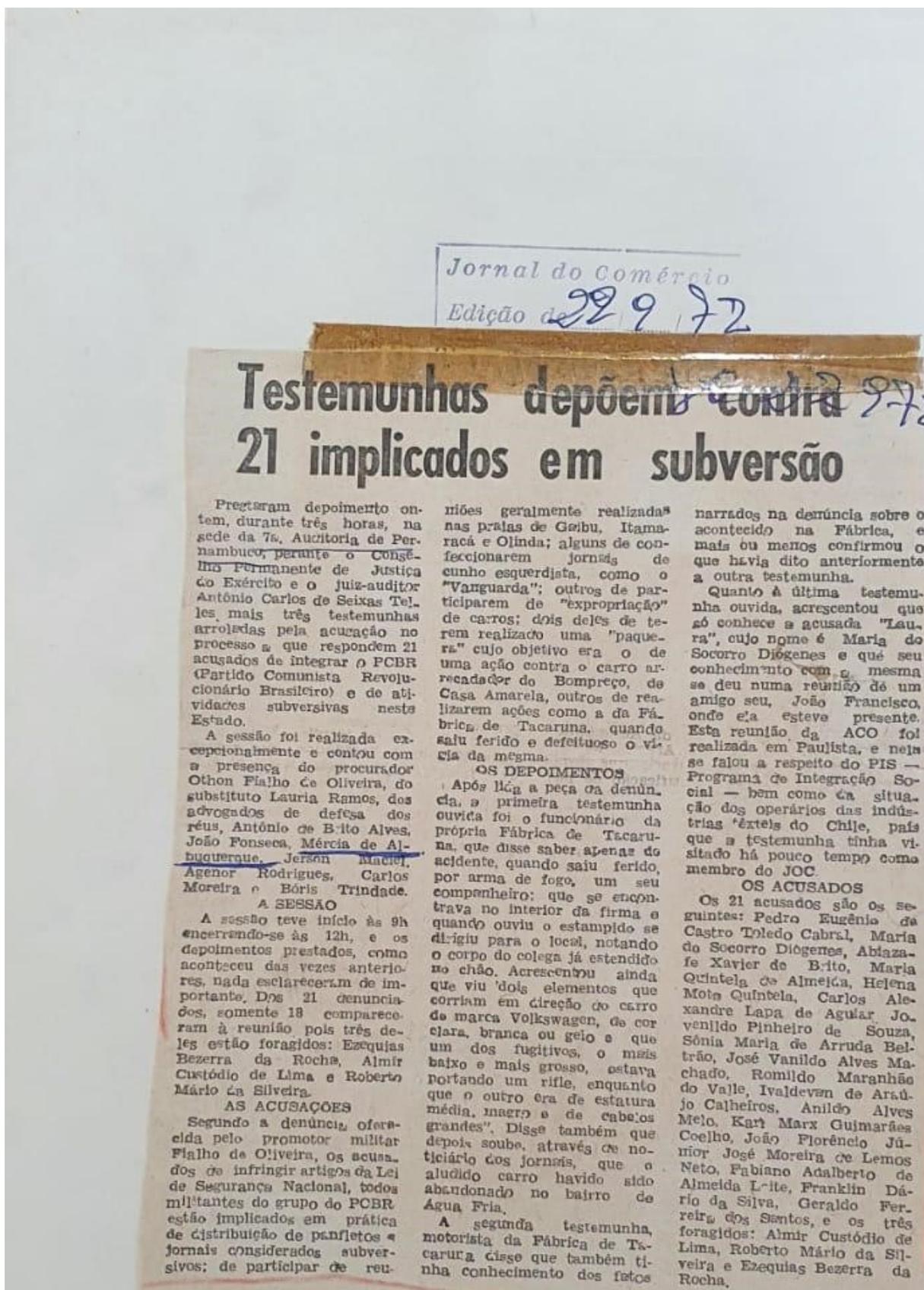
Observação: Diante da Pandemia de Covid 19, a entrevista e a o consentimento de seu uso pr realizados de forma remota/virtual, se dando a autorização por meio de confirmação de aceit deste termo de Consentimento Livre esclarecido.

**ANEXO C – IMAGENS DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO.
RETIRADA DO ACERVO DA FDR -UFPE**



ANEXO D – MATÉRIA SOBRE AÇÕES DE MÉRCIA – JORNAL DO COMÉRCIO,

1972



ANEXO F – ARQUIVO E ANTECEDENTES DE MÉRZIA DE ALBUQUERQUE DA
SSP



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERNAMBUCO

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL
(Secção de Arquivo)

MERCIA DE ALBUQUERQUE ou MERCIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE
to da Silva Ferreira e de Luzinete de Albuquerque Ferrei
de idade em 1969, pernambucana, casada, advogada, residente
tombro, nº 197, Edifício Ouro, apartamento 52, 5º andar, n
tuariada sob o nº 17.712.-----

A N T E C E D E N T E S

03.05.1964 - Pertencia à "SOCIEDADE DOS AMIGOS DA UNIÃO
forne nota publicada no Jornal de Comércio desta data.---
Tem sido advogada dos presos comunistas, cujos processos
tiça Militar.-----

26.08.1969 - Prestou termo de declarações no Cartório de
disse que efetivamente tem funcionado em diversos procés
como seja: Gregório Bezerra, Ivo Valença e outros, resul
tos d'êles serem absolvidos por insuficiências de provas..